



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 4ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/3/2016

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 145; questão de ordem; discurso do deputado Sargento Rodrigues; questão de ordem; discurso do deputado Sargento Rodrigues; questões de ordem; discurso do deputado Arlen Santiago; encerramento da discussão; chamada para recomposição de número regimental; existência de quórum para votação; discursos dos deputados Tito Torres, Sargento Rodrigues, Nozinho, Durval Ângelo e Felipe Attiê; votação nominal do veto; manutenção – Declarações de Voto – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dilzon Melo – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Carlos Pimenta, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 145, que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Está esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Cristiano Silveira opinou pela manutenção do veto. Continua em discussão o veto.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – Sr. presidente, como comecei a discussão ontem, eu seria o primeiro a dar prosseguimento à discussão do veto, mas abrirei mão disso para que o deputado Sargento Rodrigues faça a sua discussão em seu tempo.

O presidente – Com a palavra, para discutir o veto, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. presidente, Srs. Deputados, Sras. deputadas e público que nos acompanha pela TV Assembleia, a Mensagem nº 106, do governador, trata do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 145, que dá nova redação ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a região metropolitana.

Presidente, o governador encaminhou essa matéria a esta Casa para que o Plenário possa deliberar sobre ela. Entendemos ser uma matéria de suma importância, pois, afinal de contas, o Plenário desta Casa aprovou o projeto de lei complementar que trata da inclusão ou não de um ou outro município na chamada região metropolitana, por entender que os problemas, que são diversos, estão interligados entre si. Deputado João Leite, entendemos assim, principalmente quando temos uma região metropolitana sob efeito da conurbação. Contagem está ligada a Belo Horizonte, que, por sua vez, está ligada a Betim. Betim e Contagem estão ligados a Esmeraldas e ao Município de Ribeirão das Neves, um fazendo divisa com o outro, Sabará, Santa Luzia, Nova Lima e Raposos, ou seja, há uma interligação que o administrador público chamou de efeito conurbação.

Os problemas de uma região metropolitana não são muito diferentes dos problemas do Estado.

E ontem descobri que a formação do secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, até então eu achava que tinha uma formação nessa área, é na área de medicina e não na área do direito, de administração pública ou formado em administração. Achei que era alguma área acadêmica ligada ou mais próxima uma da outra. É por isso que vemos, ouvimos e assistimos aos tropeços e às trapalhadas do secretário Helvécio Magalhães, quando vem tratar da administração pública, do planejamento e da gestão. Já ficou claro, deputado Wander Borges, que a gestão do atual governo Fernando Pimentel, do PT, é completamente atabalhoada, a começar pela área de segurança pública, deputado João Leite. O secretário de Defesa Social,

Bernardo Santana, por quem tenho enorme respeito – ele deveria estar aqui, cuidando da secretaria de Defesa Social e da política de integração dos órgãos de defesa social, mas isso não acontece –, não consegue parar na sua secretaria, porque é escalado pelo governador Fernando Pimentel para descascar os seus pepinos e abacaxis em Brasília. O mineiro, o cidadão que está nos assistindo, fica pensando: como vamos fazer com a Secretaria de Defesa Social? Para que vamos gastar aquele turbilhão de dinheiro com a Secretaria de Defesa Social se o secretário não para na Cidade Administrativa? Isso, deputado João Leite, é de domínio público. Todo o mundo do meio político sabe disso. Todos os deputados desta Casa sabem disso. Toda a Cidade Administrativa sabe que o secretário Bernardo Santana não fica lá, porque todo dia tem que descascar o abacaxi do governador Fernando Pimentel. Estamos falando de gestão, de planejamento. Esse será o nosso foco aqui, hoje, ao discutir essa questão do veto.

Deputado João Leite, há mais de oito meses não existe um subsecretário de Administração Prisional, deputado Wander Borges. Problemas no sistema prisional estão pipocando no Estado inteiro. Não existe subsecretário de Administração Prisional. Três passaram por lá. Aliás, um deles, o promotor Antônio de Pádua Márcio Júnior, com o aval do líder de governo, deputado Durval Ângelo, que deveria ter permanecido no cargo. Competente, sério. Mas, deputado João Leite, se for competente e sério com a coisa pública não serve para o governo do PT. E olha que tinha o aval do líder do governo. Fiz essa menção aqui, desta tribuna, e, quando o subsecretário de Administração Prisional, Pádua, esteve na Comissão de Administração Pública, rendemos-lhe homenagem e apoio. Há oito meses não temos um subsecretário de Administração Prisional. Os problemas estão pipocando por todos os lados. A Secretaria de Defesa Social está acéfala, abandonada. O secretário da Subsecretaria de Administração Prisional, Bernardo Santana, deputado João Leite, aliás, com a presença do deputado Durval Ângelo, que foi lá e disse: “Não, essa audiência tem que ser aberta, não precisa ser reservada”.

A nossa intenção – minha e sua – era fazer uma reunião reservada para tratar de assuntos mais sigilosos que dizem respeito à política de segurança pública. O deputado Durval Ângelo chegou lá, bravo, dizendo: “Não, não precisa, pode ser pública”. Aí, fizemos uma audiência pública. Naquele dia, o secretário de Defesa Social, conforme o relatório que se encontra aqui, deputado João Leite, prometeu que em seis meses ... Sabe qual era a data? Era 21/5/2015. Ele prometeu que abriria 4 mil vagas em seis meses, porque já havia recebido ordem expressa do governador, a sua caneta estava pronta para dar sequência. Deputado João Leite, 21 de maio. Vieram 21 de junho, 21 de julho, 21 de agosto, 21 de setembro, 21 de outubro, 21 de novembro, que seria o prazo final para a criação de 4 mil vagas. Mas vieram 21 de dezembro, 21 de janeiro, 21 de fevereiro. Hoje é dia 16, daqui a 5 dias será 21 de março, quando serão completados 10 meses. Sabe quantas vagas foram criadas, deputado João Leite? Zero vaga no sistema prisional.

O deputado Rogério Correia disse nesta tribuna que o Pimentel é competente, bom de serviço. Onde está a competência? Onde estão as 4 mil vagas do sistema prisional? Não existem. O comando da polícia está desestruturado, faltam efetivos na Polícia Civil e na Polícia Militar. Aí, deputado João Leite, veja o problema gravíssimo da segurança pública de Minas Gerais. O Dr. Wanderson Gomes foi bem escolhido pela Polícia Civil. Eu disse ao deputado Durval Ângelo: tem aval, é uma pessoa séria, delegado competente, combativo, da área operacional. Deputado João Leite, ele não aguentou. O Dr. Wanderson Gomes não aguentou. Sabe por quê? As ingerências eram demais. O Dr. Wanderson Gomes ficou 10 meses no cargo. Entregou o cargo dizendo que não aguentava mais. A atual chefe de polícia tem data para ser trocada, deputado João Leite. Dizem que não fica mais 30 dias no cargo. Aí vai a belíssima gestão do governo do PT na segurança pública.

O deputado João Leite (em aparte) – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues, como sempre ousado, corajoso e bem-informado. V. Exa. tem todas as informações. Isso incomoda muito. Tenho saudades, deputado Sargento Rodrigues, daquele PT da oposição. Eles tinham solução para tudo, criticavam o nosso governo, tinham solução para a segurança pública, para a saúde, para o desenvolvimento econômico. Agora, depois de um ano de governo do PT em Minas Gerais, o Estado está derretendo. Veja a questão da região metropolitana. Foram criadas as Agências Metropolitanas do Vale do Aço e da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ontem estiveram aqui os funcionários da Usiminas, mas nenhum representante do governo do Estado compareceu. Vieram discutir a situação da empresa, que foi, por muitos anos, na frente da Cemig e da Copasa, a



grande pagadora de impostos em Minas Gerais. O governo do PT está derretendo a Usiminas. Ela está sendo derretida. O mais grave: existe lá uma agência metropolitana, mas não sabemos quem é o seu diretor, porque nem sequer comparece a esta Casa. O secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado – dizem que vem uma reforma administrativa que deve acabar com o desenvolvimento econômico de Minas Gerais – está lá só para assinar mesmo, porque o PT já acabou com o desenvolvimento de Minas Gerais. As nossas empresas estão derretendo.

Estamos vendo a luta para acabar com a Vale. Acham que a Vale do Rio Doce vai acabar? Estamos vendo a Vale sendo transferida para o Pará, para Carajás, e não se ouve uma palavra do governador. Onde está o secretário de Desenvolvimento Econômico? Onde está o diretor das agências metropolitanas? Minas Gerais está derretendo.

Ontem, ouvimos e vimos: veio aqui o secretário de Planejamento, que gosta de planejar no Sul da Bahia, na praia. Vez ou outra, vemos as fotos dele na praia, enquanto Minas Gerais derrete. Não existe planejamento. Estou acompanhando a tristeza na área da saúde. Na semana passada, estive em Betim para verificar a situação. Deputado Sargento Rodrigues, um prefeito teve AVC por conta da situação! O Hospital Regional de Betim atende a 80% de pessoas de fora da cidade, e quanto o governo do Estado passa para o hospital? Zero, não passa nada.

Vi muitos deputados do PT irem a Betim e pensei que iriam ajudar o hospital e a maternidade, porque 80% das mães que têm bebê na maternidade de Betim são de fora da cidade, são de diversas cidades da região. Imaginei que os deputados do PT, ao irem a Betim, anunciariam dinheiro para a maternidade e para o hospital regional. Não, foram lá criticar, porque Betim não tem dinheiro para a saúde. Como Betim, depois que o PT derreteu a Petrobras, depois que o PT assinou um documento para o polo acrílico ser na divisa de Betim com Ibirité e o Sr. Gabrielli levou o polo acrílico para a Bahia; depois que o PT, o Sr. Lula assinou, no final do governo dele, uma isenção para a Fiat fazer o jipe em Recife, em Goianá, terá dinheiro? Não existe mais arrecadação. A Fiat, que fazia 4 mil veículos por dia, fez, no mês passado, 4 mil veículos. Fazia isso por dia!

Agora, vão os deputados do PT tocar o terror em Betim. Achei que iam levar dinheiro! Tenho saudade daquele PT que tinha solução para o desenvolvimento econômico, para a saúde, para a segurança pública, para a defesa social. Agora, paga os policiais em três vezes. Paga em três vezes os policiais! Quem aguenta?

Domingo, encontrei-me com servidores da Lei nº 100, chorando na Praça da Liberdade. Estavam protestando contra o PT, que prometeu o céu para eles. Hoje, estão sofrendo. Alguns passando fome, alguns doentes e sem atendimento à saúde pelo Ipsemg, deputado Sargento Rodrigues. Ah, tenho saudade daquele PT que tinha solução para tudo, para a educação, para a saúde, para o desenvolvimento econômico! Deputado Sargento Rodrigues, havia solução para a segurança pública. Em quase dois anos de governo, não criaram uma vaga no sistema prisional. O deputado Dilzon Melo falou sobre Varginha, ontem, nesta tribuna. Ninguém pode ser preso em Varginha, porque não há onde colocar. A polícia não pode prender mais. É muito triste.

No domingo, fiz caminhada da Praça da Liberdade até a Praça da Estação. Passei cumprimentando os policiais, e uma coisa me chamou a atenção: a fome que os policiais estão passando, porque o governo do Estado deu auxílio-alimentação para todo servidor público, menos para as policiais.

Eles estavam nas ruas no domingo, dando proteção a 100 mil pessoas, que foram à Praça da Liberdade dizer “Fora Dilma!”, “Fora Lula!”, “Fora PT!”. Os policiais estavam lá dando segurança a essa população, que democraticamente se manifestava.

E os nossos policiais não têm dinheiro nem para se alimentarem, para fazerem lanche, porque o PT e o Pimentel não deram o auxílio-alimentação aos nossos policiais, que ficam 30 horas ou 40 horas nas ruas.

Quero aproveitar para falar da presença desse bravo deputado, o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, que, às vezes, nem dorme por causa da situação da saúde no Estado de Minas Gerais. O deputado Arlen tem de ir a Betim, mas não como os petistas foram lá, para xingar a prefeitura. V. Exa. tem de ir a Betim, tem de buscar



recursos, porque a maternidade desse município recebe 80% de pessoas de fora de lá. O hospital regional recebe 80% de pessoas de fora de Betim. E os petistas vão lá xingar o prefeito, xingar o secretário de Saúde, mas não levam um centavo.

O PT está acabando com Minas Gerais, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Deputado João Leite, assim que nós assumimos a presidência da Comissão de Segurança Pública, nos reunimos com a consultoria, a assessoria, e toda a audiência pública ou visita técnica da comissão deverá, no final dos trabalhos, ter um relatório. E aqui, deputado João Leite, está o relatório com a fala do secretário Bernardo Santana, de Defesa Social. Deputado João Leite, ele disse o seguinte: “O governador do Estado anunciará um plano emergencial para entregar em seis meses 4 mil novas vagas para o sistema prisional”.

Essa fala é do secretário Bernardo Santana em 21/5/2015. Então, agora, em 21/3/2016, vão completar 10 meses do anúncio do secretário. O secretário, coitado, fez anúncio em nome do governador, e até hoje nenhuma vaga foi criada.

Concedo aparte ao deputado Durval Ângelo, líder do governo. A V. Exa. eu concedo a palavra com tranquilidade, não dá para conceder ao seu colega deputado Rogério Correia, que não deixa ninguém falar e não tem respeito com quem está usando a tribuna, deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, eu agradeço a deferência de V. Exa., mas digo que o deputado Rogério Correia é um valoroso deputado e, como V. Exa., eleva o nível do debate aqui. Mas quem sou eu.

Ontem, por exemplo, eu estava em Arcos, sendo processado por um juiz, com quem, diga-se de passagem, na comarca e na região nenhum juiz conversa, pois ele é mais fazendeiro do que juiz, porque eu teria feito uma afirmação em 2011, numa audiência em que V. Exa. estava, naquela fraude das carteiras de habilitação no Centro-Oeste, onde houve a prisão de funcionários e o afastamento de delegados. Eu disse que esse juiz não era digno da magistratura. E eu tentava explicar que a palavra digno é uma opinião que você tem. Você dá dignidade a quem você quiser. Tentei explicar, mas talvez ele não entenda a origem da palavra, do latim *dignitas*, do indo-europeu *dek*, do grego *doxa*, que significa opinião. Eu o respeito, acho que é uma opinião.

O deputado Sargento Rodrigues* – É constatação, líder. É porque ele me interrompeu seis meses.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Eu disse ao meritíssimo juiz: quando eu digo que o senhor não é digno, eu não lhe dou dignidade. É por isso. Então, isso é opinião.

Mas eu gostaria de dizer apenas, primeiro, em relação à informação do deputado, que votei o documento agora. Daqui a 40 minutos, vai chegar um documento timbrado do Ministério da Saúde, e timbrado da Secretaria de Estado da Saúde. Não foi o João Leite que mentiu. O João Leite, até por visão evangélica, é uma pessoa comprometida com a verdade e não diria o contrário. Quem mentiu foi o prefeito que passou a informação a ele.

O hospital regional de Betim recebeu do governo federal em 2015 R\$124.340.000,00.

E, em 2015, recebeu do governo do Estado, o valor de R\$16.800.000,00. Além disso, por ser um hospital regional, ele pactua as AIHs com os municípios da região. Quando afirma que atende a 80% da região, é porque está recebendo as AIHs desses municípios. O hospital foi construído com recurso federal para ser um hospital regional, tanto que o prefeito quer municipalizar o hospital para não ter a responsabilidade regional.

Então, deputado João Leite, talvez o prefeito, por questão de saúde – até gosto muito do prefeito, ele é até meu amigo, mas o AVC pode tê-lo afetado, ou como ele não está em suas plenas condições –, ou a secretaria prestou informações erradas ao prefeito Carlaile, mas o João Leite não diz que o prefeito fechou todas as UPAs da cidade, que são de responsabilidade do município, e fechou a maternidade do Jardim Teresópolis; a Marília já falou sobre isso aqui. Então, não é só o hospital que está com problemas. Mas talvez até o final do pronunciamento de V. Exa. terei o papel timbrado, pois liguei agora para Brasília, dos R\$124.000.000,00 e dos R\$16.000.000,00.

Nem falo aqui para polemizar porque, como gosto muito do deputado João Leite, não queria que ele incorresse em uma inverdade, ficasse com uma informação errada passada pelo prefeito que, por sua vez, como não está governando em



plenitude, alguma assessoria deve ter passado essa informação a ele. Na realidade as coisas são ditas, e temos de ter responsabilidade quanto a isso. Sempre tenho essa preocupação, deputado Sargento Rodrigues, porque atuamos e continuamos atuando, mas mais diretamente na Comissão de Direitos Humanos, que presidi, durante uma década e meia, e V. Exa. sabe que, primeiro, não pecamos por omissão, muitas vezes podemos até exagerar um pouquinho, mas nunca seremos acusados de pecar por omissão.

O deputado Sargento Rodrigues* – Não é o atual momento hoje na Comissão de Direitos Humanos.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Sempre temos preocupação com a verdade e, não raras vezes, quando erramos, reconhecemos. E aqui quero dizer a V. Exa. que havia denunciado um policial militar pela morte de um policial civil, o Sgt. Nepomuceno, que V. Exa. conhece muito bem. Depois, vimos que houve um erro naquela denúncia e que o policial civil era uma pessoa envolvida em crimes, com um passado terrível, até em sua ficha.

O deputado Sargento Rodrigues* – E a morte foi um acidente.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – E foi um acidente. Na revisão criminal, contei com a valiosa colaboração do desembargador Doorgal de Andrada, e foi feita revisão criminal por nove a zero, absolvendo o Nepomuceno que foi reintegrado na polícia, que hoje já está na reserva e está trabalhando no gabinete do governador. Então sempre reconhecemos nossos erros.

Recentemente houve outro caso, um meliante denunciou o Cap. Luciano por tortura na Comissão de Direitos Humanos. Posteriormente, após a condenação do Cap. Luciano, de seus colegas, esse mesmo cidadão esteve na comissão e deu um depoimento negando isso, dizendo que não havia sido torturado. Pedimos que ele registrasse essa declaração em juízo. O depoimento foi registrado em juízo... V. Exa. tem um tempão, são 33 minutos.

O deputado Sargento Rodrigues* – É por que há outras situações aqui para serem abordadas.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deixe-me dizer, hoje, por empate de 4 a 4, houve a revisão criminal em favor do Cap. Luciano, agora recentemente. Novamente o desembargador Doorgal de Andrada cumpriu papel fundamental nessa revisão criminal, porque caiu no conjunto de câmaras de que ele fazia parte, o voto dele como revisor foi o voto médio da comissão. Então, reconhecemos nossos erros.

Então, a união liberou recurso, e o governo de Minas Gerais também. E digo mais, a terceira cidade de Minas que mais recursos recebeu do governo, na saúde, foi a cidade de Betim.

O deputado Sargento Rodrigues* – Vou pedir à deputada Marília Campos e ao deputado Arlen Santiago que tenham um pouquinho de paciência comigo, até por que o Durval já se posicionou com muita tranquilidade e sabedoria sobre a questão de Betim. Vou pedir paciência, porque preciso apresentar o que trouxe, estou aqui cheio de documentos que preparei para fazer essa discussão.

Mas pego um gancho na fala de V. Exa., deputado Durval Ângelo. É uma pena que a presidência da Comissão de Direitos Humanos desta Casa não pense como V. Exa.

Na semana passada, tivemos um requerimento rejeitado, deputado Durval Ângelo, pelos deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo.

Adianto a V. Exa., deputado Cristiano Silveira, que não vou lhe conceder aparte. Não. Rogério saiu pegando o microfone, gritando aos quatro cantos. Eu tinha a palavra, e não a concedi. Já estou avisando a V. Exa. que não lhe vou conceder aparte. Presidente, gostaria que o meu tempo fosse preservado.

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – A palavra está assegurada ao deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, presidente. Deputado Durval Ângelo, sob a presidência de V. Exa., não tínhamos um requerimento rejeitado para ouvir um sargento, que foi transferido pelo comandante-geral da PM de forma arbitrária, sem lhe dar direito à ampla defesa e ao contraditório. A esposa do sargento foi constrangida no local de seu trabalho,



na cidade de Uberaba, pelo próprio comandante-geral da Polícia Militar. Ele saiu daqui, foi a Uberaba fazer uma reunião com o comando, foi à Prefeitura de Uberaba e constrangeu a esposa do sargento. Resultado: alega o comandante-geral que o sargento fez críticas, com mensagem de voz, no WhatsApp do grupo de policiais. Até aí, a denúncia do comandante-geral é correta, e ele tem de tomar providências. E quero deixar claro para o Cel. Bianchini que em nenhum momento fui contra a apuração em desfavor do sargento. Mas, V. Exa., deputado Durval Ângelo, já viu a parte ofendida punir o ofensor? O comandante-geral da Polícia Militar puniu sumariamente o sargento, transferindo-o de Uberaba para Muriaé, a uma distância de 800km, sendo que a esposa do sargento trabalha na Prefeitura de Uberaba e seus filhos estudam no Colégio Tiradentes. Arreventou com a família; ele não puniu somente o sargento. E sabem de que forma? Sumariamente. Sumariamente, o comandante-geral fez publicar no Boletim Geral da Polícia Militar, e ele mesmo assina embaixo.

E quando aportamos um requerimento na Comissão de Direitos Humanos, sob a presidência do deputado Cristiano Silveira, para que o sargento pudesse ser ouvido junto com sua esposa, o requerimento é derrotado. Mas pasmem, na sexta-feira passada e na mesma sessão, aprovamos um requerimento que, segundo o seu autor, o deputado Rogério Correia, era para discutir a questão da democracia. Quando ligo a TV Assembleia no meu gabinete e tomo conhecimento do teor do assunto, verifico que o requerimento foi para aqui trazer o Pedro Stédile, a CUT, o MST, em apoio a Lula e à presidente Dilma. Aí pode, aí é questão de direitos humanos. Para ouvir o sargento Afonso, a comissão disse: “Não, deputado, vamos trazê-lo aqui, no pinga-fogo”. Essa foi a sugestão dada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Cristiano Silveira. Como se o sargento não tivesse direitos humanos. Engraçado, para o João Pedro Stédile falar aqui, por 3 ou 4 horas, em defesa de Lula, a Comissão de Direitos Humanos serviu. E era para o sargento vir aqui falar – não era convocação do comandante-geral, não – a fim de que de, junto com sua esposa, tivesse oportunidade de se manifestar na comissão. Pelo menos nisso, deputado Durval Ângelo, testemunho o trabalho de V. Exa., quando presidia a comissão, e não permitia isso.

E eu disse ao próprio presidente da comissão que eu e V. Exa. convocamos o comandante da região de Ipatinga, de Patos de Minas e o comandante-geral da PM, por causa da transferência de um cabo em Ipatinga e de outro em Coromandel. V. Exa. sustentou a convocação até que os atos fossem revistos, para evitar a convocação dos três coronéis. Dei esse exemplo, mas não sei por quê. Talvez foi por isso que o comandante-geral da Polícia Militar, deputado João Leite, em forma de agradecimento, disse que só havia 30 mil pessoas na Praça da Liberdade. Deu ordem para a Diretoria de Inteligência da PM dizer que havia 30 mil pessoas na Praça da Liberdade. Havia 100 mil pessoas! Eu estava lá, eu participei pela quinta vez e, contrariamente à fala do Sr. João Pedro Stédile, que disse que lá só tinha gente fascista, da direita e os “coxinhas”, quero dizer a ele que havia lá famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos, negros, brancos, trabalhadores. Somos nós que ele chama de fascistas, mas havia gente trabalhadora, ordeira, famílias de bem, pessoas sérias, honradas. Os verdadeiros movimentos populares estavam lá na Praça da Liberdade, domingo. Sabe por quê? Porque lá ninguém pagou pão com mortadela, ninguém pagou ônibus para vir do interior, ninguém que estava lá era braço sindical de partido nenhum, não era. Quem estava lá o fazia de livre e espontânea vontade, exercendo a cidadania.

É legítimo. A própria presidente da República disse, em nota, que respeita a democracia e a liberdade de expressão e opinião. Mas aqui não. O Sr. João Pedro Stédile vem à Comissão de Direitos Humanos – para isso, pode – para falar que, na Praça da Liberdade, estavam a direita fascista e os “coxinhas”. Respeite, Sr. João Pedro Stédile, os cidadãos mineiros, os belo-horizontinos. Respeite as famílias de trabalhadores que estavam lá na praça. Eu estava lá com a minha família. Milhares de pessoas estavam lá, por livre e espontânea vontade. Não havia ninguém sendo pago, não havia pão com mortadela pago; pelo contrário, os verdadeiros movimentos populares estavam nas ruas, domingo. Sabe por quê? Lá não tem dinheiro de imposto sindical, lá não tem ONG por trás. Verifiquem os movimentos: Patriotas, Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua. Todos, quando conseguem alguma coisa, é através da contribuição que cada brasileiro dá, porque vê naqueles movimentos legitimidade para canalizar a sua indignação, o seu sentimento.



Portanto, infelizmente a Comissão de Direitos Humanos desta Casa registrou um capítulo muito triste: negar a um sargento da Polícia Militar, covardemente punido, o direito de se manifestar, o direito de realizar audiência pública, que ele não teve naquela oportunidade.

Vou conceder aparte à deputada Marília Campos antes do deputado Arlen Santiago, por questão de cavalheirismo. Para uma dama, a gente concede primeiro. Mas vou pedir a V. Exa. que seja breve em sua fala.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Agradeço, deputado Sargento Rodrigues, o aparte e utilizo este momento apenas para prestar um esclarecimento sobre o processo de Betim.

Nós aprovamos dois requerimentos na Comissão de Participação Popular, numa reunião extraordinária que realizamos na semana passada: o primeiro é relativo a uma ida a Betim, para visitar a maternidade e também o hospital municipal. Também foi vitorioso nesta audiência requerimento que visa realizar audiência pública para discutir o problema da cidade de Betim, no que diz respeito à questão da saúde.

Disseram aqui, ao microfone, que petistas foram visitar a cidade de Betim. Sou do PT, mas não fui visitar a cidade de Betim representando meu partido. Eu, o deputado Ricardo Faria e o deputado Geraldo Pimenta estivemos lá representando a Assembleia Legislativa, numa visita feita à maternidade. Fomos lá, Srs. Deputados, não para xingar o prefeito, mas para conhecer a realidade da maternidade municipal, para conhecer a realidade do hospital regional. Estivemos lá, num esforço muito grande, para fazer uma articulação metropolitana, a fim de ajudar a resolver o problema de Betim. Como é sabido, a prefeitura apresentou, como alternativa para o enfrentamento da crise financeira, o fechamento de várias unidades de saúde, o fechamento da maternidade municipal e o projeto de municipalização do hospital regional, que, na minha opinião, vai provocar um profundo sofrimento à cidade de Betim. Foi por essa razão que estivemos lá: para discutirmos alternativas, e não para xingar o prefeito nem para xingar o governo municipal. Estivemos lá para apresentar alternativas.

E foi por essa razão que estivemos também presentes na reunião do Ministério Público de ontem, Sr. Deputado, uma reunião que durou 5 horas, com debates envolvendo o Ministério Público Estadual, o Ministério Público local, o governo estadual, o governo municipal, o Consems e outras entidades da cidade que participaram juntamente com o movimento social e com o movimento sindical representativo do município. Essa reunião foi muito importante e digo, de forma antecipada, que o Estado se comprometeu não apenas a discutir uma alternativa, mas também a fazer parte do planejamento, fazer parte da discussão para encontrar uma saída que não provoque sofrimento à população.

Sr. Deputado, não vou me alongar muito, mas acho que temos que fazer aqui um debate mais respeitoso. Estivemos lá enquanto petista. Estivemos lá o PT e o PCdoB, representando esta instituição, a Assembleia Legislativa. É importante recuperarmos o debate de forma civilizada, de forma democrática, de forma verdadeira, porque assim ajudamos aquele que está lá, dependendo da unidade de saúde, e que quer, nesta Assembleia, amparo para discutir alternativas que não sejam para provocar o sofrimento da população. Quero, aqui, respeito, como parlamentar que sou, representando institucionalmente a Assembleia Legislativa lá na cidade de Betim. Obrigada, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado. Com a palavra, o deputado Arlen Santiago, a quem também peço brevidade porque ainda tenho muitos assuntos para trazer a público.

Questão de Ordem

O deputado Arlen Santiago – Apresento uma questão de ordem para o presidente, deputado Lafayette de Andrada, a quem peço uma resposta. Farei essa questão no meu aparte, a respeito de uma tramitação numa comissão temática, como a Comissão de Saúde, que tem seus requerimentos para aprovar e que está sempre disposta a aprová-los, mesmo com o boicote que o PT sempre faz para não deixar os requerimentos serem votados. Apresento essa questão de ordem. Indago se, por acaso, algum membro do PT, se achando melhor do que todos os outros deputados, não teve, com rapidez, o seu requerimento votado, porque havia outros também para serem votados, e se pode ir para alguma outra comissão e colocar a questão temática. Indago se isso vai ser praxe nesta Casa, quebrando o Regimento. Isso é uma coisa.



O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – A outra questão é a seguinte: o pessoal do PT acha que manda no País, e realmente manda e desmanda no País. O que acontece? Eles ultrapassam todas as coisas. Deputado Sargento Rodrigues, quero me solidarizar com o senhor a respeito da questão de o sargento não poder ser ouvido na Comissão de Direitos Humanos. Isso nunca aconteceu nesta Casa.

Além disso, queremos aqui falar com você, que está nos acompanhando pela TV.

Sem sombra de dúvida, aí há uma tábua de salvação no tocante à tragédia que o PT está provocando no País e na saúde do povo. Parece que os deputados do PT não assistem à televisão nem leem jornal. Não estão vendo a tragédia que está tomando conta do País.

Graças a Deus, apareceu o Betinho. Mas não tem problema, como presidente da Comissão de Saúde, vou falar com o prefeito Carlaile e com o Razível para ajudarem o governador Fernando do PT a cumprir pelo menos um pouco do que prometeu em campanha, como a obra do hospital regional. Prefeito de Betim, vamos juntar essa boa vontade intensa do povo do PT nesta Casa e doar esse hospital para que, a partir de 2 de abril, o governo do Estado assuma o hospital regional. É um hospital que custa R\$140.000.000,00, o governo do Estado coloca R\$1.600.000,00 por ano e toda a tabela do SUS soma R\$39.000.000,00 por ano, com todos os incentivos. E a prefeitura tem que colocar 90. Porém, a crise que o PT criou no País está quebrando tudo.

Houve um requerimento rejeitado na Comissão de Saúde solicitando ao governador Fernando Pimentel, do PT, que decreta estado de calamidade pública em Minas Gerais. Sargento Rodrigues, o Pezão decretou no Rio de Janeiro e recebeu R\$350.000.000,00. Parece que a presidente da República não gosta desse governador do PT de Minas Gerais e por isso não coloca nada aqui.

O deputado Sargento Rodrigues* – Não gosta dele ou não gosta de Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – E nós vimos, deputado Sargento Rodrigues, que no ano passado o governo do PT, no Ministério da Saúde, devolveu para os caixas do governo R\$15.000.000.000,00 para obras e equipamentos. E pasme, presidente Lafayette de Andrada, pasme, Doutor Wilson, os hospitais regionais aos quais o governador tinha apenas de dar continuidade estão todos fechados. E o governo de Minas não foi lá pegar esses R\$15.000.000.000,00 que foram colocados.

E o pior foi que, na audiência de ontem, o secretário de Fazenda, o Bicalho, falou que a guerra fiscal é muito injusta com o Norte de Minas, porque na Bahia o ICMS é 7%, em Goiás é 7% e deveria haver uma legislação federal. Quem era o Ministro da Indústria e Comércio do governo passado? O Fernando, do PT, que deixou o Norte de Minas com ICMS de 12% e a Bahia com 7%. Não teve carinho com a região que lhe deu tantos votos e não fez uma medida provisória passando o ICMS para 7%.

Quando a Dilma do PT baixou uma medida provisória para estimular montadoras no Nordeste, o senador Aécio Neves fez uma emenda para que o Norte de Minas, que é da Sudene, pudesse receber também, e a presidente vetou. Então parabéns, deputado, e vamos tentar voltar a Comissão de Direitos Humanos aos tempos em que ela era presidida pelo deputado Durval Ângelo, que realmente agiu ali como um grande magistrado durante todo o tempo e, por isso, tem tanta credibilidade nesta Casa.

O deputado Sargento Rodrigues* – Deputado Arlen Santiago, eu era deputado da base do governo – o deputado Durval Ângelo está aqui e pode testemunhar a minha fala – e várias vezes fui até a comissão apoiar os requerimentos do Durval Ângelo e do Rogério Correia e obter também o apoio deles para os requerimentos de minha autoria. Mas os tempos são outros.

Eu falava aqui, deputado João Leite, da qualidade da gestão do governador e dos seus secretários. Fazendo um detalhamento da área da segurança pública, o governador foi à campanha dizendo que ia equipar a polícia, que ia pôr em prática uma política salarial decente, que ia pagar melhor, que ia criar uma força-tarefa para fazer as apurações caso algum policial morresse em serviço.



Eu pediria à TV Assembleia que fizesse um *zoom* nesse gráfico. Vemos aqui o custeio da Polícia Militar. O gráfico aponta o seguinte, deputado João Leite. Em 2014, no governo anterior, foi destinado para o custeio da Polícia Militar, o valor de R\$376.000.000,00. Em 2015, no primeiro ano de governo de Fernando Pimentel, do PT, foram destinados R\$278.000.000,00. Ou seja, R\$98.000.000,00 a menos, deputado Arlen Santiago, para o custeio da Polícia Militar.

É por isso que a deputada Geisa Teixeira, lá de Varginha, esteve aqui falando dos índices de crescimento de criminalidade e violência. Para a Polícia Civil, isso também não mudou. Ou seja, a única mudança que houve foi para pior.

Para a Polícia Civil, o governo anterior, em 2014, investiu, na rubrica Investimento, R\$33.000.000,00. Isso está no gráfico, são dados do Siafi, e o Siafi é o órgão do Poder Executivo estadual, ou seja, é um banco de dados do governo estadual. E, na Polícia Civil, o investimento, em 2015, caiu para R\$4.000.000,00, o que significa apenas 10% de investimento na Polícia Civil.

Bom, deputado João Leite, e o gráfico continua. Para o chamado programa habitacional Promorar Militar, no governo anterior, em 2014, foram destinados R\$75.000.000,00, e agora, em 2015, foram destinados R\$7.000.000,00; para 2016, esse programa está zerado. Você, que é policial ou bombeiro militar, a família de policial ou bombeiro militar precisa saber que o governo do PT zerou a rubrica do Promorar Militar. Acabaram com o Promorar Militar.

Aliás, ontem, o Sr. Helvécio Magalhães, depois de nove perguntas que lhe fiz, esquivou-se de todas de forma muito salomônica. No tocante ao IPSM, sobre o que foi contingenciado do IPSM de obrigação patronal e do segurado, ele disse que pediria à sua assessoria para fazer uma resposta mais completa, mas não deu resposta nenhuma. Em relação ao pagamento do prêmio Produtividade, ele disse que o que estava sendo examinado era o de 2013, e que o de 2014 ainda não estava na hora de pagar e que ainda não tinham uma solução. Essas foram as palavras do secretário Helvécio Magalhães no dia de ontem.

Agora, no tocante ao pagamento das diárias, deputado João Leite, há alguma coisa esquisita aí. Temos de apurar, e já aprovei um requerimento para isso. Sabemos que o Cel. Bianchini, que faz favores para o PT, que é o comandante-geral da PM, que põe 23 policiais para reforçar a segurança do Pimentel e retardar o cumprimento de ordem judicial – tenho comigo a escala de serviço –, recebeu, somente em 2015, R\$65.000,00 de diária. O comandante-geral da PM recebeu R\$65.000,00 de diária. Agora, os 100 policiais, deputado João Leite, do batalhão de choque que foram para Diamantina e para São João del-Rei, terra do deputado Cristiano Silveira, e também para Mariana e Ouro Preto, não receberam diária. Pelos cinco dias trabalhados, só receberam uma PA, pousada e alimentação. Esse é o nome, a nomenclatura, o código que é dado à diária dentro da polícia. Uma PA para cinco dias de carnaval. Sabe onde eles dormiram, deputado João Leite? Os policiais dormiram nas salas de aula, dentro das escolas públicas. Mas o comandante-geral da Polícia Militar, que presta favores a Fernando Pimentel, colocou escuta da diretoria de inteligência no hangar da Pampulha e no Aeroporto de Confins, para saber a hora em que a aeronave da Polícia Federal baixaria aqui em Belo Horizonte. Esse comandante serve para isso. A polícia dele é política, para fazer o que fez aqui, isto é, para subdimensionar os dados de manifestantes que estavam lá na praça. Foram 100 mil manifestantes, mas a diretoria de inteligência diz que foram 30 mil.

Agora as diárias do coronel estão pagas. São R\$65.000,00. Deputado João Leite, fiz questão de comparar as diárias dos ex-comandantes-gerais, dos três anteriores, do Cel. Sócrates Edgard dos Anjos, do Cel. Renato Vieira de Souza e do Cel. Márcio Martins Sant'Ana, deputado Carlos Pimenta. Pasmem, o que o comandante-geral da Polícia Militar recebeu em 10 meses de 2015 paga os três anos de diária do ex-comandante-geral Cel. Márcio Martins Sant'Ana. Mas os seus soldados ficam cinco dias trabalhando no Carnaval, dormindo em um colchão dentro de uma sala de aula. Quero ver quem será o deputado corajoso da base de governo que vai contrapor essas informações. Sabem por quê? Porque serve bem ao governador Fernando Pimentel, a ponto de deslocar dois policiais da Diretoria de Inteligência da Polícia Militar para ficar ouvindo o rádio da Infraero no hangar da Pampulha e de Confins, a fim de saber a hora em que a aeronave da Polícia Federal vai pousar, para que o governador seja avisado imediatamente.



Essa é a forma de gestão do governo. Hoje faremos uma audiência pública, deputado Gustavo Valadares, na Comissão de Saúde, às 14 horas. Mostraremos como está abandonado o IPSM. O Cel. Márcio Cassavari me disse, quando assumiu em março: “Deputado, cheguei aqui havia R\$600.000.000,00. O governo não nos passou mais nenhum centavo”. Isso foi na agenda do dia 26 de outubro do ano passado. “Não passou nenhum centavo. Eu fui gastando, gastando...” Depois que a reserva do IPSM acabou todinha, ele me diz que, para pagar alguma conta, tem que emitir a fatura e enviar para a Fazenda, que vai liberar o dinheiro. Então, a saúde dos policiais e dos bombeiros militares e de seus dependentes está cada vez pior. É assim que o PT vem governando Minas Gerais. Dinheiro para segurança pública cortou drasticamente. O cidadão paga imposto. Por sinal, ele está pagando mais caro este ano, bem mais caro. Pimentel aumentou de 12% para 18% a alíquota, ou seja, subiu 50% o imposto de mais de 180 produtos em Minas Gerais. Quem está pagando a conta? Você que está assistindo à televisão agora, você que está acompanhando a TV Assembleia. Pimentel aumentou a alíquota de mais de 180 produtos, entre os quais estão uniforme escolar, material escolar, material de construção e remédio. Você que tem um pai idoso ou uma mãe idosa, deputado Carlos Pimenta, normalmente as pessoas idosas precisam mais de remédios, e houve um aumento de 50% no preço dos remédios a partir de uma canetada do Pimentel. Apenas por decreto, Pimentel aumentou a alíquota de ICMS de mais de 180 produtos. Esse é o jeito de governar. Ele prometeu mundos e fundos para o funcionalismo, e 25% de todo o funcionalismo estão recebendo em três parcelas. O governador está pagando em três parcelas o salário dos servidores.

Ontem eu fiz um questionamento. Para os secretários de Estado, o comando e o chefe de polícia há diária e tudo é pago em dia. Fiz uma pergunta ao secretário Helvécio Magalhães, e havia deputado com receio de fazer uma pergunta. Falei: “Não tenho receio nenhum”. Se o secretário ganha R\$42.600,00 de jetom, fiz a pergunta: “Não está na hora, secretário, de cortar?”. “Não, porque o recebimento desse jetom é legal.” É legal? É. Não tenho dúvida nenhuma. Como advogado, eu não posso dizer que o recebimento do jetom por parte do secretário Helvécio Magalhães é ilegal. Mas é imoral, ao passo que os servidores estão com o salário parcelado em três vezes e pagando juros da mensalidade escolar, do cartão de crédito e do empréstimo consignado. Esse servidor assiste ao secretário receber o seu salário de secretário e mais R\$42.600,00 de jetom.

Aos policiais, pagam uma diária, quando teriam direito a cinco, mas o comandante-geral da instituição recebe R\$65.000,00 de diárias em apenas 10 meses.

Então, deputado Durval Ângelo, faço aqui essa cobrança porque hoje teremos uma audiência pública muito importante na Comissão de Saúde. Aqui está a escala dos trabalhadores da segurança pública, do Batalhão de Choque, que não receberam a diária. O comando da PM dá um péssimo exemplo. “Eu sou comandante-geral”, fala com o subordinado, “puxe a minha diária e pague”. Ai do subordinado; esse aí, não. Dá as cinco diárias a que ele tem direito. Eu quero ficar aqui para assistir ao deputado contrapor à denúncia das diárias. Quero ver o deputado da base do governo dizer: “Não, deputado. O senhor está errado, está mentido. Os dados que o senhor está trazendo são inverídicos, falsos”. Quero ver o deputado vir aqui. Os 100 policiais do Batalhão de Choque até hoje não receberam a diária, mas o comandante-geral da PM, que deveria dar exemplo, colocou R\$65.000,00 para ele. E ainda pedem a outras pessoas para tentar me atacar de forma sorrateira, por debaixo dos panos. Isso não adianta.

Deputado Cristiano Silveira, ainda tenho 1 minuto. Vou continuar. Pode ter certeza de que todos os policiais de São João del-Rei saberão que o senhor não teve a coragem de dar vez e voz a um policial militar que pedia socorro e que estava sendo massacrado. Isso vou cobrar de V. Exa., pode ficar tranquilo. Disse isso a V. Exa. Assim como V. Exa. derrotou o requerimento, sinto-me no direito de não conceder aparte a V. Exa. Neste momento, não concedo, porque entendi que V. Exa. violou o princípio mais sagrado daquela comissão, que é a vigilância dos direitos e garantias fundamentais de qualquer um, seja de quem usa distintivo, seja de deputado, seja do Sr. João Pedro Stédile. Ajudei a aprovar o requerimento. Foi com o meu voto, viu, deputado Durval Ângelo? Eu estava lá e aprovei o requerimento. Não votei contra o requerimento, porque o seu objeto tratava de discutir direitos e garantias fundamentais e exercício de democracia.



V. Exa. pode ficar tranquilo. Vou cobrar coerência de V. Exa. Direitos humanos são humanos; é algo universal e não pode ser do PM, do policial civil, do professor, do médico, do advogado, do comandante, mas de todos, e a comissão não pode ter esse caráter. Obrigado, presidente.

Questões de Ordem

A deputada Marília Campos – Quero apenas expressar um posicionamento tendo em vista a questão de ordem apresentada pelo deputado Arlen Santiago sobre o papel das comissões temáticas. De fato, elas têm a primazia de fazer a intervenção e o papel de representação da Assembleia Legislativa. Fomos a Betim por requerimento aprovado pela Comissão de Participação Popular. Tentamos, em um primeiro momento, Sr. Presidente, deputados e deputadas, a aprovação dos requerimentos na Comissão de Saúde. Em função dos tensionamentos políticos e da não ocorrência de um acordo sobre a aprovação dos requerimentos, o requerimento de visita e de audiência pública não foi aprovado na Comissão de Saúde. Ele não foi submetido à votação, como bem lembrado, deputado Arlen Santiago. E é uma questão urgente discutirmos uma alternativa para a cidade de Betim. Volto a repetir que o nosso papel como parlamentar, além de representar o interesse da comunidade, da população de Betim, da população da região metropolitana, é lutar para que tenhamos uma prestação de serviços de saúde de qualidade para a região metropolitana. Hoje a alternativa posta para Betim, que é o fechamento da maternidade e das UPAs e a municipalização do hospital regional, provoca um sofrimento profundo na população da região metropolitana. Não discutimos apenas a crise de Betim, a do Estado e a nacional, que é uma realidade, mas o precedente que se cria em Betim de fechamento de unidade pode fazer com que amanhã seja Contagem, Belo Horizonte ou qualquer outro município no Estado de Minas Gerais. O nosso papel hoje é discutir novas alternativas de enfrentamento de despesas e de outras despesas e também discutir qual é, de fato, a contribuição do Estado e do governo federal para que se mantenha aquela estrutura que temos em Betim, que atende, sim, a população da cidade. No caso da maternidade e do hospital regional, segundo o que foi informado aos deputados e deputadas presentes, 25% das outras cidades são atendidas naquelas unidades. Sr. Presidente, coube a nós, da Comissão de Participação Popular, atender ao pedido de cinco vereadores, para que realizássemos um debate lá. Por essa razão, deputados e presidente da Comissão de Saúde, deputado Arlen Santiago, a Comissão de Participação Popular, que não é temática, atende aos interesses daqueles que se organizam e solicitam que esta Assembleia Legislativa faça a sua intervenção. Sr. Presidente, a pedido dos vereadores de Betim, não apenas do PT, mas também de outros partidos, como o PHS, o PCdoB, fomos lá. E realizaremos uma audiência aqui, na terça-feira, dia 22, pois queremos discutir os desdobramentos da reunião do Ministério Público. Lá, sim, houve avanço, contribuição do Estado, do Ministério da Saúde, dos conselhos municipais, do sindicato dos médicos e do sindicato dos trabalhadores. Lá, sim, discutimos, mas hoje não podemos deixar que os tensionamentos políticos e conflitos nesta Casa caiam no desgaste da Assembleia Legislativa. Não podemos deixar esta Assembleia Legislativa parar. O debate democrático, civilizado e respeitoso tem de acontecer, mas não podemos deixar o Poder Legislativo parar. Não podemos deixar de aprovar projetos. Não podemos deixar de representar os interesses das cidades do Estado de Minas Gerais. Não podemos deixar de fazer as intervenções. Por essa razão apresento esta questão de ordem: a Comissão de Participação Popular teve legitimidade para representar essa questão temática da saúde no Município de Betim. Representamos também a questão de transporte e representaremos quaisquer outros temas, desde que acionados pela organização local de cada município. Obrigada, presidente.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, queria, primeiro, dizer que, hoje, fiquei extremamente decepcionado com a posição do deputado Arlen Santiago. Fiquei decepcionado com a opinião e o conceito que V. Exa. formou sobre a Comissão de Direitos Humanos, e o trabalho que temos desempenhado. No momento em que V. Exa. me procurou para que realizássemos uma reunião conjunta sobre a tribo indígena no Norte de Minas, o senhor teve, da minha posição e postura, o pronto atendimento à sua solicitação. Na mesma hora, eu o atendi. Hoje fiquei muito admirado quando V. Exa. fez coro às críticas apresentadas pelo deputado Sargento Rodrigues. Faço aqui esse desabafo, pois esperava um conceito mais justo, considerando toda nossa disposição de estabelecer parceria à revelia de posturas de oposição e de governo, sempre pensando no interesse maior. É claro, presidente, que nessa ocasião – e faço justiça aqui – o deputado Arlen Santiago não fez



a disputa política na audiência que realizamos, ao contrário do que propõe, às vezes, o deputado Sargento Rodrigues. Ele não busca a verdade, nem pela garantia dos direitos humanos, mas a disputa política nos espaços das comissões e desta Casa. E ele não faz isso pelo interesse maior da proteção da garantia do direito do cidadão, mas apenas para fazer disputa com o comando da Polícia Militar e com o governador Fernando Pimentel. Temos as notas taquigráficas dessa audiência. Propus uma série de ações ao deputado Sargento Rodrigues. Não houve omissão. Propusemos conversar com a Corregedoria da Polícia, propusemos conversar com a Comissão de Direitos Humanos da Polícia, mas nada disso bastava para ele, porque dizia que tudo estava sob a subordinação do comandante Bianchini. Também propusemos que não precisávamos marcar uma audiência pública para fazer convites e agendamentos ao policial ao qual se referia, porque, pelo Regimento desta Casa, o policial poderia se fazer presente para prestar as suas denúncias à Comissão de Direitos Humanos, que estaria pronta para ouvi-lo não só nesse momento, mas em qualquer outro. É evidente que o deputado Durval Ângelo foi presidente da comissão por muitos anos e nos inspira, mas o presidente da Comissão de Direitos Humanos hoje sou eu. E temos adotado métodos para trabalhar nela. Não será o presidente da Comissão de Segurança Pública que vai dizer como tenho que trabalhar na Comissão de Direitos Humanos. E, diga-se de passagem, o mesmo requerimento também foi rejeitado na Comissão de Segurança Pública, da qual o deputado é presidente. Então, presidente, não só esse policial, que é objeto do requerimento do deputado Sargento Rodrigues, mas qualquer policial, seja militar, seja civil, seja bombeiro, não precisa de procuradores que usem a sua causa, que usem o seu problema para fazer disputa política, pois, a qualquer momento, a Comissão de Direitos Humanos e o deputado Cristiano Silveira estaremos prontos para ouvi-los. O que nos interessa é a garantia do direito. Não nos interessa a disputa pequena. Se o Sargento Rodrigues quer ser comandante, terá que eleger o governador para que depois o nomeie comandante. Ele não é o comandante da PM, ele não é o comandante da corporação policial deste Estado. Então, presidente, faço essa consideração, porque ele não foi leal na discussão, na fala que aqui fez, não nos deu aparte, não topou o bom debate. Essa é a postura do Sargento Rodrigues: quer que todos aqui na Casa façam o que ele quer a todo momento. E não vai ser bem assim. Obrigado.

O deputado João Leite – Obrigado, Sr. Presidente, V. Exa. sempre tão atento. Gostaria que V. Exa. acompanhasse essa questão. Aliás, lamento a fala contra o deputado Arlen Santiago proferida agora. O deputado Arlen Santiago tem percorrido este Estado, tem ido onde a população tem reclamado da saúde. Ouvir aqui que o deputado Arlen Santiago não está trabalhando é uma afronta não só a ele, mas a todos nós. Porque, se existe uma comissão que opera, que trabalha, é a Comissão de Saúde da Assembleia. Quero render as minhas homenagens ao deputado Arlen Santiago. V. Exa. me representa. Sei que, em alguns momentos, V. Exa. tem se privado da companhia da sua família para atender aos anseios da população de Minas Gerais. E num momento triste, porque o governo do Estado e o governo federal abandonaram a saúde. Aí, se demora a aprovar um requerimento, agem assim. Ora, V. Exa. aprova todos os requerimentos. Lembro-me de quando falei do Hospital Júlia Kubitschek com V. Exa, e V. Exa. ficava me cobrando: “Cadê a pessoa que é o contato? A Comissão de Saúde irá lá”. V. Exa. é atento. Não podemos permitir isso. Temos que sair em defesa do seu trabalho, deputado Arlen Santiago. E agora, se demora aprovar um requerimento... Se demora a votação de um requerimento, vai para outra comissão? Aí é avacalhação total. Ontem, apresentei um requerimento na Comissão de Segurança Pública, e a base do Pimentel não o aprovou. Os requerimentos da Comissão de Segurança Pública não são aprovados. Aí, vou aprovar em outra comissão que não seja a de Segurança Pública? Não. O meu requerimento foi rejeitado. Agora, só ano que vem. Acham os petistas, acham a base do governo que estão me atingindo. Quando reprovam um requerimento por que a segurança pública está mal em Santa Luzia, não estão me atingindo, estão atingindo a população de Santa Luzia. Agora, V. Exa. colocou para esta presidência uma questão de ordem. Se demorar a votar um requerimento, tem que levá-lo para ser aprovado em outra comissão. E os médicos, a composição da Comissão de Saúde, tão técnica, fica passada. Não é possível suportarmos isso na Assembleia Legislativa. Depois, o ataque ao Sargento Rodrigues. O deputado Sargento Rodrigues preside a Comissão de Segurança Pública. Não há um atendimento que não seja feito. Lamento, porque isso é um escândalo para a história da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; é um escândalo rejeitar um requerimento para ouvir um sargento que foi transferido de Uberaba para a Zona da Mata mineira. A sua esposa é servidora pública da Prefeitura de Uberaba. O sargento foi embora para a Zona da



Mata, mas a sua esposa e seus filhos ficaram em Uberaba. Apesar disso, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa não quer ouvir esse sargento? Isso é um escândalo para a Assembleia Legislativa. A Comissão de Direitos Humanos rejeita ouvir esse sargento? Além disso, atacou o deputado Sargento Rodrigues, que apresentou o requerimento para que o sargento fosse ouvido. E o mais grave: como pude acompanhar, não foi um processo legal dentro da Polícia Militar. O comandante Bianchini, com uma canetada, determinou a transferência do sargento. Isso nunca aconteceu na história de Minas Gerais. Só o PT mesmo para fazer uma coisa como essa, tirar todo o direito à sua família, que o sargento tem. Está o sargento na Zona da Mata, enquanto sua mulher e filhos ficaram em Uberaba. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia rejeita o sargento, rejeita a família do sargento. Além disso, ataca o deputado Sargento Rodrigues. Isso é lamentável, mancha a história da Assembleia Legislativa e da Comissão de Direitos Humanos. Para que serve a Assembleia Legislativa, se um homem que fica nas ruas defendendo a população é transferido dessa maneira, ao arrepio de qualquer processo administrativo, por determinação do comandante-geral, sem nenhuma comunicação? Essa família foi separada, e a Assembleia Legislativa virou as costas para esse sargento. Espero que o presidente Adalclever Lopes, com sua autoridade, determine que esse sargento venha à Assembleia Legislativa, para que possamos ouvi-lo e unir novamente essa família. É lamentável que a Assembleia Legislativa não represente a população de Minas Gerais, especialmente um membro da Polícia Militar, que representa, nas ruas, a defesa da nossa população. Muito obrigado.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Com a palavra, para discutir o veto, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago* – Antes de conceder aparte a alguns colegas, queremos, deputado Adalclever Lopes, dizer que V. Exa. tem sido o baluarte de Minas Gerais. Apesar desse desgoverno do PT, da sua falta de rumo, o senhor, com sua credibilidade, tem conseguido aprovar tudo o que o governador quer, mesmo que algumas coisas sejam ruins lá na frente. Por exemplo, a criação de 4 secretarias, de 10 subsecretarias e centenas de cargos de confiança, para que os companheiros do PT tenham uma rendinha extra e, assim, contribuam para o partido. Os secretários recebem jetons da Codemig, da Cemig, do BDMG, mas o Estado não tem dinheiro para pagar os salários dos servidores, os quais estão sendo divididos, atrasados, mas as contas não param de chegar. Deputado Adalclever Lopes, temos a convicção de que a sua administração na presidência desta Casa é, provavelmente, a melhor de todos os tempos. Acredito que vai continuar sendo assim, mas há um grupo que, talvez não entendendo o grande favor que o senhor tem feito, principalmente para esse desgoverno do PT, com a sua credibilidade, quer fazer algumas coisas que dificultam o exercício da sua presidência. Há pouco apresentei aqui uma questão de ordem. Queremos dizer o seguinte: vão existir comissões temáticas ou a Assembleia vai virar uma casa da mãe joana?

Se, por acaso, não for aprovado um requerimento na Comissão de Saúde... Lá, vemos claramente a ideia do PT de boicotar alguns requerimentos. Voto é voto. Quem tem a maioria vota e vota contra. Não é se ausentar e não deixar votar, como tem feito a base. Vamos votar contra! Votamos contra.

Eu mesmo queria que o governador de Minas passasse uma noite – ou o secretário de Saúde – em qualquer pronto-socorro – e eu iria junto como presidente da Comissão de Saúde –, para que pudessem ver, deputado Felipe Attiê, o sofrimento da população. A base do governador votou contra esse requerimento. A ideia não era obrigá-lo a ir. Era um requerimento convidando para passar a noite.

Agora, vimos o prefeito do Rio de Janeiro, o Eduardo Paes, que teve que ir a uma urgência e emergência com seu filho e queria passar na frente de todo mundo. Queria essas coisas todas. É lógico! O governador tem que saber disso, porque, até pela condição e inteligência e cargos que já ocupou. É lógico que, quando vai nascer um filho dele, a esposa vai para o Hospital Mater Dei, um grande hospital, que o Salvador e sua família construíram. É muito bem administrado! Ele vai para aquela maternidade. Parece até que pede para o pessoal fechar uma ala para ficar mais longe das pessoas que têm convênio e direito de usar o hospital. Entretanto, a base dele não quer que ele nos acompanhe numa emergência.

A deputada Marília, como petista graduada, cujo partido está acostumado a mandar no País e agora em Minas Gerais, não consegue entender o descalabro que esse partido está fazendo em todo o País, levando milhões de pessoas para as ruas. Ela foi à Comissão de Saúde pela primeira vez e não sabe que lá há um boicote sistemático de não deixar os requerimentos



serem votados. Há um boicote frequente. Na hora de votar, temos toda a paciência. Votamos a favor, votamos contra; votamos a nossa posição. O que aconteceu? No final da reunião – e havia quórum –, ela queria que fosse votado o requerimento para uma audiência pública em Betim. Se, hoje, os deputados da base quiserem, isso será aprovado. Entretanto, a D. Marília, como petista graduada que é, queria que fosse votado apenas o requerimento dessa audiência. “Os outros deputados não valem nada! Não era para votar os requerimentos dos outros. Vamos votar e vamos derrotar.” Deputados Fred Costa, Antônio Jorge, requerimentos de vários deputados. E ela queria que fosse votado. Eu falei que havia uma regra que estávamos tentando cumprir da melhor maneira possível.

Presidente, levamos para outra comissão. Lá tudo será feito. O que acontecerá? O senhor terá que nos responder: existe comissão temática ou a Assembleia vai virar um barracão do governo, desse governo que tudo pode, tudo acontece?

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Deputado Arlen Santiago, primeiro parabeno-o pela sua condução à frente da Comissão de Saúde, que tem sido uma comissão imparcial, que tem visitado todas as regiões de Minas Gerais, mostrando as dificuldades, o que realmente acontece com a saúde em Minas e no Brasil. É a realidade do SUS, essa sofrida realidade do SUS.

Com muito orgulho, consegui, o que não é fácil com o atual governo na Assembleia Legislativa, aprovar, na Comissão de Educação, um requerimento para que a Uemg seja instalada em Juiz de Fora, na zona norte da cidade. A zona norte de Juiz de Fora tem cerca de 150 mil habitantes. É maior que praticamente 90% dos municípios de Minas Gerais, e nossa cidade ainda não tem a Uemg.

Nós queremos, sim, universidade pública e gratuita para o povo da zona norte. E, por consequência, a própria cidade será aquinhoadada na questão da mobilidade urbana. A cidade toda ganhará, porque todos os moradores hoje da zona norte são obrigados a ir para a região sul, para a região central, onde estão concentradas as universidades. Se nós conseguirmos a instalação de uma universidade pública e gratuita na zona norte, a cidade, por consequência, será aquinhoadada no aspecto da mobilidade urbana.

É muito importante para todos nós que tenhamos lá uma universidade pública e gratuita, porque o povo da zona norte de Juiz de Fora o merece. Muito obrigado, deputado Arlen Santiago, pelo aparte.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, deputado Lafayette. Concedo aparte ao deputado Felipe Attiê, que mora em uma cidade que possui PT municipal, PT estadual e PT federal.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – Sr. Presidente, esse trator da saúde em Minas Gerais, o Arlen Santiago, está coberto de razão. Em Uberlândia, nossa cidade, o prefeito municipal é do PT, o governo estadual é do PT, o presidente da República é do PT. Na universidade federal, o reitor também sempre apoiou o PT, bem como o diretor do hospital. Quer dizer, todos estão enturmados, todo mundo colocado de forma harmônica.

Estão fechando o pronto-socorro da Universidade Federal de Uberlândia, aos poucos, o atendimento à saúde, aos poucos. Fecham-se os leitos; chegando lá, não há vaga; não tem para onde mandar; o prefeito não paga a rede privada, não paga nada. Então a situação é grave. É muito grave o que está acontecendo em Uberlândia. O caos da saúde se instalou lá, como está instalado em todo o País, e nós queremos lamentar. Isso precisa ser enfrentado por pessoas como você e outros.

Eu também gostaria de falar de um problema muito ligado à saúde: orçamento. Ontem estive aqui o Sr. Helvécio Magalhães, o homem do Planejamento, acompanhado do secretário José Afonso Bicalho, da Fazenda. Infelizmente o José Afonso Bicalho não ficou aqui, picou a mula, principalmente na hora em que fui falar. Ele ficou esperando eu falar no final, pois tinham me colocado bem no final, e não me esperou, alegou que tinha uma reunião em Brasília, zarpou, picou a mula e não respondeu aos meus questionamentos e problemas.

Mas o secretário Helvécio Magalhães, médico, inclusive, veio aqui falar de planejamento. Ele apresentou uma planilha, a planilha dele, esta que está na minha mão, com dados. Essa coisa de orçamento é uma matéria técnica, regida pela Lei nº 4.320 e envolve conceitos de contabilidade, do curso de contabilidade. Eu fiz o curso de administração e tive condição de ter o



curso de contabilidade, dado em uma grade inteira, com matemática financeira. Também envolve economia, porque é contabilidade pública, contabilidade nacional. O Prof. Ernani lecionou a matéria Contabilidade Nacional na Universidade Federal de Uberlândia. Então consegui juntar bem, porque também tive noção de direito nos dois cursos, de economia e de administração. É uma matéria chata, difícil; as pessoas não têm compreensão; os deputados têm dificuldade de entendimento.

Mas o secretário veio aqui zombar de nós. Eu pude provar que toda a apresentação dele era uma farsa, era mentira. Por quê? Porque está aqui. O secretário de Planejamento fez um orçamento, que está na minha mão, com previsão da receita tributária de Minas Gerais – ICMS, ITCD, IPVA e as taxas, o grosso que o Estado arrecada – para este ano de R\$51.000.000.000,00. Eu mostrei a ele que essa receita está errada, porque você pode ver, na publicação do *Diário Oficial* de 29/1/2016, no consolidado de janeiro a dezembro do ano passado, que a receita tributária de Minas Gerais foi de R\$41.000.000.000,00. Isso está publicado aqui. Então como a receita vai sair de R\$41.000.000.000,00 para R\$51.000.000.000,00? Como ela vai crescer 25% de um ano para outro? Mentira. Fixou-se errado. O orçamento está com a receita estimada errada e, conseqüentemente, a despesa está distribuída errada. Mas, pior, ele ficou com tautologias despirocadas e usou de sofisma e de invenção – talvez ele não tenha tanto conhecimento – para tentar explicar o que não tem explicação. Ele botou na planilha dele que a despesa de pessoal é de R\$45.500.000.000,00 neste ano.

A despesa com pessoal, no ano passado, e está aqui no dia 29 de janeiro deste ano, foi de R\$41.000.000.000,00. Ele fez o orçamento que votamos na Casa, em dezembro. E está aqui na página 2 do orçamento: na despesa com pessoal, ele colocou os mesmos R\$41.000.000.000,00 que gastou no ano passado. Então, ele errou na despesa de pessoal. Sabe o que ele quer falar para o povo de Minas Gerais? “Porque os juros da dívida...” Aí ele começa a falar de juros da dívida. Gente, ele colocou que a despesa de pessoal para o ano de 2016 é de R\$41.000.000.000,00, e veio na planilha dele ontem que a despesa é de R\$45.500.000.000,00. Ele errou a despesa de pessoal, errou a receita. Fixou a receita tributária errada de R\$51.000.000.000,00, e não vai sair de R\$41.000.000.000,00 do ano passado para R\$51.000.000.000,00. Distribuiu o orçamento errado e ainda subestimou a despesa para R\$41.000.000.000,00. Mas confessou ontem, em sua planilha, que são R\$45.000.000.000,00. E sai pela tangente dos juros.

Gente, no ano passado, Minas Gerais pagou de amortização de juros da dívida e tudo pouco mais de R\$6.600.000.000,00. Isso de tudo: das dívidas externa e interna. E vai pagar este ano, a própria planilha dele traz: R\$6.900.000.000,00. Ele fica falando sobre a dívida externa do Estado. Tudo bem, o governo federal tem como perdoar os R\$6.900.000.000,00 este ano? Perdoar a dívida interna do Estado de meio trilhão? Não há como! Se ele der um desconto de 20%, o que é gigantesco, seria de R\$1.200.000.000,00. Seria um desconto magnífico, porque o governo federal do Fernando Henrique pegou dinheiro a 19% e emprestou para os estados com limite de 13% a 7%, a 8%. Na verdade, é dinheiro dos senhores que estão aí nos vendo, da dívida pública interna, de todos que têm algum tipo de aplicação financeira.

É uma mentira ficar falando de juros. Ele falou assim: “Subiu R\$7.000.000.000,00 por causa do dólar. Isso será pago em 50 anos. Lá na frente some”. Empréstimo em dólar? Este ano é de R\$6.900.000.000,00; no ano passado foi de cerca de R\$6.600.000.000,00. Isso não se altera ao longo do tempo. Pergunto aos senhores: qual é o problema de Minas Gerais, os R\$6.900.000.000,00 que ele apresentou aqui para este ano ou os R\$45.500.000.000,00 que ele já confessou que é despesa de pessoal e ele fez errado?

O orçamento dele está todo errado, está furado, é mentiroso. Ele já abandonou o planejamento, e está empurrando com a barriga, deputado. O pior de tudo não é isso. O pior de tudo é que ele apresenta uma lista de cortes que é mentirosa, é fictícia. Sabem por quê? Porque ele traz aqui em outros encargos gerais da Fazenda: R\$670.000.000,00. E vem aqui embaixo, em outra conta chamada reserva de contingência – são contas que não têm despesa corrente mensal, são contas usadas, às vezes, para fazer algum convênio com o Estado –, e corta R\$1.000.000.000,00 dos dois em duas contas que não têm como serem cortadas. Quer dizer, já caíram por terra os R\$2.000.000.000,00.

Este orçamento está sendo levado sem planejamento. Cada vez o financeiro está mais longe da atividade de planejamento. Estão fazendo as coisas pelos cocos. Vêm aqui para mentir e enganar. Só que eu conheço. Não vão mentir para



mim que sou economista e sou membro da Comissão de Fiscalização Financeira. Eu mostro com os números dele, com o orçamento na mão. Não é com sofismas, com tautologias, como o Sr. Helvécio Magalhães fez aqui ontem.

O secretário de Fazenda fugiu e não explicou o que tinha de ser explicado. Sabem o que ele teria de ter explicado? Ele teria de ter explicado por que está passando o ICMG do comércio do dia 9 para o dia 2. Ele teria de explicar as irregularidades que fez na utilização dos depósitos judiciais, que sumiram, escafederam-se. Isso é lamentável, deputado Arlen. E aí não há dinheiro mesmo para a saúde, porque não existe planejamento. Minas Gerais está sendo gerida nos cocos, desculpem-me a expressão. Não tem organização, um orçamento deste tamanho!

Outra coisa, o déficit de Minas Gerais vai ser de R\$8.900.000.000,00 este ano, e ele já apresentou despesa de R\$45.000.000.000,00, mais R\$4.500.000.000,00. Então, só isso aí já está dando R\$13.500.000.000,00, com a confissão dele. Em sua planilha, ele confessou que a despesa de pessoal de R\$41.000.000.000,00 não é a que está aqui no orçamento, mas de R\$45.500.000.000,00 para este ano, dos ativos e dos inativos. Só isso aqui, Arlen, já dá mais um furo de R\$13.500.000.000,00.

Agora, e a receita? Você acha que ela sairá de R\$41.000.000.000,00, como foi até 30 de dezembro do ano passado, e vai pular – a receita tributária – para R\$51.000.000.000,00? Então, deve ser mais 3 ou 4 bi de furo. Nós já estamos falando de R\$17.000.000.000,00, R\$18.000.000.000,00 de furo, algo insustentável na organização do Estado.

Isso vai romper na mão dele, e ele sabe que estou falando a verdade, por isso foge. Talvez esteja mal-informado, não é da área, é médico, não tem competência até o presente momento para fazer o planejamento de Minas Gerais, a meu ver. Não tenho nada contra a sua pessoa, nada, nada; pelo contrário, é um homem muito educado, muito gentil, é um moço inteligente, aprende as coisas rapidamente – até que já aprendeu muita coisa, e é inteligente nesse sentido –, mas está perdido. E o pior de tudo, mostra que tem uma despesa de R\$45.500.000.000,00. Ele e o secretário de Fazenda disseram: “Nós não temos dinheiro para dar aumento de salário”. O secretário de Fazenda disse que, no ano passado, se não fosse o depósito judicial – R\$5.000.000.000,00 confiscados –, não haveria como pagar o salário dos servidores, pois tinham 110% a mais de despesa que receita.

Na verdade, não têm dinheiro para pagar as professoras, estão enganando-as, vão empurrando o povo; não têm como tocar este Estado dessa forma. Mentem, vêm aqui, queixam, mostram as dificuldades reais, dizem que não têm dinheiro para dar aumento de salário, mas estão concedendo aumento de salário. E sabem o que vai acontecer? Não vão pagar; vão atrasar mais a folha de pagamento. Mentira tem perna curta e comigo ela não será emplacada. Muito obrigado, deputado.

O deputado Arlen Santiago* – Peço licença ao deputado Carlos Pimenta, a quem também darei aparte, para dizer que não vamos utilizar todo o nosso tempo para discutir essa questão do veto, pois estamos recebendo muitos telefonemas, a bancada de oposição e eu, Arlen Santiago, já que avisamos ao governo do PT o tanto de sofrimento que impingiriam às pessoas da Lei nº 100. Não queriam resolver nada, diziam: “Vamos ser contra tudo. Vamos jogar esse povo para todo lugar. Vamos acabar com essas coitadas” – mais de 60 mil pessoas. Apresentamos as nossas emendas, e a bancada de sustentação do PT votou contra tudo o que podia amenizar o sofrimento dos efetivados. Agora eles começaram a ver que parece que, para o PT, não há lei. Há grávida que foi dispensada, contra a lei; há gente com câncer que foi dispensada; há gente em licença que foi dispensada, e o PT se viu na obrigação de enviar a nossa emenda para cá.

Em homenagem aos efetivados, que o governo do PT está fazendo sofrer tanto – não quis amenizar nada, não há acordo, não vota a PEC nº 3, não a quer colocar em votação; em homenagem principalmente a essas lutadoras, serviçais... Quem sabe, em alguma hora, o governo do PT consiga ver que não pode perseguir tanto essas pessoas e tente fazer o mesmo a esse projeto que está vindo para cá sobre a questão da saúde, a que nós da oposição vamos ser favoráveis, pois já fomos favoráveis quando a bancada de sustentação do PT, os independentes e os não independentes, votaram contra.

Queremos adiantar e dizer que, como 60 mil foram mandados embora em dezembro, o governo fez uma economia muito grande com o sofrimento dessas pessoas; principalmente com os efetivados da educação, da Unimontes, das escolas,



ele economizou porque não pagou o mês de janeiro, e aí houve designação. Quando se fala em concurso, chamaram quantos? Poderiam chamar mais 30 mil e resolveriam o problema.

Concederemos aparte ao Carlos Pimenta, avisando ao pessoal de Januária que a Comissão de Saúde lá estará presente amanhã.

E, Sr. Presidente, ao contrário do que faz a deputada Marília Campos, que não quer seguir o regimento da Casa e do PT, pois eles acham que podem tudo, podem fazer o que quiserem, podem acabar com o governo federal, podem acabar com o governo estadual, podem acabar com a Assembleia, a gente quer que o senhor responda à questão de ordem. Mas hoje pegarei o avião para Montes Claros e estarei lá amanhã, pois parece que os deputados ainda não deram o nome, pelo menos três, para que o avião possa decolar. Para economizar para a Casa, iremos de avião de carreira, e aqueles que quiserem estarão em Januária, na Unimontes, para tentarmos achar algum caminho para a saúde da cidade, que está tão sofrida. Também lá não queremos achar culpados, apesar de que lá é PT municipal, PT estadual e PT federal. Não desejamos achar culpados, queremos achar quem vai resolver as questões.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Em primeiro lugar, agradeço a V. Exa. a oportunidade, mesmo porque este é um dos raros momentos em que temos condições de debater principalmente as questões de saúde nesta Casa. Tem sido praxe nós, deputados da oposição, estarmos proibidos de falar alguma coisa, de ir para a tribuna, de tentar nos reunirmos até na nossa própria Comissão de Saúde, da qual V. Exa. é o presidente e eu sou o vice-presidente. Só estamos conseguindo nos reunir em audiência pública, porque a reunião ordinária da Comissão de Saúde não pode mais acontecer. Não se podem votar requerimentos, não se pode fazer debate. Parece até que estamos vivendo, deputado Arlen Santiago, às mil maravilhas na área de saúde em Minas Gerais. Parece que está tudo bem. Parece que não existe problema nos hospitais. Parece que não há problema nas filas. Parece que o sistema de urgência e emergência está funcionando muito bem em Minas Gerais. Estamos, então, absolutamente proibidos.

Só queria dizer a V. Exa. que fiquei chocado com o comportamento da Comissão de Direitos Humanos da Casa, da qual faço parte como membro titular. Já acompanhei a Comissão de Direitos Humanos quando era presidente o deputado João Leite e também na época do deputado Durval, e a comissão era copartidária, ela tinha o dever sobretudo de denunciar violação dos direitos humanos de qualquer cidadão. Aqui não. Quando se fala, deputado Arlen, que é para execrar, para atacar a polícia, a comissão funciona; mas quando é para defender, por exemplo, os sargentos, a comissão tem esse comportamento de não votar os requerimentos.

Estou até com meu comunicado em mãos. Estou propenso a abrir mão da minha vaga de titular da Comissão de Direitos Humanos, porque entendo que não é dessa forma que deve agir uma comissão que já prestou tantos serviços à população, que já defendeu verdadeiramente tantas pessoas que recorreram à Casa. Agora a comissão se fecha apenas em temas que interessam a alguns parlamentares e que não interessam ao Estado.

Em solidariedade ao deputado Sargento Rodrigues, vou discutir essa posição com a liderança do nosso bloco e, provavelmente, na próxima semana, já não farei mais parte dessa comissão que não está cumprindo seu papel e que não oferece oportunidade para as pessoas discutirem as questões.

Voltando à questão da saúde, deputado Arlen, foram divulgados números assustadores esta semana. Em Minas, entre dengue, chicungunya e zika vírus, já ultrapassamos a casa dos 350 mil casos. Um em cada quatro brasileiros – 25% dos casos do País estão ocorrendo em Minas Gerais.

Já existem centenas de notificações de grávidas que contraíram o zika vírus, principalmente no primeiro trimestre, e estão em observação. Tomara Deus que essas futuras mães não venham a dar à luz filhos com microcefalia. Alguém pode dizer que a questão da dengue é universal, que foge à competência do governo, mas não é. Alertamos. Fui à Comissão de Saúde há três meses e falei – minha fala está gravada, assim como a de V. Exa. – que Minas corria o risco de ter uma epidemia da doença, o que está se configurando. Querem jogar a responsabilidade nas costas dos pobres prefeitos, que não



têm dinheiro para comprar a merenda escolar, para comprar o remédio, que estão fechando as portas das prefeituras durante meio expediente. A culpa tem que ser assumida. Fico até com dó do coitado do Fausto Pereira, secretário de Estado de Saúde, um homem correto, íntegro, preparado, mas que não tem condições para agir. O governo federal, em 2014, contratou 60 mil agentes de saúde. E agora, neste ano, foram contratados apenas 15 mil agentes de saúde para percorrer as nossas casas e orientar a nossa população. Estamos vendo aí os lixões. O Ministério Público tem que entrar pesado na questão dos lixões, obrigando o governo federal a socorrer as prefeituras na construção dos aterros sanitários.

Deputado Arlen Santiago, amanhã não vou acompanhar V. Exa. até Januária. Peço que me represente. Outorgo a V. Exa. o direito de falar em meu nome na cidade de Januária, porque marcamos uma reunião em Varginha já há algum tempo. Tenho uma filha que é médica na cidade de Varginha, e recentemente minha netinha nasceu no Hospital Regional de Varginha. Lá nos comprometemos a repassar um recurso de custeio no valor de R\$150.000,00 para o CTI neonatal do hospital regional. Isso foi aprovado, mas o dinheiro não chegou. Peço ao líder do governo para interceder nessa questão, pois o dinheiro não está chegando. Estamos fazendo um papel ridículo nesta Casa. Tinham que acabar com esse negócio de emenda, porque eles não pagam, eles não honram os compromissos relativos às emendas. No hospital de Varginha há um CTI maravilhoso, que foi implantado à época do deputado Antônio Jorge, e há dinheiro para custeio. É um hospital público, que tem o apoio do governo municipal e do governo estadual, mas não tem dinheiro para custeio. A emenda que passei não chegou. As emendas que os deputados passaram não chegaram. A emenda do deputado Eros Biondini, na área federal, chegou, mas as emendas dos deputados estaduais para Varginha não chegaram. O que está acontecendo em Varginha está acontecendo em todos os hospitais de Minas Gerais. Essa questão dos hospitais regionais foi a maior piada que já ouvimos. As construções dos hospitais começaram, mas pararam. Estamos vendo aí a luta.

A Câmara de Montes Claros está agindo por meio do vereador Fernandão Anjo do Futuro, que está batendo nessa tecla, mas ninguém dá uma notícia. Há um silêncio sepulcral do governo do Estado em relação a essas obras, a esses programas maravilhosos. O programa de transporte, Arlen, para os pacientes que moram nas pequenas cidades e querem fazer uma consulta especializada numa cidade maior, está com os micro-ônibus sucateados. A bagaceira dos ônibus faz com que exista o risco de haver um acidente fatal, matando muita gente.

O programa foi esquecido pelo governo do Estado e precisaria ser retomado.

Os medicamentos. Antigamente nós contávamos aqui, meu caro Vanderlei Miranda, com a Funed. A Funed fabricava 32 dos 67 medicamentos da cesta básica. Hoje está tudo parado. Não fabrica um comprimido sequer, está concentrando-se nas vacinas. Mas há aquela estrutura enorme da Funed. Pedimos uma visita da Comissão de Saúde à Funed para verificarmos isso. Se não está funcionando, é preferível alocar os funcionários em outros setores e fechar a estrutura. Para que manter uma estrutura daquela se não está funcionando?

O Samu. Deputado Arlen, estou vendo a hora de o Samu fechar as portas. Isso é muito grave! O Samu foi uma conquista da sociedade, uma conquista do povo. O telefone 192, que socorre as pessoas humildes, que é chamado para levar para os hospitais a pessoa acidentada, a pessoa enfartada, uma criança que quebra um braço ou quebra uma perna... Hoje já existe uma conversa de bastidores segundo a qual o Samu corre o risco de ser fechado. Tomara que isso não ocorra! Secretário Fausto Pereira, o senhor, que sempre teve o apoio da Comissão de Saúde, o senhor que sempre teve o apoio incondicional deste deputado, mesmo nas dificuldades, deve ir a Brasília. O senhor conhece os caminhos de Brasília. Vá a Brasília e tente sensibilizar o ministro que foi levado para lá por um acaso, que não entende nada de saúde pública, que conversa pelos cotovelos, que fica dando palpite errado na hora errada. Tente conversar com aquela turma para ver se temos pelo menos a perspectiva de uma saúde melhor para o nosso Estado.

Fico chateado ao fazer um desabafo dessa natureza, mas não poderia ter outro comportamento, porque não temos a oportunidade de falar daqui e tentar sensibilizar essas pessoas. Não estou fazendo nenhuma crítica contundente e feroz ao secretário de Saúde, mas ao sistema, à falta de assistência do governo federal ao nosso Estado, à falta de postura do



comandante maior do nosso Estado em Brasília. Queremos mostrar o que está acontecendo aqui em Minas Gerais na área de saúde, na área social. Vejam as nossas estradas.

Só mais 1 minuto, Arlen. Na semana passada, eu estive em Nanuque fazendo uma audiência e passei pela Estrada do Boi, pela BR-418, que vai de Teófilo Otôni a Caravelas. O percurso de Minas Gerais é uma vergonha. É uma BR por onde transitam milhares de carros por dia, carretas levando eucalipto para a Vera Cruz, empresa de celulose; carretas de bois, que serão abatidos nos frigoríficos. E, quando saímos de Minas e entramos na Bahia – eu saí de Nanuque para pegar o avião em Teixeira de Freitas –, parece que estamos entrando em outro país. Tudo arrumadinho, asfalto novo, bem sinalizado. Um verdadeiro contraste com a bagaceira que está em Minas Gerais. Antigamente ocorria o contrário. Minas tinha um bom asfalto, e a Bahia, coitada, não tinha nem asfalto, era terra. Hoje tudo mudou. Por que não podemos assumir essa posição, a que Minas precisa assumir? Se todas as vezes que o governador Fernando Pimentel tiver que ir a Brasília ele tiver a altivez de não aceitar essa imposição terrível que está sendo feita a Minas Gerais, se ele tiver a coragem e a altivez de exigir da presidente Dilma uma postura melhor, uma postura digna para com o nosso Estado, mais recursos para Minas Gerais, eu serei o primeiro a aplaudir a posição do governador Fernando Pimentel.

Agora, ficar de braços cruzados vendo Minas ir para a derrocada e acabar em todos os setores, isso não aceitamos. Eu não aceito. Então, deputado Arlen, acho que temos de procurar, de certa maneira, ver o que é justo e deixar a politicagem de lado e tentar dar uma atenção melhor e especial ao Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Vou conceder o último aparte ao deputado Durval Ângelo, para que possamos votar. Quem sabe ele tenha uma boa notícia para nós. Os prefeitos e os hospitais estão querendo receber essas emendas que ainda não foram pagas. Quem sabe ele até já anuncie isso no aparte que fará, para sabermos em que dia começará a ser feito esse pagamento.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Amigo, deputado Arlen, gostaria de me referir à fala veemente do companheiro e amigo que chegou comigo aqui há seis mandatos. Tive a impressão, em algum momento, de que ele estava falando de um outro país. Até me lembrei do poema do Bandeira, que fala de Pasárgada, que era o paraíso com todas as maravilhas. Bastava ser amigo do rei. O que ele diz sobre o governo anterior não é verdade. Debates muito essa questão aqui.

Está aqui um dos maiores entendedores de saúde, o Doutor Wilson, que conhece muito bem as dificuldades do passado e como este governo vem cumprindo, com dificuldade, com os equipamentos públicos de saúde. Tenho os dados e os documentos aqui. O governo federal, em 2015, passou R\$140.000.000 para a cidade de Betim, e o governo do Estado, salvo engano, passou R\$16.000.000,00. O documento está ali. São documentos oficiais. A informação que obtive foi de que 75% do atendimento no hospital regional de Betim é feito aos cidadãos e às cidadãs de Betim.

Agora gostaria de fazer uma defesa da Comissão de Direitos Humanos e do deputado Cristiano Silveira. O deputado Arlen Santiago sabe a seriedade com que conduzimos a presidência da Comissão de Direitos Humanos, e isso não é apenas mérito nosso, já que dei sequência a outros presidentes históricos dessa comissão, como os deputados João Leite e Nilmário Miranda. Foram muitas histórias bonitas de vitória dessa comissão. Contudo, a referida comissão tinha um princípio acordado com a Aspra e com o Centro dos Cabos e Soldados, e houve um momento em que paramos de convidar e convocar policiais, para não expô-los aos problemas. Muitas vezes, quando eles já eram réus ou até condenados, cumpria-se com aquilo que está no código, na Lei de Execução Penal. O objetivo era não expor. Mas, quando ainda eram investigados, a situação era pior ainda. Então sempre tive um acordo com a Aspra e com a Associação dos Cabos e Soldados de não permitir que um policial fizesse prova contra ele.

Vejam isso. Esse é um dos vídeos que o soldado colocou na rede de rádio. Não mostrarei o vídeo de baixo calção, em que o comandante é chamado de pilantra, marionete e ladrão. Se esse policial vier aqui, qualquer deputado poderá pegar, além desses quatro vídeos, um outro, e perguntar ao soldado se ele confirma ou nega isso aqui. Contudo, se isso for feito, ele estará produzindo provas contra si mesmo e não será transferido de uma região, mas, sim, expulso. Ou será que alguém ainda acha que a hierarquia acabou na Polícia Militar?



Nós, ao lado do deputado Arlen Santiago, enfrentamos jagunços para defender índios no Norte de Minas. Fomos onde a Polícia Federal e o Ministério Público Federal não tiveram coragem de ir, mas o nosso Ministério Público estadual e a Polícia Civil estavam lá. Eles diziam que ia ter morte, mas sempre enfrentamos isso, como também sempre tivemos uma atitude respeitosa diante da própria hierarquia. Não fizemos críticas levianas à ausência desses órgãos.

Hoje, provocado pelo deputado Arlen Santiago, os companheiros e as companheiras indígenas de São João das Missões estão conseguindo ampliar suas áreas. Tínhamos aqui deputados contrários; eram muitos os deputados contrários. O deputado Cristiano teve a preocupação de preservar o soldado. Se ele viesse aqui, ele sairia preso. As declarações de baixo calão no sistema público de rádio contra o comandante-geral estão aqui. Tenho certeza de que nenhum de nós defenderá a quebra de hierarquia, nem o deputado Sargento Rodrigues. A questão da greve foi uma situação extrema. O deputado Sargento Rodrigues foi o grande líder do movimento grevista, junto com o deputado Cabo Júlio. Nenhum dos dois defenderam de forma irresponsável a quebra da hierarquia. Então, quero saudar o fato de a Comissão de Direitos Humanos ter preservado o policial. Se ele viesse aqui, seria expulso da Polícia Militar e sairia daqui preso. Do contrário, prenderiam o comandante-geral, porque ele ficaria confrontado.

Portanto, há coisas que fazemos na Comissão de Direitos Humanos. Eu citei dois casos de revisão criminal de policiais que voltaram por ação nossa; citei nomes de desembargadores que foram parceiros; e poderia citá-los aos montes. Então, a Comissão de Direitos Humanos deve preservar. Se o deputado Sargento Rodrigues quer trazer o policial, mesmo sabendo que vai prejudicá-lo, marca isso para a semana que vem, deputado Cristiano, que ele sairá daqui preso. O policial sairá daqui preso, e você queria proteger o policial. O deputado João Leite talvez não tenha ouvido as palavras de baixo calão. Pela sua índole, pela sua postura muito íntegra, ele não concordará com os ataques de baixo calão. Eu sei, porque ele reprovou por várias vezes isso na Comissão de Direitos Humanos. Se querem que o policial saia preso...

Quero destacar a dificuldade de tomar uma decisão, quando presidimos uma reunião. Quando fomos para o Norte de Minas – por várias vezes, visitamos aldeias indígenas –, recebemos várias orientações nesta Casa, deputado Arlen Santiago. Diziam que não deveríamos ir, mas eu devia tomar a decisão, como presidente da comissão durante anos, e você nunca disse: “Estou com você. Vamos juntos”. Quando foi o momento de enfrentar a questão quilombola de Brejo dos Crioulos – e hoje ela está resolvida –, confrontamos milícias privadas que cercaram o local para onde deveríamos ir. Então, acho que o presidente deve ponderar isso. Contudo, se o deputado Sargento Rodrigues e o deputado Carlos Pimenta querem, marquem essa reunião. O policial, com toda certeza – e há coisas piores como ameaça de morte feita ao comandante-geral –, sairá daqui preso. Se defender direitos humanos é permitir que a pessoa seja presa, porque o comandante-geral não pode ser atacado...

E não é porque é o Cel. Bianchini. Respeito-o muito; considero o Cel. Bianchini muito sério. Ele esteve por cerca de oito anos nesta Casa e sempre foi parceiro dos deputados. O Cel. Bianchini serviu nesta Casa como jovem oficial. Ele deve ser o oficial que esteve por mais tempo nesta Casa. Todos nós conhecemos o Cel. Bianchini, mas não aceito desrespeito a nenhum comandante-geral. Eu não aceito. Se uma força armada na rua trata o comandante-geral desse jeito, pergunto: como tratará o seu João e a D. Maria? Se trata o comandante-geral desse jeito, como tratará um deputado ou um filho de parlamentar parado em uma *blitz*? Pensem nisso. Se o comandante-geral é tratado desse jeito, como o filho de vocês, que estiver na rua, será tratado?

Tenho dúvidas, mas, se quiserem, a comissão deverá trazê-lo. Vocês quiseram preservar o policial, não expô-lo, mas ele sairá daqui preso. A Comissão de Direitos Humanos deve tomar essas decisões difíceis. Tenho a certeza de que a Associação de Cabos e Soldados e a Aspra, duas entidades sérias, com corpo jurídico sério, não concordariam com que esse policial viesse aqui prestar depoimento. Então, não tem nada, deputado Carlos Pimenta, de ser contra ou a favor da polícia. Direitos humanos é de todos, e são todos os direitos.

Deputado Arlen Santiago, muito obrigado pelo aparte. Renovo o meu respeito e a minha amizade de sempre.

O deputado Arlen Santiago* – Obrigado. Só quero terminar. Atendendo a pedido da liderança do governo e do presidente, vamos encerrar a nossa fala. Teríamos muito mais a falar, mas gostaria de dizer que 13 mil leitões foram fechados



no Brasil nos últimos quatro anos. Aqui foram 3.500 leitos. No documento que o deputado Durval Ângelo passa para cá, sobre o governo federal mandar R\$124.000.000,00 para lá, ressalto que uma parte desse dinheiro – por exemplo, R\$125.000,00, Drogeria Diniz, R\$121.000,00, Drogeria e Perfumaria THGM – era o dinheiro para a Farmácia Popular, com que o governo federal está acabando.

Então, o que se gasta na saúde de Betim são R\$460.000.000,00, dos quais 302 são de Betim. Mas podemos resolver o problema de Betim, sem sombra de dúvida. A deputada Marília Campos, que tudo pode aqui nesta Casa – e quero ver com o presidente essa questão de ordem, se aqui vai poder tudo, se toda comissão pode tudo e o que vai acontecer –, chamar o governador e falar: “Governador, pegue o hospital de Betim e faça dele o primeiro hospital regional dos muitos que o senhor prometeu, promessa que não conseguiu cumprir”.

Então, encerro a minha fala atendendo ao pedido para que possamos fazer a votação. Peço ao deputado Cristiano Silveira que me perdoe por não lhe conceder aparte, mas a liderança está me pedindo para encerrar. Conversaremos depois.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 47 deputados. Portanto, há quórum para votação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Tito Torres.

O deputado Tito Torres – Bom dia a todos. Sr. Presidente, nobres colegas deputadas e deputados, este veto do governador realmente veio contra a vontade da região do Médio Piracicaba e de outros municípios que estão colocados nesse projeto, que é a inclusão de alguns municípios no colar metropolitano. Fazer parte hoje do colar metropolitano não quer dizer fazer parte da região metropolitana. Isso trará alguns benefícios para os Municípios de João Monlevade, Jequitibá, Itabira, Santana do Riacho, Catas Altas, que já fazem divisa com municípios da região metropolitana e do colar metropolitano, como faz hoje São Gonçalo do Rio Abaixo. Acredito que o governador tenha sido mal assessorado por sua equipe ao vetar esse projeto de lei, que não traz nenhum ônus nem impacto financeiro para o Estado, só traz para o colar metropolitano duas cidades de extrema relevância econômica para o Estado: João Monlevade e Itabira. Peço que as deputadas e os deputados realmente nos ajudem na derrubada desse veto do governador, que não trará prejuízos ao governo, mas benefícios para as cidades que farão parte do colar metropolitano. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós do bloco de oposição já definimos: vamos dizer não ao veto, porque esse é o entendimento que foi discutido pelo bloco.

Presidente, como estamos ainda na mesma matéria, quero dizer, deputado Carlos Pimenta, que até entendo a posição do deputado Durval Ângelo, líder de governo, ao tentar defender os seus liderados na Comissão de Direitos Humanos. Óbvio, é o líder, é do PT, e os deputados que votaram contra o requerimento também são do mesmo partido; isso é natural. Só não é natural – a minha assessoria gravou a fala do líder – que o deputado Durval Ângelo, ao justificar a rejeição do meu requerimento, diga que a comissão preservou o policial, porque tinha provas de que ele não respeitou a hierarquia e, caso viesse aqui, sairia expulso e preso. Ora, é outra grave violação do que chamamos em direito de devido processo legal, ampla defesa e contraditório.

O comando da Polícia Militar, por meio de seus interlocutores, trouxe aos membros da Comissão de Direitos Humanos a informação de que o sargento é culpado, que pode ser condenado, como o foi com a transferência para 800 km de sua casa, de Uberaba para Muriaé. Queríamos dar uma oportunidade ao sargento. Se disserem que a fala do comando da Polícia Militar produz a condenação do sargento, não há como discutir a matéria na comissão. A gravidade dos fatos é que o sargento não foi ouvido.



O deputado Cristiano Silveira, de forma tranquila, disse: “Ofertaremos a ele a possibilidade, de acordo com o art. 131. Vamos ligar para o corregedor. Vamos trazer a Comissão de Direitos Humanos da Aspra”. Ora, estão tratando com órgãos e pessoas subordinados ao comandante da polícia. O deputado Cristiano Silveira insiste em dizer que a minha postura é política em relação ao comando, para afetar o governador. Deputado Cristiano Silveira, o governador tem as suas atribuições descritas na Constituição da República e na Constituição do Estado. Sei a hora em que vou cobrar dele a sua responsabilidade, até porque quem é operador do direito tem o dever de conhecer essa parte da matéria. Vamos cobrar também as responsabilidades do comandante-geral.

Fui à Polícia Federal denunciar o chefe do Gabinete Militar, porque havia destinado, deputado Carlos Pimenta, 23 policiais do Batalhão de Choque para reforçar a guarda pessoal do governador. Isso se chama crime de improbidade administrativa, ou seja, utilizar recursos humanos ou logísticos para satisfazer interesse pessoal. Um oficial da Polícia Militar disse: “Deputado, quando cheguei ao Palácio das Mangabeiras, o chefe da segurança do governador veio até mim e disse que o batalhão de choque estava ali para retardar o cumprimento de ordem judicial que a Polícia Federal fosse cumprir no palácio”. Sei separar.

Volto ao requerimento que ajudei a aprovar, requerimento para discutir os direitos e garantias fundamentais, o exercício da democracia. O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, veio aqui fazer o maior estardalhaço e defender o governo do PT.

Isso, sim, é escandalosamente utilizar a Comissão para fins políticos. Qual a ação concreta que a Comissão de Direitos Humanos defendia, ali, a não ser o discurso político da CUT e do MST? Apenas isso, sair em defesa do Lula, que agora quer virar ministro. Nem abordei esse assunto no meu encaminhamento.

Deputado Cristiano, fique tranquilo, tenho enorme respeito por V. Exa., mas não abro mão de ler os arts. 73 a 76 da Constituição do Estado, todos os dias. Todos os dias os leio. Sabem para quê? Para que minhas falas e ações fiquem dentro do que a Constituição impõe como dever ao deputado estadual. Fiscalizar os atos do Poder Executivo, exercer controle dos atos do Poder Executivo, denunciar que o comando recebe diária e que a tropa não recebe, denunciar que o governo cortou verbas da segurança pública – e cortou! Fiz o desafio. Onde está o deputado da base do governo para vir a esta tribuna dizer que o comandante não recebeu R\$65.000,00 de diária em 10 meses, e que o pessoal do Batalhão de Choque está, até hoje, sem a diária?

Ontem, eu disse ao secretário Helvécio Magalhães que não dá. Há mais de um ano, o governador Fernando Pimentel deu ordens à diretoria de pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para não publicar ato de aposentadoria. Sabem por quê? Para não pagar férias-prêmio, não pagar verbas retidas como ajuda de custo, não pagar diferença de promoção. Há mais de um ano, não paga. O governo do Partido dos Trabalhadores não paga, há um ano, aquilo a que seus trabalhadores têm direito.

Onde está o deputado da base do governo para se contrapor a esses fatos? Isso é fato, não paga. Apenas em Montes Claros, há 31 policiais que foram para a reserva, em abril do ano passado, e o governo não paga férias-prêmio, Bonifácio Mourão, não paga diferença de promoção! Não paga! Sei exatamente!

O deputado Sargento Rodrigues cobrar isso do governo, dizem que é política do deputado Sargento Rodrigues! Que ele quer atacar o comando para atacar Pimentel. Olha, quem caiu na bobagem, na besteira de não receber este deputado junto com as entidades foi o secretário de governo, Odair Cunha. Disse ele que eu havia feito um ataque pessoal à pessoa do governador e de sua esposa. Peguem os jornais e revistas. Ataque pessoal porque eu disse que o governador estaria sendo indiciado como chefe de uma organização criminosa, lavagem de dinheiro, advocacia administrativa e corrupção passiva. Fui eu quem disse? Não, foi a *Veja*, *Época*, *Isto É*, *Exame*, *Estadão*, *Folha*, *O Globo*, *O Tempo*, *Estado de Minas*, *Hoje em Dia*, todos os jornais.



Se o governador quer gastar R\$200.000,00 para enfeitar o palácio de flores, eu, deputado, vou ficar aqui calado? Não, não vou falar, porque o deputado da base do governo disse que estou fazendo política com isso. Não vou exercer meu papel. O governador gastou mais de R\$500.000,00 com carnes nobres. Vou ficar calado? Governador, quer pagar o servidor em dia? Quer parar de parcelar? Comece cortando as carnes nobres, as flores, o fretamento de jatos. Em 2014, o governo estadual gastou R\$138.000,00, e Pimentel, em 2015, gastou R\$850.000,00.

Se o governador não quer aparecer – ele e a mulher dele – na operação Acrônimo, que não pratique os atos. Quem investiga é a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o ministro Herman Benjamin. Não fui eu não, não sou eu quem está produzindo os fatos. O nosso voto, presidente, é “não”.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Nozinho.

O deputado Nozinho* – Sr. Presidente, quero encaminhar pela rejeição do veto do governador ao projeto de lei complementar que incluiu municípios no colar metropolitano de Belo Horizonte. A inclusão de Itabira e João Monlevade no colar metropolitano corrige um erro, considerando a influência de Belo Horizonte para esses dois polos de interesse comum.

Destaco ainda os prejuízos gerados para a população dessas cidades, que não pode usufruir de programas e políticas públicas voltadas para as cidades que integram o colar metropolitano, com as facilidades do programa Minha Casa, Minha Vida. Para se corrigir esse erro, peço aos deputados e às deputadas o apoio na rejeição do veto, favorecendo o desenvolvimento de Itabira e João Monlevade.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é um momento chato de ser líder do governo ao encaminhar uma proposta contrária ao posicionamento de alguns amigos que a gente preza e respeita muito. Mas eu quero aqui encaminhar na linha da manutenção do veto. Então o meu encaminhamento é para que votemos “sim”, pela manutenção.

Até ouvi uma palavra bem alentadora do deputado Felipe Attiê, porque eu acho que têm de se fazer estudos sim. Então eu estou pedindo que sejam feitos estudos. Mas uma região metropolitana tem de ter características de proximidade, de transporte comum, de atividades em comum, senão a gente cria uma grande estrutura que acaba onerando mais a atividade do Estado.

Então o meu encaminhamento é pelo “sim”, que a gente vote pelo “sim”, pela manutenção.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nesta hora que a gente fica em uma situação difícil. Nós somos políticos, e político é aquela pessoa que representa uma comunidade. Mas, antes de sermos políticos, temos de ter formação técnica das coisas. Então há dois grandes deputados aqui: o Tito Torres, que representa e é apaixonado por João Monlevade; e o Nozinho.

Eu sou favorável à manutenção do veto do governador. Vou explicar o porquê a vocês. Em 2001, eu fui aos Estados Unidos da América fazer um curso de administração pública e novas tecnologias em Georgetown. E marquei, por meio do Itamarati, na época meu sogro Homero Santos era do Tribunal de Contas da União e tinha grande interferência, uma visita à cidade de Montreal. O prefeito Jean Pierre me recebeu lá. Jean Pierre foi do jardim botânico de Montreal e se tornou prefeito daquela cidade em 2001.

Eu fui lá para estudar e ver o quê? Ver o processo de fusão de cidades que estava ocorrendo em Montreal, bem como o processo de metropolização. Pude ver lá os problemas que havia. Por exemplo, havia várias companhias de água numa cidade e noutra. Uma cobrava por metro cúbico, outra cobrava uma taxa fixa. Eram várias as formas de se medir o consumo da água. Várias câmaras municipais tinham o seu regulamento.

Então, estavam extinguindo essas câmaras e fundindo a cidade de Montreal com as cidades de seu entorno para criar uma economia de escala para facilitar o atendimento.



O Canadá é um país de imigrantes, e a central de atendimento de água de uma prefeitura deveria ter 25 atendentes capazes de falar 25 línguas diferentes: mandarim, português, italiano... Então, estavam fundindo as cidades para reduzir custos. Estavam criando os projetos metropolitanos que têm essa função. Sabem por que fui lá? Por que há muitos anos o deputado Geraldo Resende apresentou um projeto aqui que era da metropolização do Triângulo. Depois, a Liza deu continuidade a isso, que considero uma grande bobagem, ou seja, a criação da região metropolitana do Triângulo Mineiro. Isso não tem lógica, é atividade política. Quando se fala em metropolização, isso ocorre quando há conurbação das cidades. A condição precípua é que haja conurbação, como muito bem define o geógrafo Melhem Adas, que é um dos maiores geógrafos deste país. Precisamos entender que é necessário haver economia de escala, é preciso haver ganhos na economia de escala. É preciso haver conurbação, é preciso haver redução de custos em algumas áreas, como no transporte público principalmente. Na questão da distribuição de água e na questão da coleta de lixo poderia ser criada uma região metropolitana, mas seria necessário, como o Canadá fez, extinguir as câmaras municipais das cidades vizinhas, que seriam administradas de outra forma, reduzindo custo para a prefeitura e tudo mais. Não é o nosso caso, não é o caso do nosso país, de origem e colonização portuguesas. Não é o nosso caso aqui no Brasil.

O governador tem razão quanto a esse projeto do colar metropolitano. Daqui a uns dias, esse colar está dando a volta ao mundo. Esse colar não pode dar a volta ao mundo, ele presume a conurbação. Então, infelizmente, não há como votar contra o veto do Sr. governador, mesmo eu sendo oposição, porque fui estudar esse assunto, conheço-o desde que o Geraldo Resende levantou isso aqui na década de 90, ao tratar da região metropolitana do Triângulo – depois veio a Liza Prado. Isso não tem o menor sentido. Sempre achei isso uma falácia.

Aqui os políticos têm de mostrar serviço para o povo; aqui no Parlamento se aprovam leis, então ele tem de aparecer, tem de justificar. Mas sai criando umas pérolas, sai criando coisas que não têm nada a ver uma com a outra. A gente vai lá, estuda, faz as coisas cientificamente, buscando produtividade, eficiência, competência, estuda as regras do sistema capitalista para melhorar a gestão, para melhorar os objetivos, para melhorar as coisas, e um projeto desses vem e desvirtua todo o princípio do que é uma região metropolitana, que está a 140km. De que adianta fazer região metropolitana de Uberaba e Uberlândia, se estão a 100km uma da outra, se são duas cidades independentes? Para que isso?

Vamos ser objetivos! Como administrador, não posso votar nesse projeto. É dos meus amigos, é dos meus companheiros, mas se eu rasgar os meus diplomas e o meu conhecimento científico, de que adianta eu ter estudado para colocar isso a serviço do povo na política? Não posso ser um político que só faz as coisas para ter voto ou para ter amizade ou para ter companheirismo. Eu tenho de tentar botar as coisas no rumo certo. Meu voto é com o governador Fernando Pimentel. Pela manutenção do veto, “sim”, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c o art. 222, do Regimento Interno. As deputadas e os deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim” e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A presidência lembra ao Plenário que o veto será rejeitado se obtiver, no mínimo, 39 votos contrários. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o veto.

– Registram “sim”:

Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Fábio de Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Isauro Calais – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Fabiano Tolentino – Fred Costa – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – João Vítor Xavier – Nozinho – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registra “branco”:

Elismar Prado.

O presidente – Votaram “sim” 32 deputados; votaram “não” 12 deputados; houve 1 voto em branco; totalizando 45 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 145. Oficie-se ao governador do Estado.

Declarações de Voto

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, quero declarar meu voto contrário a esse veto do governador. Entendemos, conforme foi dito pelo deputado Tito Torres, que o governador foi mal instruído e poderia, de alguma forma, ter-se aprofundado um pouco mais sobre esse projeto. Mas o que me traz a este microfone e me causa uma grande surpresa e, mais do que isso, uma grande decepção é o fato de que acabou de ser publicado nos órgãos de imprensa do nosso Estado, Presidente Adalclever Lopes, que o ex-presidente Lula aceitou o convite da presidente Dilma para assumir a Casa Civil da Presidência da República. Tenho a certeza de que é mais uma das inúmeras afrontas à sociedade brasileira, mas a Justiça brasileira, Justiça essa serena, responsável, saberá exatamente os motivos que levaram o mesmo a tomar essa medida. Gostaria de dizer que a prepotência do presidente da República é tamanha, deputado João Alberto, que, na tarde de ontem, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigiu-se a Brasília com a sua família num avião, num jato de uma das empresas investigadas na Operação Lava Jato. O avião se encontra em nome de determinada empresa investigada na Operação Lava Jato, e o ex-presidente, de forma arrogante, querendo afrontar a população brasileira, utilizou-o. O Partido dos Trabalhadores – e aqui não faço nenhuma crítica, Presidente – deveria, até por questão de justiça, ter fretado e arcado com os custos desse transporte e dessa movimentação do presidente para que os brasileiros tivessem ciência dos motivos que exatamente estão levando o ex-presidente a assumir esse cargo. Mas eu dizia anteriormente, deputado Bosco, e volto a dizer que espero que a justiça seja feita, que o ex-presidente, caso seja comprovada – e não estou fazendo nenhum prejulgamento – a sua participação em determinados crimes, seja penalizado, seja punido. O que quero aqui é manifestar mais uma vez minha indignação, como a de milhares de brasileiros que foram às ruas no último domingo. Quero deixar claro para alguns parlamentares que aquela manifestação não era de apoio a nenhum candidato derrotado ou a quem quer que seja candidato futuro. Era uma manifestação de indignação com esse governo, com as coisas que os membros desse governo fizeram com a maior empresa brasileira, a Petrobras. Os milhares de brasileiros foram às ruas para exigir a saída da presidente da República, que não tem mais clima para continuar governando os destinos do nosso país. Não tem sequer a ampla maioria da sua base no Congresso Nacional. Espero que a presidente da República, num gesto de grandeza, tenha a oportunidade de sair como herói desse governo. Se a presidente gosta tanto do Brasil, se a presidente gosta tanto do País, que renuncie para que os órgãos internacionais vejam o Brasil com outros olhos. Temos acompanhado os fatos, deputado Bráulio Braz – um grande empresário –, e, em todos os dias em que se sinaliza uma possível queda da presidente da República, o mercado reage, as ações das empresas sobem, o dólar cai. A comprovação de que os investidores externos querem vir para o Brasil é clara. Mas, quando ocorre algo como ocorrerá agora, tenho certeza disso, quando o ex-presidente Lula assumir o Ministério da Casa Civil – não sei os motivos que o levaram a isso, não sei se é a necessidade de foro especial –, acompanho todos aqueles parlamentares e sobretudo a sociedade mineira e brasileira, posso apostar que hoje as ações das grandes empresas brasileiras e a bolsa de valores vão cair assustadoramente e o dólar vai subir, porque os investidores vão começar a ver que as mudanças que a população deseja – para isso foi às ruas – não virão. Alguns podem concordar, outros não: a manifestação na Avenida Paulista foi maior que a das Diretas Já, um movimento da democracia em que a população brasileira foi às ruas reivindicar exatamente a oportunidade de participar das eleições. Venho aqui dizer: presidente da República, presidente Dilma, que afirma ser mineira, apesar de não ter feito sua vida em Minas Gerais, não ter feito ações e trazido para o nosso Estado os recursos necessários, renuncie, para que o Brasil volte a crescer, volte a se desenvolver, para que o capital estrangeiro venha para o Brasil novamente. Se ficar dessa forma, os



brasileiros não aguentam mais. Não adianta tapar o sol com a peneira. Existe deputado que não aceita as manifestações. O próprio governo as reconheceu como legítimas e preocupantes, porque foi maior do que se esperava. Ele as menosprezou e começou a ver agora que a população brasileira está cansada desse desgoverno, dessa roubalheira e de outras coisas mais. Por favor, presidente da República, saia como herói, como alguém que fez a história do nosso país: renuncie ao mandato para o qual foi eleita e, mais do que isso, um mandato em que a senhora tem traído os seus eleitores.

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, a presidenta Dilma foi eleita. Sei que o PSDB e o DEM tinham outro candidato que foi derrotado. Quem governa é a presidenta Dilma. Ela convida para ser ministro, segundo as regras do presidencialismo, quem ela acha que deve convidar. Ela não pode convidar para ser ministro o senador Aécio Neves, porque ele é oposição, tem outra linha de pensamento. No dia em que ele ganhar a eleição poderá convidar quem ele quiser. É impressionante a oposição não se conformar até hoje com o resultado eleitoral e querer fazer com que o Brasil não funcione. O povo brasileiro já está angustiado com essa situação. Só trabalham para não deixar o Brasil funcionar. É a regra do quanto pior melhor. Falam de corrupção como se todos fossem um bando de vestais da honestidade. O senador Aécio Neves está agora também denunciado. Não sei se é verdade, se não é, mas há lá um monte de denúncias feitas contra ele. Espero que essas denúncias sejam apuradas um dia, mas até hoje não o foram. Então, Sr. Presidente, não quero entrar nessa discussão e ficar batendo boca aqui a cada declaração de voto que é feita – aliás em relação a algo que não tinha nada a ver com esse assunto. Quero falar do veto que foi votado e fazer um apelo ao deputado Gustavo Corrêa, que é o líder da oposição e está aqui conosco, que diz respeito aos demais vetos que estão na pauta. Deputado Gustavo Corrêa, existem quatro vetos na pauta e três projetos da área de educação cuja votação é fundamental. Um deles é relativo ao projeto da lei do reajuste do piso salarial, que deve ser lido hoje à tarde e, amanhã, já haverá reuniões nas comissões sobre o assunto. Esperamos poder contar com o apoio da oposição e agilizarmos para que ele entre rapidamente na pauta. É o projeto que estabelece o reajuste de 11,36% do piso salarial. Ele chegou ontem, enviado pelo governador Fernando Pimentel. Os outros dois são: um projeto referente à adesão ao Ipsemg dos professores que ficaram sem vínculo com o Estado, devido à decisão do STF, e que poderão fazer a opção de se vincularem ao Ipsemg Saúde – esse já se encontra na ordem do dia para votação em 1º turno; e o outro, também fundamental, é o PLC nº 50, que volta amanhã à Comissão de Fiscalização Financeira e virá também para votação em Plenário. Ele estabelece que as professoras, os professores, os trabalhadores em educação adoecidos, que eram da Lei nº 100, permaneçam como trabalhadores no Estado e recebam o retroativo desde dezembro, podendo se submeter a nova perícia e, a partir daí, continuarem, se ainda adoecidos, resguardados no Estado; assim, inteirando-se 24 meses, que é o que diz a lei federal, poderão ser aposentados. Portanto, são três projetos muito importantes da área de educação. Dois deles minimizam os efeitos da decisão do STF, da Lei nº 100, e um terceiro projeto estabelece o reajuste do piso, retroativo a janeiro. Como os trabalhadores em educação estão numa jornada de luta nacional, com paralisação de três dias, hoje amanhã e depois, estão solicitando da Assembleia Legislativa que, durante esse período da jornada de luta, consigamos votar esses projetos. Como temos quatro vetos na pauta, eles só poderão caminhar, caso os vetos sejam votados. Então, o apelo que quero fazer a todos os deputados da situação e da oposição é que não haja obstrução dos vetos e que cada um vote como queira e com a sua consciência cada um dos vetos, mas não utilizem o mecanismo de obstrução – embora ele seja regimental e possa ser usado como quiserem os deputados, porque o regimento o permite; que tenham sensibilidade num projeto como esse, das professoras adoecidas, por exemplo, que estão sem receber desde janeiro; que possamos aprovar esse projeto de lei, a solicitação que elas fazem. Os deputados e as deputadas já devem ter recebido, nos gabinetes, várias ponderações a esse respeito. Essa é a solicitação que faço em nome das trabalhadoras em educação e do Sind-UTE. Hoje eles têm uma assembleia, que será realizada a partir das 14h30min, aqui mesmo na Assembleia Legislativa, e certamente vão visitar os gabinetes dos deputados e das deputadas. Peço ao presidente desta sessão, deputado Lafayette de Andrada, que, logo que os projetos ficarem prontos para votação, ainda nesta semana, possamos marcar com os professores a sua votação para a semana que vem, estabelecendo-se, portanto, um pacto com essa área, com a qual, tenho certeza, todos nós temos muita



sensibilidade. Então, minha declaração de voto foi que votei em relação a este veto com o governador, e os motivos já foram expostos pelos outros deputados, mas estou angustiado por não conseguirmos caminhar com a rapidez necessária para estabelecer justiça para os trabalhadores da educação. E a solicitação que faço ao presidente é que nos ajude a pautar, nas reuniões da semana que vem, a aprovação desse projeto. Muito obrigado.

O presidente – Com relação à pauta, V. Exa. sabe que ela é formulada após acordo de lideranças. Então esta presidência não pode adiantar se o referido projeto estará ou não na pauta na semana que vem. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Referente a esse assunto, existem quatro vetos trancando a pauta, então não será possível a votação de nenhum projeto na Casa até que esses quatro vetos sejam analisados. A análise dos vetos requer tempo. Cada um deles depende de dias de discussão neste Plenário para que sejam votados ao final. É bom que tenhamos responsabilidade no trato com os servidores, para não criarmos neles uma expectativa mentirosa. A análise desses projetos levará um certo tempo por conta dos quatro vetos que trancam a pauta. Mas quero, na verdade, lamentar o tapa na cara da população brasileira, da sociedade brasileira que tomamos na manhã de hoje, com a confirmação da parte dos líderes do PT no Senado e na Câmara do ex-presidente Lula para o Ministério da Casa Civil. É um tapa na cara da sociedade brasileira; é querer zombar da Justiça brasileira; é querer zombar da Constituição; é querer zombar de todos os brasileiros, mesmo depois do maciço comparecimento deles às ruas, no último domingo. Foi um tapa na cara que tomamos. Perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra, Presidente.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, ouvi atentamente a colocação dos deputados que me antecederam e, da mesma forma como o deputado Gustavo Valadares afirmou, acho que devemos exatamente zelar pela responsabilidade que o povo mineiro nos delegou. Não vamos criar expectativas nos servidores do Estado. Quem cometeu equívocos na tramitação desses projetos foi o governador, que de alguma forma tentou iludir mentindo aos servidores, sobretudo os da educação. A população mineira nos colocou no papel de opositores a esse governo e, por isso, o nosso papel é cobrar e fiscalizar as promessas e os compromissos de campanha do então candidato Fernando Pimentel. Ainda há quatro vetos para serem discutidos e votados. Cada parlamentar pode discuti-los por uma hora. Então, querer impor e pressionar o Parlamento por erros desse governo, isso não vamos jamais permitir. E os servidores da educação sabem muito bem: não é interesse da oposição prejudicar e atrapalhar a tramitação desses projetos, até porque, pelo que me consta – ainda não tive a oportunidade de me debruçar sobre eles –, a data é retroativa a janeiro de 2016. Então, aprovarmos agora ou depois não fará tanta diferença aos servidores. O que faz diferença é o escalonamento que o governo tem feito, que, de forma equivocada, concedeu reajustes que não poderiam ter sido concedidos, que não enxugou a máquina pública da forma como os mineiros desejavam e desejam. O governo prometeu encaminhar a esta casa uma reforma administrativa para redução de gastos, mas isso ainda não o fez. O que queremos é exatamente isto: que as ações sejam ditas, que as verdades sejam colocadas. O governador prometeu, durante a campanha inteira, que pagaria o piso nacional aos servidores da educação, e sabemos que assim não tem feito. Se não fosse a mobilização e a pressão dos servidores da educação, justiça seja feita, o governo já tinha encaminhado outro projeto para esta casa, de outra forma. E se o governo tivesse tanta preocupação em aprovar esse projeto, deputado Lafayette de Andrada, presidente desta sessão, e mais que isso, se tivesse interesse e realmente valorizasse esses servidores, poderia ter se utilizado de outros tantos projetos que se encontram na Casa para serem emendados. Eles possivelmente já poderiam ter tido aprovação. Então chamo a atenção de todos os servidores públicos, porque a oposição é responsável e deve zelar pelo seu papel. Não nos deixaremos levar por pressão. Vamos pressionar o governo. Quem errou foi o governo, quem os iludiu foi o governo que enviou um projeto para esta Casa e depois recuou e o retirou. Existem outros projetos tramitando em regime de urgência, e, se o governo tiver interesse, poderá retirar o regime de urgência de todos eles. Deputado Lafayette de Andrada, V. Exa. é o presidente desta sessão e conhece muito bem o Regimento da Casa e já disse claramente que a pauta sempre é discutida entre os líderes. Quero deixar claro que os deputados da oposição são sempre sensíveis às demandas dos



servidores estaduais, não apenas dos servidores da educação. Mas precisamos demonstrar os equívocos que este governo vem cometendo. Mais que isso, devemos mostrar essa farsa e essa enganação que este governador fez com os servidores públicos.

O deputado Rogério Correia – Presidente, serei rápido. Mais uma vez, pretendo esclarecer a solicitação que fiz e o fiz em forma de apelo. A situação desses trabalhadores da educação é constrangedora e difícil. Como havia uma ordem do STF, que teve de ser obedecida, esses trabalhadores, em especial os que estão adoecidos, não recebem desde o mês de janeiro. Dessa forma, se esse projeto não for votado rapidamente, novamente não vão receber no mês que vem. Sei que os vetos estão na frente, mas os vetos podem ser votados como foi feito hoje, em menos de 1 minuto, caso haja disposição para tal. Política e pressão são duas coisas que andam e atuam juntas, deputado. É óbvio que V. Exa. e todos os demais sofreremos pressão do sindicato dos trabalhadores para votar esse projeto, mas é claro que cada um votará de acordo com a sua consciência. Estou fazendo apenas um apelo. Não vim aqui para dizer que é um tapa na cara das professoras. Aliás, escutei isso de outros deputados. Gosto muito de adjetivos e poderia dizer que é um tapa na cara das professoras ou uma mentira da oposição. Estou fazendo apenas um apelo. Mesmo ouvindo esse tipo de ofensa que virou algo comum, porque é comum deputados fazerem bravatas neste microfone para ofender os outros nesta Casa, eu não estou fazendo isso. Estou fazendo apenas um apelo. Acho que seria inclusive equivocados, do ponto de vista da oposição, manter uma obstrução em relação a veto, e pediria a V. Exa. que pensasse nisso. Na verdade, isso não vai, em nada, prejudicar o governo. Se esse projeto não for votado, ele vai prejudicar os trabalhadores da educação. Então qual é a motivação da obstrução que a oposição fará em torno dos vetos? Não vejo razão para isso. Podem obstruir se tiverem algum motivo, mas depois da aprovação do veto dos professores. É isso o que será questionado aos deputados da oposição. Não estou incendiando nada, mas também já estou solicitando não apenas à oposição, mas também aos deputados da situação que, mesmo havendo insatisfações, essas insatisfações não se transformem em insatisfações contra os trabalhadores da educação, que são os que menos merecem o resultado da disputa política. Em suma, é isso. Não podemos transformar esses projetos que aí estão em cabo de guerra de disputa política entre PT e PSDB, entre situação e oposição. É o que penso acerca disso. Aliás, por várias vezes, quando fui oposição, agi dessa forma. Quando se tratava de um projeto do governo relativo a servidores públicos, por diversas vezes defendi que parássemos com a obstrução para votar os projetos dos servidores. Na época, a oposição abriu mão de fazer obstrução em torno dos acordos que foram feitos. Fiz isso várias vezes, ainda que estivesse em período de obstrução. O deputado Lafayette de Andrada, que era da liderança, da situação à época, sabe disso. Eu era oposição. Por várias vezes, invertemos a pauta de projetos e deixamos o veto passar em benefício de projetos populares da área do serviço público, que não podiam ficar no cabo de guerra. Então, deputado Gustavo Corrêa, é essa a solicitação. Se eu pudesse dar um conselho a você, em razão da minha idade – e alguns acham que, por eu ser Correia, sou o pai do Gustavo –, se vale a pena o exemplo do meu cabelo branco, eu sinceramente não faria, se estivesse na oposição, obstrução a esse projeto. Por mais que você explique que a culpa é do governo que poderia ter enviado antes, o projeto está aí e resolverá a vida de milhares de pessoas que estão sem receber. Ele dará um reajuste às professoras, que são as que ganham menos no Estado, e você, se obstruir... Esta é uma recomendação que lhe faço como amigo: não caia nessa jogada. Sei que há outros deputados que são mais estilo Bolsonaro e Malafaia, que são ultrarradicais e gostam de fazer isso, mas tenho a certeza de que você, como líder sensato que é, até terça-feira pensará e dirá que o deputado Rogério Correia tem razão: é melhor limparmos o jogo, todos, e mostrar que Assembleia Legislativa como um todo está a favor das professoras. Depois a oposição retomará o seu ritmo normal. É apenas um conselho. Dizem que o inferno está cheio de bons conselheiros e boas intenções. Fica, então, o conselho de quem já foi oposição, já tem os cabelos mais brancos, gosta muito de você e não quer de forma alguma jogar o professorado contra a oposição e, muito menos, contra você. Então, não caia na onda dos radicais que estão do seu lado, dos Pit Bull, que certamente virão com essa intenção, o que fará com que isso fique mal para você. Então, esse é um conselho. Também o deputado Lafayette de Andrada é muito experiente, já tem 400 anos de política na família Andrada. Coloque juízo na cabeça dos meninos. Como não há mais nenhum deputado inscrito, peço a V. Exa. que encerre a reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/12/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.346/2015 (relator: deputado Roberto Andrade) e 2.459/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira) ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 3.427/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.785, 2.804 e 2.977/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.801/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade, Fábio Avelar, e Felipe Attiê, em que requerem seja realizado fórum técnico regional, no ano de 2016, para debater as potencialidades econômicas por região no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/2/2016

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (12/12/2015 e 13/1/2016), e do Sr. Manuel dos Anjos Marques Teixeira, secretário executivo do Confaz (4/2/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2.º turno, do Projeto de Lei nº 921/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Inácio Franco, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.749/2015 (relator: deputado Emidinho Madeira), 3.021/2015 (relator: deputado Nozinho) que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.132 e 3.144/2015. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer de redação final do Projeto de



Lei nº 1.101/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte, que compreende o recebimento a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.943/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater assuntos relativos à crise econômica que atinge a cadeia produtiva do leite no Estado;

nº 4.956/2016, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater os danos ambientais e patrimoniais que a possível instalação de um aterro sanitário na comunidade de Quilombo, no Município de Divinópolis, causaria às comunidades de Quilombo, Choro, Costas, entre outras;

nº 4.964/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a má qualidade na prestação do serviço de telefonia na zona rural e a implementação do Programa de Universalização do Acesso aos Serviços de Telecomunicações em Minas;

nº 4.965/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico para debater a situação do Projeto Jaíba quanto aos custos da energia, à comercialização dos produtos e à utilização da água;

nº 4.967/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da região do Jequitinhonha que enfrenta a pior seca desde 1976, o que vem gerando prejuízos incalculáveis aos produtores da região que necessitam buscar apoio governamental para amenizar tais danos, principalmente nas áreas da lavoura e pecuária;

nº 4.969/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o texto do projeto de Lei Federal 7.948/2014, que tramita no Congresso Nacional a fim de regulamentar as atividades dos apicultores ou meliponicultores;

nº 4.970/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a legislação, o apoio e o fomento aos estabelecimentos agroindustriais rurais, bem como questões de habilitação sanitárias e outros entraves e dificuldades do setor;

nº 4.973/2016, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Carmo do Rio Claro, para debater e dar encaminhamento ao melhoramento genético na região bem como o Programa de Melhoria da Qualidade do Rebanho Bovino Brasileiro – Pró-Genética da Associação Brasileira de Criadores de Zebu-ABCZ, tendo em vista a possibilidade de implantação do programa nas regiões Sul e Sudoeste do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Inácio Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/2/2016

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a



discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.095 e 3.101/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.024/2016, dos deputados Geraldo Pimenta e Anselmo José Domingos, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com o Sada-Cruzeiro pela conquista, pela terceira vez, do Campeonato Sul-Americano de Clubes de Voleibol Masculino. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Willian Rosignoli, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ubá (17/12/2015); e Paulo Henrique Barbosa Pontello, gerente-geral da Agência Santo Agostinho da Caixa Econômica Federal (13/1/2016); da Sra. Romana Pessoa Picanço, chefe da Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e dos Srs. Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de Parcerias Estaduais do CNPq, e Heberth Percope Seabra, gerente da Caixa Econômica Federal (27/01/2016); Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (28/1/2016); Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional; Marx Fernandes dos Santos, superintendente regional da Caixa Econômica Federal; e Marcelo Cássio Silvério, chefe substituto da Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (4/2/2016); das Sras. Luciene Eugênia da Silva, gerente-geral da Agência Santo Agostinho da Caixa Econômica Federal; e Maria Aparecida Chagas Ferreira, secretária de Planejamento e Formulação de Políticas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e dos Srs. Joabe Pereira Countrin, coordenador-geral de Gestão de Convênios do Ministério do Esporte; e Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de Parcerias Estaduais do CNPq (18/2/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 50/2015 (Arnaldo Silva), 120/2015 (Tito Torres), 238 e 2.781/2015 (Vanderlei Miranda) e 551/2015 (Felipe Attiê), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 367/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde, com a Emenda nº 2 (relator: deputado Arnaldo Silva), 1.433/2015 (relator: deputado Felipe Attiê); 994/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses); 1.683/2015 (relator: deputado Thiago Cota); 2.272/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo, em virtude de redistribuição); e 2.673/2015 (relator: deputado Arnaldo Silva), todos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.929/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado o Requerimento nº 3.650/2016 e rejeitado o Requerimento nº 3.810/2016. Passa-se à 3ª Fase da



2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.054/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de informações sobre o Pedido de Reexame nº 932616, formulado nos autos da Prestação de Contas nº 887464, que se encontra em poder procuradora Cristina Melo para emissão de parecer desde 28/11/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Rogério Correia – Gustavo Corrêa – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016

Às 16h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e a debater as possíveis medidas para fomentar a implementação de conselhos do idoso em todos os municípios do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública ou audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Neusa de Araújo Fernandes, vice-presidente do Clube da Maturidade de Belo Horizonte; Maria Mazzarello Vieira Torres, assistente social do Conselho do Idoso de Nova Lima; e Húlia Barbosa dos Santos, advogada Creas de Ibirite; e os Srs. Dilson José de Oliveira, coordenador Especial de Políticas para o Idoso do Estado de Minas Gerais, representando o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Wagner Cândido Ferreira, secretário executivo do Conselho Estadual do Idoso – CEI; Evanézio Fidêncio Miranda, psicólogo da Coordenadoria Especial de Políticas para Idosos – Cepti; Romerito Costa Nascimento, coordenador Estadual de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Vicente dos Reis Vieira Lobo, presidente da Câmara Municipal de Pequeri; e Sandro Lopes Sevaroli, vereador da Câmara Municipal de Pequeri. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. A presidência concede a palavra ao deputado Glaycon Franco, também autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Isauro Calais, presidente – Geisa Teixeira – Glaycon Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/2/2016

Às 14h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Celinho do Sinttrocel (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM) e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Glaycon Franco e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que



compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.871/2016. Registra-se a presença do deputado Felipe Attiê. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Rogério Correia – Thiago Cota – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/2/2016

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Fred Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é considerada aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Vítor Valverde, secretário de Governo de Belo Horizonte (18/2/2016) e da Sra. Maria Brochado Ferreira, secretária-adjunta de Casa Civil (25/2/2016). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.084/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a criação de hospital público veterinário em Minas Gerais;

nº 5.086/2016, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada audiência pública em Caratinga para debater a situação dos cães abandonados nesse município e região, que se encontram atualmente sob responsabilidade da Ong Latemia;

nº 5.087/2016, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria em que requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários pedido de providências para que instaure inquérito policial a fim de investigar crime ambiental ocorrido em um condomínio residencial do Bairro Caiçara, Belo Horizonte, em que um morador do prédio chutou o cachorro de uma vizinha após o animal ter latido e corrido atrás de seu filho, fato que levou o animal à morte após decorridos nove dias;

nº 5.088/2016, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria em que requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial a fim de investigar crime ambiental ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2016, na Praça Afonso Arinos, em Belo Horizonte, onde um suspeito, identificado como Dimitri, teria jogado o cão de estimação de um morador de rua, de nome Valmir, debaixo de um ônibus, causando a morte do animal;

nº 5.089/2016, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública para se obterem esclarecimentos sobre a execução e a implementação das políticas públicas para o controle de zoonoses no Estado; e seja convocado para essa audiência o Sr. Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes, Sra. Fernanda São José, advogada, e Sr. Jean Cloude, fundador do Centro de Psicologia Canina. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.



Noraldino Júnior, presidente – Anselmo José Domingos – Fred Costa.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/2/2016**

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e o deputado Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a transferência interestadual de resíduos químicos, oriundos da baixada santista, no Estado de São Paulo, produzidos pela fábrica Rhodia, em Cubatão, entre as décadas de 1960 e 1990, para serem incinerados no Município de Sarzedo, e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marília Carvalho de Melo, subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, representando o Sr. Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Maria José do Amaral, vice-prefeita municipal de Sarzedo, representando o prefeito, Sr. Werther Clayton de Rezende; e os Srs. Geraldo Vitor de Abreu, subsecretário de Regularização Ambiental Integrada, representando o Sr. Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Mauro da Fonseca Ellovitch, promotor de justiça, coordenador Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias Rios das Velhas e Paraopeba do Ministério Público do Estado, Wander Nascentes Pereira, secretário Municipal de Meio Ambiente de Sarzedo, Cláudio José Pontual, superintendente do Programa de Integridade, Jarbas Amaro de Souza Filho, gerente de produção, representando o Sr. Paulo Márcio Simões, diretor-geral da Eco Vital, Márcio Antônio Mariano da Silva, diretor químico da Associação de Combate aos Poluentes – ACPO –, e José Cláudio Junqueira Ribeiro, professor no Mestrado de Direito Ambiental e Sustentabilidade da Escola Superior Dom Helder Câmara. A presidência concede a palavra à deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Inácio Franco.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2016**

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Neilando Pimenta, justificando ausência nas reuniões da comissão realizadas nos dias 15/9/2015, 13 e 20/10/2015 e 3/11/2015. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 4/2/2016: ofícios dos Srs. Carlos Henrique Silva Santos, chefe de assessoria parlamentar do Ministério dos Transportes; Marcelo Vinaud Prado, diretor-geral substituto da Agência Nacional de Transporte Terrestres; Miguel da Silva Marques, superintendente regional da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a



votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.738, 3.739, 3.768 com a Emenda nº 1, 3.777, 3.781 a 3.785, 3.857, 3.895, 3.896 e 3.916/2016. Registra-se o voto contrário do deputado Gustavo Corrêa ao Requerimento nº 3.739/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.592 e 1.673/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.838/2015. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.102/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itutinga, para debater a situação precária em que se encontra a BR-265, no trecho que liga o Município de Lavras a São João del-Rei, com vistas a buscar soluções imediatas para o melhoramento da rodovia e o aumento da segurança no tráfego;

nº 5.104/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a Resolução nº 412/2012, que dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - Siniav - em todo o território nacional, com fulcro no desenvolvimento e na implantação do referido sistema no Estado;

nº 5.105/2016, do deputado Celinho do Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação, com ênfase nas condições de trabalho, dos motoristas e cobradores do sistema Move e dos ônibus convencionais do transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 5.106/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a retomada das obras da Rodovia do Contorno, no Município de Andradas;

nº 5.107/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, na entrada do Distrito Industrial JF, no Município de Ouro Fino;

nº 5.108/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-295, no trevo de acesso ao Município de Inconfidentes;

nº 5.110/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, na entrada do Bairro Escolinha, no Município de Ouro Fino;

nº 5.112/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, na entrada do Bairro Santa Cruz, no Município de Borda da Mata;

nº 5.113/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, na entrada do Bairro da Serrinha, no Município de Ouro Fino;

nº 5.115/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -

pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, próximo ao Posto Girassol, no Município de Ouro Fino;

nº 5.116/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, próximo ao trevo do principal acesso ao Município de Ouro Fino;

nº 5.117/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a retomada das obras de pavimentação do trecho de rodovia que liga o Distrito de Douradinho ao Município de Machado;

nº 5.118/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, no trevo da entrada do Distrito de São José do Pântano, no Município de Pouso Alegre;

nº 5.119/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para a instalação de torre de telefonia celular ou repetidora de sinal nos Povoados de São Sebastião de Campinas e Caxambu, no Município de Dolores de Campos, através do programa Minas Comunica II;

nº 5.120/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para que seja realizada uma operação "tapa-buracos" no trecho da MGC-383, que liga Madre de Deus de Minas e São Vicente de Minas;

nº 5.121/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit - pedido de providências para que sejam instalados redutores de velocidade no Km 45 da BR-393, no trecho que liga Além Paraíba e Volta Grande; e seja feita a devida sinalização para indicar a bifurcação das Rodovias BR-393 e BR-116, com vistas a garantir a segurança dos motoristas que ali trafegam;

nº 5.122/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit - pedido de providências para que sejam instalados redutores de velocidade e indicadores de curva perigosíssima no Km 43 da BR-393, no trecho que liga Além Paraíba e Volta Grande; e seja feito estudo para possível mudança no traçado da curva, uma vez que o traçado atual tem provocado acidentes;

nº 5.123/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública, em Ibitiré, para debater o sistema de internet;

nº 5.124/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a pavimentação do trecho de 26 km da MG-280 que liga o Alto do Rio Doce a Dolores do Turvo; e do trecho de 14 km que liga Cândido à Divinésia;

nº 5.125/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater a violação de direitos humanos, no transporte aéreo, das pessoas com deficiência;

nº 5.126/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na Rodovia MG-290, na entrada do Distrito de Crisólia, no Município de Ouro Fino;



nº 5.127/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a implantação de um quebra-molas na MG-295, do Km 8 ao Km 10, próximo à Estação Dias, no Município de Brazópolis;

nº 5.128/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater a parceria público-privada - PPP - celebrada entre a empresa AB Nascente das Gerais e o governo do Estado, referente à concessão para administrar a MG-050, entre Juatuba e São Sebastião do Paraíso.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Deiró Marra, presidente – Gustavo Valadares – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2016

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.893/2015, que recebeu parecer pela aprovação (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.839/2016. Registra-se a presença do deputado Felipe Attiê. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.099/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizado debate público com o tema "Políticas estaduais de apoio aos pequenos negócios";

nº 5.100/2016, do deputado Paulo Lamac, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim –, a desburocratização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB – e a facilitação na abertura de empresas;

nº 5.101/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à decisão do governador do Estado de antecipar a cobrança do ICMS das empresas do dia 9 para o dia 2 de cada mês, a partir de abril de 2016;

nº 5.103/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência conjunta de convidados com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para apresentação de diagnósticos do cooperativismo e para o lançamento da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais – Frencoop-MG – na 18ª Legislatura;

nº 5.109/2016, dos deputados Roberto Andrade, Felipe Attiê e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o andamento do relatório do grupo de trabalho constituído para promover estudos e propostas de concessão de benefícios tributários e econômicos que possam tornar a Zona da Mata competitiva;



nº 5.114/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública para debater aspectos relativos à proposta de reforma administrativa de governo formulada pelo governo do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Roberto Andrade.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2016

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.080/2015, que recebeu parecer por sua aprovação (relator: deputado Missionário Marcio Santiago). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Antônio Jorge, presidente – Léo Portela – Ione Pinheiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta, Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BCMG) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria do Carmo Andrade Filha, secretária substituta da Secretaria Especial de Saúde Indígena (18/2/2016), Claudia Maria Bandeira de Melo Lisboa, coordenadora-geral do Gabinete do Ministro da Saúde e Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (25/2/2016), e do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, procurador-geral da República (20/2/2016). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foram ouvidos as seguintes pessoas: Ricardo Ulisses Rodrigues Sirino, servente de pedreiro, e Paolo Leite Costa, representante dos candidatos aprovados excedentes no concurso ASP/ASE 2013, para o cargo de agente de segurança penitenciário. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.129/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para analisar a viabilidade de nomeação dos excedentes do concurso ASP/ASE 2013 para o cargo de agente de segurança penitenciário, tendo em vista o término do contrato de cerca de 6.000 agentes do sistema penitenciário em janeiro de 2017 e o fim da validade do referido

concurso em julho de 2017. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Sargento Rodrigues – Paulo Lamac – Professor Neivaldo.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Doutor Wilson Batista e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* de 25/2/2016: ofícios dos Srs. Francisco Urbano Araújo Filho, coordenador-geral de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional, e Paulo Henrique B. Pontello, gerente-geral da CEF(2). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 13/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde, com a Emenda nº 1; 203/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 1.566/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública (relator: deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.054/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência de convidados, a situação atual e as perspectivas para 2016 do abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e as intervenções em saneamento básico no Município de Esmeraldas. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 25/2/2016: ofícios das Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta da Casa Civil e de Relações Institucionais (2). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 938/2015, no 1º turno, do qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos 3.859, 3.861, 3.862 e 3.899/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.000 e 3.018/2015. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública ou audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à

mesa as Sras. Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais; e Ana Maria de Moraes Pinto, vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas; e os Srs. Glacialdo de Souza Ferreira, prefeito de Esmeraldas; Silvio Lúcio dos Santos, secretário de Obras, Transportes e Trânsito do Município de Esmeraldas; Ronaldo Alves de Oliveira Brandão, vereador da Câmara Municipal de Esmeraldas; Rômulo Thomaz Perilli, diretor de operação metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Mário Guimarães Filho, conselheiro da APA Vargem das Flores e presidente da Associação do Bairro Ouro Branco; Dom Frei Lucas Macieira da Silva, bispo da Diocese Anglicana de Esmeraldas; Rodinei Ferreira Dias, vereador da Câmara Municipal de Contagem; Irineu Inácio da Silva, vereador da Câmara Municipal de Contagem; José Antônio Ribeiro Portella, superintendente metropolitano da Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Aulino Pereira Barbosa, gerente do distrito de Ribeirão das Neves da Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Almir Azevedo Araújo, secretário de Fazenda do Município de Esmeraldas. A presidência concede a palavra a deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Dilzon Melo – Inácio Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 10h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Wilson Batista. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, no 1º turno, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 920 e 1.658/2015 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Cristiano Silveira, aprovado pela comissão. É aprovado requerimento do deputado Bonifácio Mourão solicitando que o Projeto de Lei nº 3.104/2015 seja apreciado no segundo lugar desta fase. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº Complementar nº 25/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.104/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado João Alberto. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 30/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Bonifácio Mourão. O deputado Antônio Jorge retira o parecer apresentado anteriormente do Projeto de Lei nº 531/2015, no 1º turno, e solicita prorrogação de prazo para emissão de outro parecer, a qual é deferida pelo presidente. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 534 e 567/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Leonídio Bouças e Antônio Jorge. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 751/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Antônio Jorge, que



conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 783/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado João Alberto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 838 na forma do Substitutivo nº 1 e 1.019/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). É convertido em diligência ao secretário de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 1.001/2015 (relator: deputado João Alberto). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Isauro Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.064/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Cristiano Silveira. Registra-se a saída do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator deputado Cristiano Silveira). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.156, 1.214 e 1.461/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Antônio Jorge, o primeiro e o último, e Leonídio Bouças, o segundo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.163/2015 (relator deputado Antônio Jorge). Registram-se a presença do deputado Bonifácio Mourão e a saída do deputado Cristiano Silveira. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.570/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.571 e 1.727/2015 (relatores: deputados Antônio Jorge e Isauro Calais, respectivamente). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.615 e 1.682/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relatores deputados Antônio Jorge e João Alberto, respectivamente). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.131/2016, dos deputados João Alberto e Antônio Jorge, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Cultura, com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Cultura e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais para debater matéria referente à declaração de patrimônio histórico e cultural do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2016.

João Alberto, presidente – Bonifácio Mourão – Cristiano Silveira – Gustavo Corrêa – Isauro Calais.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 14h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e os deputados Léo Portela e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e a debater a falta de repasse de recursos para entidades que cuidam do tratamento e recuperação de usuários e dependentes de drogas e seu impacto na política de recuperação e reintegração social de egressos do sistema prisional. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tanit Sarsur, superintendente de Acolhimento da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social, representando o Sr. Rafael Miranda Alves Pereira, subsecretário dessa pasta; Dilma Seabra Abreu Rocha, assessora jurídica do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – Conead –, representando o Sr. Aloísio Andrade, presidente desse conselho; Fernanda Pinto Araújo, representante da Federação das Comunidades Terapêuticas Católicas do Brasil; Flávia Assunção Diniz de Moraes, diretora de

gestão de rede de serviços complementares da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; e Núbia Barros, psicóloga do Núcleo de Tratamento ao Adicto; e os Srs. Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil – Feteb; Onézimo Domingos Filho, representante das Comunidades Terapêuticas de Minas Gerais; Márcio Antônio Gomes, diretor de articulação com as redes de serviços complementares da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Bispo Edmar Malta, coordenador da Comunidade Terapêutica Betel; Ernane Souza Silva, presidente da Associação Projeto de Amor e Restauração Feminina; Jerson Pedro Avelar, coordenador-geral da Comunidade Vem Ser, de Cláudio; Rogério de Souza Vieira, coordenador de Comunicação da Ceami de Uberlândia; Reinaldo Ribeiro, superintendente da Cread, da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Amaury Inácio, coordenador técnico da Comunidade Abraço; Robert Willian de Carvalho, presidente da ONG Defesa Social; Almir Alves dos Santos, coordenador da Casa Azul; Marcílio de Assis, superintendente da Associação Comunidade Terapêutica Mães e Filhos, de Itaúna; e Josivaldo Miguel da Silva, coordenador da comunidade terapêutica CTL. Na qualidade de autor do requerimento que deu origem a esta audiência, o presidente passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Professor Neivaldo – João Alberto.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais, Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e Rogério Correia (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Gil Pereira, Cabo Júlio, Iran Barbosa e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Isauro Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.230/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 e pelo desmembramento de parte da proposição original e sua apresentação na forma de projeto de lei complementar, para adequar a matéria à forma legalmente prevista para a sua tramitação, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 da deputada Marília Campos, 2 e 3 dos deputados Isauro Calais e Iran Barbosa e 4 do deputado Bonifácio Mourão. Após votação, é rejeitado requerimento do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informação para esclarecer como serão pagos os vencimentos retroativos dos servidores licenciados por motivo de saúde, referente ao período em que foram desligados do serviço público, haja vista que retornarão ao estado *ad quo*, com as garantias laborais, especialmente, considerando que o projeto de lei complementar apresentado junto ao Projeto de Lei nº 3.230/2016 tem efeito a partir de 1º de janeiro. Registram-se os votos contrários dos deputados Bonifácio Mourão e Gustavo Corrêa. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, ficando, portanto, prejudicada a Proposta de Emenda nº 4, nos termos do art. 284, IV, do Regimento Interno. Submetidas à votação, são aprovadas as Propostas de Emenda nºs 2 e 3, registrando-se os votos contrários dos deputados Gustavo Corrêa e Bonifácio Mourão. Submetida à votação é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, registrando-se os votos contrários dos deputados Gustavo Corrêa e Bonifácio Mourão. É dada nova redação ao parecer. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e

aprovado o Requerimento nº 5.147/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que retifique, se for o caso, o Projeto de Lei nº 3.230/2016, para incluir a prestação dos serviços farmacêuticos e complementares a que se refere o *caput* do art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.876, além de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e sociais, já contemplados na proposição. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Isauro Calais – Antônio Jorge – Gustavo Corrêa – Bonifácio Mourão.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/3/2016

Às 16h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG) e Cabo Júlio (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Rogério Correia – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Cássio Soares e Dirceu Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da comissão e a debater o risco de descredenciamento da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – como universidade e a designação e recomposição do quadro de profissionais da educação. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/2/2016. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.906/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Paulo Lamac). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.786 e 3.830/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.978, 4.979 e 4.984/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública. A presidência, na qualidade



de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Neste momento, o presidente, deputado Paulo Lamac, passa a presidência ao deputado Dalmo Ribeiro Silva. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo – Douglas Melo.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2016

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Roberto Andrade. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Jane Gray Oliveira Santos Porto, advogada da Nextel Telecomunicações S.A. (18/2/2016); Rafaela Gigliotti, diretora do Detran-MG (27/1/2016); Andrea Mendes de Souza Abood, coordenadora de Administração de Trânsito do Detran-MG (27/1/2016); e dos Srs. Mauro Borges Lemos, presidente da Cemig (13/1/2016); Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de Justiça (4/2/2016); Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia (13/1/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.801/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.150/2016, do deputado Ricardo Faria, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e o Procon-MG, a efetividade da Lei nº 19.095, de 2 de agosto de 2010, que disciplina o *marketing* direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona;

nº 5.151/2016, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – pedido de providências para que a operadora de telefonia fixa e móvel Vivo cumpra as obrigações firmadas no termo do Edital nº 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL, o qual prevê a prestação de serviço de telefonia fixa e móvel e de dados (internet fixa) nas localidades de Marinópolis, Fernando Lobo, Aterrado e Beira Rio, no Município de Além Paraíba; e

nº 5.152/2016, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à operadora Vivo pedido de providências para que se cumpram as obrigações firmadas no termo do Edital nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel, que prevê a prestação de serviço de telefonia fixa e móvel e de dados (internet fixa) nas localidades de Marinópolis, Fernando Lobo, Aterrado e Beira Rio, no Município de Além Paraíba.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2016.

Elismar Prado, presidente – Noraldino Júnior – Douglas Melo.

**ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/3/2016**

Às 12h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Thiago Cota, membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Thiago Cota e Cabo Júlio (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, o deputado Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Encerrada a discussão na Comissão de Administração Pública, o presidente defere requerimento de autoria do deputado Gustavo Corrêa que solicita votação destacada da Emenda nº 1, contida no parecer. Submetida a votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.230/2016, no 1º turno (relator: deputado Cabo Júlio), na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1. Registra-se o voto contrário do deputado Gustavo Corrêa. Registra-se a presença dos deputados Professor Neivaldo (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), ambos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A presidência informa que foi designado relator do Projeto de Lei nº 3.230/2016, no 1º turno, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o deputado Thiago Cota. É distribuído em avulso o parecer do relator, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública. Estão presentes, também, os deputados João Leite e o deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Retiram-se do recinto os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, Tiago Ulisses e Thiago Cota. Não havendo quórum para a continuação dos trabalhos, a presidência agradece a presença de todos e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Tiago Ulisses – Rogério Correia – Gustavo Valadares – Thiago Cota – Vanderlei Miranda.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2016

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a tratar da demora na publicação de ato de reforma e promoção de militares e de receber e votar requerimentos. A presidência convida a tomar assento à mesa o Ten.-Cel. PM Ailton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; o cabo Daniel Silva Pereira, da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM –, representando o presidente; o Sr. Salvim Ferreira Neto, diretor administrativo da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom – Contagem, representando o presidente; e Sargento José de Arimatéia Ferreira de Castro, diretor de Relações Institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, representando o presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retira-se do recinto o deputado João Magalhães, e registra-se a presença das deputadas Cristina Corrêa, membro da comissão, e Marília



Campos e do deputado Professor Neivaldo. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Gustavo Valadares – Gustavo Corrêa – Agostinho Patrus Filho – Rogério Correia – Professor Neivaldo.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/3/2016

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Gustavo Valadares, Thiago Cota, Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), Tiago Ulisses (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Thiago Cota, Gustavo Valadares (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e João Magalhães (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das comissões presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições das comissões. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, na comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o parecer pela aprovação, do Projeto de Lei nº 3.230/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: deputado Thiago Cota). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Gustavo Corrêa – Rogério Correia – Agostinho Patrus Filho – Professor Neivaldo.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições da comissão e a debater os crimes relacionados ao furto e roubo de veículos. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Luiz Humberto Dutra, presidente da Câmara Municipal de Uberaba, encaminhando requerimento de revisão da legislação referente à Taxa de Incêndio, para que o valor seja integralmente destinado ao Corpo de Bombeiros Militar nos municípios em que tem sede, com a finalidade de se investir em compras de veículos e equipamentos para as corporações. Comunica também o recebimento de ofício do Maj. PM Lucas Pinheiro dos Santos Neto, Subcomandante do 22º Batalhão de Polícia Militar, publicado no *Diário do Legislativo* em 3/3/2016. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 838/2015, no 1º turno, cuja relatoria avocou para si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 838/2015 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à



2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.060, 3.063, 3.067, 3.101 e 3.102/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.153/2016, dos deputados João Leite e Antônio Jorge, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e de Saúde para debater a política estadual de tratamento de dependentes químicos; a atuação das comunidades terapêuticas, ambulatorios e instituições afins; e o andamento da Rede Complementar de Suporte Social de Atenção ao Dependente Químico, do Programa Aliança pela Vida e do Projeto Território Aliança;

nº 5.154/2016, do deputado João Leite, em que requer sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, que debateu a falta de repasse de recursos para entidades que cuidam do tratamento e recuperação de usuários e dependentes de drogas e seu impacto na política de recuperação e reintegração social de egressos do sistema prisional, para todos os convidados presentes;

nº 5.155/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regulamentação da atuação do bombeiro civil no Estado;

nº 5.156/2016, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública nos Municípios de Baldim e Jequitibá; e

nº 5.159/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizado debate público sobre segurança pública, com a participação da Comissão Especial de Unificação das Polícias da Câmara dos Deputados, para traçar um panorama da segurança pública, tendo em vista o crescimento constante da criminalidade e a necessidade de bem aparelhar as polícias, seja no aspecto da infraestrutura e organização, seja no que diz respeito ao efetivo.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Rafaela Gigliotti Brandi, diretora do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG; o Sr. Marcelo Schirmer Albuquerque, promotor de justiça, representando o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado de Minas Gerais – CAO Crime; o Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira Jr., diretor de Apoio Operacional e o Cel. Idzel Mafra Fagundes, diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, o comandante-geral; Adriano Assunção Moreira, chefe da Coordenação de Operações Policiais – COP –, representando a chefe de Polícia Civil do Estado; os Srs. Luciano Guimarães do Nascimento, supervisor da Delegacia Especializada de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores; Salvim Ferreira Neto, vice-presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar – Ascobom –, representando o presidente; o Cap. BM Cléber Ribeiro de Carvalho, diretor da Academia de Bombeiros Civil de Minas Gerais – Acadebom; e os Srs. Domingos Silvio Teixeira e Giovanni Charles Paraízo, respectivamente presidente e assessor jurídico do Sindicato Patronal das Empresas Concessionárias e/ou Credenciadas do Serviço Público de Remoção e Guarda de Veículos Automotores do Estado de Minas Gerais – Sindguarda. Na qualidade de autor do requerimento que deu origem a esta audiência, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, passa a tecer suas considerações iniciais. A presidência concede a palavra ao deputado João Leite, também autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Professor Neivaldo – Cabo Júlio – Ivair Nogueira.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016**

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Durval Ângelo (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Lafayette de Andrada, João Alberto, Celinho do Sinttrocel, Tito Torres e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Helvécio Magalhães, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para que preste esclarecimentos sobre o pagamento dos servidores do Executivo relativo ao mês de dezembro de 2015, realizado no dia 13/1/2016, e que habitualmente era pago no 5º dia útil do mês, e sobre as perspectivas para quitação da folha de pagamento nos próximos meses do corrente exercício; e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, justificando sua ausência à reunião; e Odair Cunha, secretário de Estado de Governo, solicitando o reagendamento da reunião, uma vez que o tema em questão diz respeito à Secretaria de Estado de Fazenda. Passa-se 1ª Fase da 3ª Parte que compreende audiência de convidados, que deixa de ser realizada pela ausência do convidado. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.166/2016, dos deputados Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada audiência de convidados com os Srs. Helvécio Magalhães, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e José Afonso Bicalho, secretário de Estado de Fazenda, com o objetivo de discutir a situação econômica e administrativa do Estado, em reunião da comissão a realizar-se em 15/3/2016, às 10 horas;

nº 5.168/2016, do deputado Gustavo Valadares, em que requer sejam convocados os Srs. José Afonso Bicalho, secretário de Estado de Fazenda, e Helvécio Magalhães, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para prestarem esclarecimentos sobre a situação financeira e administrativa do Estado, em especial no que se refere ao fluxo de caixa e às medidas administrativas relacionadas com o planejamento e a gestão da folha de pagamento do Poder Executivo, em reunião da comissão a realizar-se em 22/3/2016, às 10 horas.

Na sequência, é rejeitado o Requerimento nº 5.165/2016, dos deputados Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa e Carlos Pimenta, em que requerem sejam convocados o Sr. Helvécio Magalhães, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre o pagamento dos servidores do executivo, e o Sr. José Afonso Bicalho, secretário de Estado de Fazenda, para complementar informações, em reunião da comissão a realizar-se em 15/3/2016, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2016.

João Magalhães, presidente – Agostinho Patrus Filho – Professor Neivaldo – Gustavo Valadares – Sargento Rodrigues – Fábio Cherem – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016

Às 11h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da

reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Henrique Alves da Silva, secretário de Esportes, publicado no *Diário do Legislativo* em 4/3/2016. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 3.941 e 3.965/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.010/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.171/2016, dos deputados Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 20.824, de 2013, que trata da concessão de incentivo a projetos esportivos e dá outras providências, atendendo a solicitação do secretário de Estado de Esportes;

nº 5.174/2016, do deputado Lafayette de Andrada, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.256/2016, de sua autoria, que propõe a criação de um cadastro de bicicletas no Estado com o objetivo de auxiliar a recuperação de bicicletas furtadas e prevenir novas ocorrências de furto;

nº 5.176/2016, dos deputados Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Esportes pedido de providências para a instalação de academias a céu aberto nos Municípios de Cataguases e Lassance.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.935, 3.937 e 3.955/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – João Leite – Agostinho Patrus Filho.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos



membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.588/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Deiró Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.268/2015 (relator: deputado Anselmo José Domingos). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.939, 3.940, 3.942 e 3.945/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.102, 5.104 a 5.108, 5.110, 5.112, 5.113 e 5.115 a 5.128/2016.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.184/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – Dnit – pedido de providências para recuperação da BR-251, que se encontra com buracos, colocando em risco os motoristas que ali transitam;

nº 5.185/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao Ministério das Comunicações pedido de providências para a manutenção da agência dos Correios recém-inaugurada na região central do Município de Montes Claros, superavitária e importante para toda a população montes-clarense.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.186/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, em Ibitaré, para debater a necessidade de implantação do transporte de passageiros sobre trilhos na região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Deiró Marra, presidente – Anselmo José Domingos – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/3/2016

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.226/2016, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja realizada audiência de convidados, com a presença do Sr. George Hilton, ministro de Esporte, e de outros convidados, para divulgar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e sua importância, as condições de participação, os preparativos do Estado e as vendas de ingressos até o momento;

nº 5.229/2016, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. pedido de informações sobre a negativa de se realizar o clássico América e Atlético no Mineirão, no dia 13/3/2016, às 16 horas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 15 de março de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/3/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender à população. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.893, que autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.898, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.901, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a assistência do Estado aos atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda



nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.396/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de professor de Educação Básica e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.312, 3.316 e 3.319 a 3.321/2015, do deputado Cabo Júlio; 4.054 e 4.070/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.060 a 4.062/2016, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.014 a 4.022/2016, do deputado Bosco; 4.031/2016, da deputada Ione Pinheiro; 4.039 a 4.047/2016, do deputado Carlos Pimenta; 4.050/2016, do deputado João Alberto; e 4.071/2016, do deputado Braulio Braz.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.249/2015, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.927/2015, do deputado Tony Carlos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.277/2015, que autoriza o governo do Estado a criar programa de inserção laboral para usuários de drogas em recuperação.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.985/2016, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 22/3/2016, às 10h30min e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de março de 2016.

Rosângela Reis, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater o impacto, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do fechamento de unidade de saúde e o projeto de municipalização do Hospital Regional de Betim; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2016.

Marília Campos, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/3/2016, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.978/2016, do deputado Douglas Melo, 3.981/2016, do deputado Thiago Cota, 3.982/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.986/2016, do deputado Douglas Melo, e 4.049/2016, do deputado Gilberto Abramo; de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a programação das nomeações dos servidores da educação aprovados nos concursos públicos em vigência de 2011 e 2014.

Sala das Comissões, 21 de março de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 15/3/2016**

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente, quero dizer que ser chamado de grande deputado por Hely Tarquínio é um dos maiores elogios que recebi nesta Casa. Muito obrigado, presidente.

Na verdade, o assunto principal será a cidade de Mariana.

No entanto, primeiramente quero dizer que todos nós, deputados da oposição, estamos, desde as 10 horas até agora, participando de uma audiência pública na Comissão de Administração Pública com o secretário de Planejamento do Estado, do governo do PT, Helvécio Magalhães, e com o secretário de Fazenda, que já saiu, José Afonso Bicalho. Já se passaram 4 horas e 30 minutos de debate sem almoço, estamos todos lá apenas com cafezinho e água. O que podemos tirar dessas 4 horas e 30 minutos é o pior dos cenários para os mineiros e para os servidores públicos estaduais.

O motivo principal dessa reunião, do nosso convite para que os dois viessem à Assembleia, era saber que planejamento tem o governo do PT, o governador Fernando Pimentel e os seus secretários para pagamento dos salários dos funcionários, a partir de abril próximo até o final do ano. A resposta do secretário foi: “Não sabemos”. Atrasos e parcelamentos. Se vai acabar, se voltará a pagar no 5º dia útil, como fazíamos na época do PSDB no governo. A resposta foi: “Não sabemos”. Estamos a 15 dias do mês de abril, e eles não sabem como pagarão os salários em abril. É o pior dos cenários, esse é o horizonte que temos em Minas Gerais. Governo do PT lá, governo do PT aqui, péssimas notícias lá, péssimas notícias aqui, assuntos que darão cadeia lá, assuntos que darão cadeia aqui. É o que temos de PT em Minas.



Mas vou mudar completamente de assunto, porque é um dever, é um sentimento que já tenho há alguns dias, para não dizer há algumas semanas, que desejo externar à população de Minas, deputado João Leite. Antes de começar quero deixar claro que não tive voto em Mariana, estou no meu quarto mandato e nunca fui votado em Mariana. A não ser alguns poucos 5, 7, 10 votos, nada mais do que isso, não tenho trabalho político na cidade de Mariana. Não tenho nenhuma liderança, nenhum contato político, nem para as próximas eleições, deputado Antônio Jorge, nem com o prefeito, a quem respeito e parabeno pela condução que tem dado à cidade, pela forma responsável como tem agido desde o acidente ambiental da Samarco. Enfim, não tenho com ele relação política, não tenho com seus vereadores nem com nenhum vereador da câmara municipal.

O que trago hoje é uma preocupação como parlamentar desta Casa. Minas vive hoje, deputado Ricardo Faria, uma crise econômica que vive o Brasil. Segundo a Fundação João Pinheiro, teremos dois anos em que, no primeiro semestre, o PIB será negativo. Retração no PIB. O ano de 2016 é uma incerteza para todos nós, brasileiros, e mineiros em especial. A taxa de desemprego é a maior dos últimos anos. Em 2015, fechamos com 5,9%, mais que o dobro dos 2,9% de 2014. Em janeiro de 2016, a taxa de desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte já chegou a quase 7%.

O que me traz à tribuna hoje é o sentimento de que Minas não pode parar. Mariana não pode parar. E por essa razão venho aqui, de forma muito tranquila e serena, defender a retomada das atividades da Samarco. Quero deixar muito claro que o acidente ambiental tem apenas um culpado, ou um principal culpado: a Samarco. E por esse acidente, se não o maior, um dos maiores acidentes ambientais do Brasil, ela terá de responder, já está respondendo, junto aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, junto às Justiça Estadual e Federal, junto aos governos estadual e federal. A Samarco já vem respondendo como o grande responsável. Na minha opinião, não é o único responsável. Sou membro da Comissão Extraordinária das Barragens, tenho analisado toda essa situação a partir do acidente e posso assegurar que a culpa principal é da Samarco, mas o poder público falhou, o governo do Estado falhou, foram muitas as falhas, a principal foi da Samarco, que deve e vai responder por isso.

Mas não podemos penalizar o futuro de uma cidade como Mariana e de sua população por conta de algo que já aconteceu e pelo que a empresa terá de responder e vai responder. Temos de defender a retomada das atividades da empresa.

Muitos podem se perguntar se a empresa vai voltar a usar as mesmas barragens – de Fundão, de Santarém e Germano – para receber os rejeitos provenientes da volta das suas atividades de mineração. Digo que não. A Samarco já fez um pedido formal à Secretaria de Estado de Meio Ambiente para que possa retomar 2/3 da sua produção utilizando a cava, que é o buraco deixado, na Mina de Germano e em Alegria do Sul. Esse pedido já foi formalizado à secretaria, e estou aqui hoje para defender – como vou solicitar formalmente em visita que farei ao secretário de Meio Ambiente, Sávio Souza Cruz – que criem uma força-tarefa dessa secretaria para analisar esse pedido prontamente e dar uma resposta à empresa com urgência.

Engraçado que, como aconteceu em nossas discussões na Comissão Extraordinária das Barragens, muitos querem ligar o acidente na barragem da Samarco com a celeridade que houve na renovação do licenciamento. Ora, se estivéssemos em um país onde tudo funciona, a celeridade deveria ser, na verdade, razão para que as coisas estivessem funcionando. Ela não pode estar ligada diretamente ao acidente. O certo deveria ser que, quando alguém entra com um pedido na Secretaria de Meio Ambiente, recebe uma resposta em 15 dias, seja sim, seja não. Se estiver errado, que digam “não”, mas a resposta tem de ser célere. Não há justificativa, por mais complexa que seja a causa, para haver atraso de meses ou anos na liberação de uma licença. Não há justificativa para isso. O Estado, que tem como uma de suas principais características o setor minerário, não pode abrir mão dessa celeridade.

Então, o que quero pedir hoje, desta tribuna, é que o secretário de Meio Ambiente e o governo do Estado criem uma força-tarefa para dar essa resposta à Samarco, mas em especial à cidade de Mariana e à sua população. São 3 mil empregos diretos e mais de mil empregos indiretos só na cidade de Mariana. Imaginem o impacto que tiveram os cidadãos e a cidade de Mariana desde o fechamento da empresa! O que houve foi a queda de arrecadação e de receita e renda na cidade, que está



praticamente parada. Então, é hora de o governo do Estado e da secretaria de Meio Ambiente olharem com carinho para essa situação, criarem essa força-tarefa e analisarem esse pedido da empresa.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Deputado Gustavo Valadares, constrange-me interromper a lucidez de seu raciocínio, mas estive na manifestação da população, no sábado, e queria externar a todos os que nos acompanham que o lema dessa manifestação era “Justiça, sim; desemprego, não”.

Acho que precisamos estar atentos para o fato de que o desastre e a apuração de suas responsabilidades tomam um caminho inequívoco, mas, até a sua conclusão e a correta punição dos responsáveis, isso não pode ser motivo para que a cidade seja jogada no absurdo sacrifício por que passa neste momento. Mas, adicionalmente à preocupação de V. Exa. de que, a partir desse desastre, todas as atividades de mineração passarão a ter um olhar muito mais preocupado e, portanto, qualquer licenciamento deverá ter a mesma preocupação, acho que está havendo um descaminho ou um descuido, talvez, na questão do que se sinaliza como punição e como planejamento de recuperação dos danos ambientais.

V. Exa. tem muita precisão na preocupação do desenvolvimento, mas até que isso tome contorno... Acho que há sinalização para esse fim, com clareza, a empresa não tem se rebelado, aparentemente. Não participo da comissão para saber dos bastidores, mas há a expectativa, ao longo de 10 anos, de um aporte de R\$20.000.000.000,00 para mitigar alguns danos que são irreparáveis, como as vidas.

Mas veja, deputado, é engraçado que ninguém esteja falando da mitigação do efeito econômico. É lógico que a questão ambiental é fundamental, mas nós acreditamos no desenvolvimento de mãos dadas. Isso tem de ser corrigido. Tanto lá, em Mariana, quanto nos municípios afetados, é fundamental que parte desses recursos que serão arrecadados, através de multas e através do acordo para formação desse fundo de compensação, seja destinado para mitigar os efeitos nas receitas dos municípios. O nosso federalismo já tão sacrificado pela política econômica nacional, o nosso federalismo já tão sacrificado no ente municipal pela ausência de receitas, com impostos em valores nominais, deputado, que retroagem a 2013... Então, isso é fundamental. Só em Mariana, a Samarco deixou de contribuir, pela sua atividade, com uma receita de R\$5.000.000,00 por mês.

Já devolvo a palavra em poucos segundos, deputado. Obviamente parte desses recursos tem de ser injetada nas prefeituras, porque é a prefeitura líder dos processos sociais, da gestão da saúde, da gestão da educação. É preciso, e eu vou me dirigir, formalmente, à nossa comissão, e faço esse pedido a V. Exa., para que coloque no seu conjunto de atribuições também – e farei pedido ao Ministério Público, para que coloque nos seus TACs – uma preocupação maior de recursos líquidos para compensação das quedas de receitas, naquilo que vai ser apurado.

O deputado Gustavo Valadares* – Muito bem, deputado Antônio Jorge. Quero agradecer a V. Exa. porque engrandece este pronunciamento e acaba por completá-lo.

Quero apenas apresentar outra questão, está aqui um grande empresário que temos em Minas – por que não, no Brasil? –, o deputado Braulio Braz, que conhece, como ninguém, o setor econômico do País. As principais empresas de Minas hoje passam por dificuldades. A Vale, antiga Vale do Rio Doce, passa por dificuldades. O momento do minério já não é bom. A Usiminas, a maior fabricante de aços planos do País, fechou o ano passado com um prejuízo de R\$3.500.000.000,00. Há briga de acionistas. Na última sexta-feira houve uma reunião, e os japoneses queriam fazer um aporte para salvar a Usiminas, e os argentinos querendo correr. Eu, aliás, solidarizo-me com os japoneses. É o momento de salvarmos a Usiminas, de salvarmos a região do Vale do Aço, que vive agora o reflexo do problema da Usiminas. A Fiat enfrenta problemas por causa do desaquecimento do comércio de veículos e de automóveis de maneira geral, em consequência do desaquecimento da economia. V. Exa. conhece isso mais do que ninguém. Mariana está nesse ritmo também, mas tem condições de retomar o seu caminho. A empresa já fez um pedido formal ao Estado para que se analise essa possibilidade de retomar 2/3 de sua produção.



Então, o que eu venho pedir aqui é que a Secretaria de Meio Ambiente pegue os seus melhores técnicos, busque lá aqueles que conhecem melhor do que ninguém o setor minerário, as consequências da volta da produção, enfim o que for preciso, para que possam analisar, de forma rápida. E que não esperem seis meses, um ano, para conceder a licença para a retomada das atividades da empresa Samarco.

O deputado João Leite e o deputado Antônio Jorge – já vou concluir, presidente – estiveram também no último sábado, em Mariana, nessa caminhada em que a população, conjuntamente com o prefeito, com a câmara municipal, trabalharam para a retomada das atividades. Saíram às ruas para pedir a retomada das atividades.

Hoje vim à tribuna, presidente, com esse sentimento de que é meu dever e papel como deputado, mesmo não tendo, como já disse, trabalho político em Mariana, é o momento de salvarmos essa cidade, de reaquecermos sua economia e devolvermos a dignidade aos trabalhadores da Samarco, que tem de responder pelo acidente ambiental, mas a cidade e os moradores, não. A Samarco poderá trazer muitas alegrias para a região e a cidade, se retomar suas atividades, com responsabilidade obviamente. É o que tinha que dizer, presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado. Sr. Presidente, deputados e deputadas, quero aproveitar este momento na tribuna para prestar contas das nossas viagens ao interior. Aliás, a pedido do prefeito Leleu, de Gurinhatã, muito amigo nosso, estivemos em Flor de Minas, distrito rural, presentes em diversas inaugurações. Parabênzo o prefeito Leleu, o secretário Gabriel e Wilton, da equipe de governo do prefeito. Inauguramos lá um belíssimo ginásio de esportes, uma UBS, uma academia ao ar livre, assim como uma subprefeitura, por se tratar de um grande distrito. Saúdo e parabênzo o vice-prefeito Juninho, de Flor de Minas, que é muito importante naquele trabalho. Depois o secretário Gabriel esteve na Cidade Administrativa, onde entregamos os veículos para a saúde. Nesse processo de renovação da frota dos veículos da saúde, são aproximadamente 690. Boa parte da frota se encontrava sucateada, não oferecendo a menor dignidade aos usuários que necessitam desses veículos. Ao todo, são quase 700 veículos para a área da saúde, renovando a frota, dando dignidade e melhorando o atendimento.

Sr. Presidente, quero salientar outra questão. Na semana passada não tive essa oportunidade porque a reunião se encerrou por falta de quórum. Aproveito este momento para parabenizar o deputado federal Weliton Prado, que, numa luta incessante e com muita dedicação, aprovou um projeto de grande importância e relevância para todo o País: o Projeto de Lei nº 3.454/2015, que garante o acesso de pacientes com câncer, que aliás estão na fila, à fosfoetanolamina, conhecida como fosfo. Essa questão é tão polêmica, até em relação à Anvisa. Existem algumas discordâncias quanto à liberação desse medicamento, que se encontra em fase de pesquisa, mas que já está garantindo esperança e resultados positivos para muitos pacientes no Brasil.

Parabênzo a iniciativa, a luta e a vitória bastante importante do deputado Weliton Prado, que já há muito tempo está se dedicando a essa causa do combate ao câncer. Há um questionamento: por que a Anvisa, como agência reguladora, libera o uso, por exemplo, do cigarro, que possui uma série de elementos comprovadamente cancerígenos?

A Anvisa libera o cigarro e está impondo essa resistência à distribuição, à fabricação da fosfo, dessa esperança daquelas pessoas que são vítimas de câncer.

Acho uma desumanidade esse ponto de vista da Anvisa, afinal quem tem câncer tem pressa. A gente precisa, sim, aprofundar as pesquisas, os estudos para oferecer melhor qualidade de vida e dignidade às pessoas.

Por isso, quero parabenizar a iniciativa, essa primeira vitória do deputado Weliton Prado com a aprovação desse projeto tão importante, que agora vai ao Senado para ser apreciado pelos senadores.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado. Também queria parabenizar V. Exa. e peço-lhe que transmita ao deputado Weliton Prado nossas congratulações pelo extraordinário projeto, que certamente buscará uma solução



benéfica ao povo brasileiro. Convivi com o deputado Weliton Prado e sei que há muito tempo ele estava trabalhando nesse projeto que, com certeza, será uma ação positiva para todo o Brasil.

Eu estava na Comissão de Administração Pública desde as 10 horas da manhã e perdi meu lugar para falar na tribuna quando fui chamado, por isso peço licença a V. Exa. para parabenizar a minha querida terra de Ouro Fino. Iria usar a tribuna, deputado Hely Tarquínio, para dizer que amanhã nossa querida Ouro Fino estará completando 267 anos. Não poderia deixar de prestar esta homenagem à minha terra, ao meu chão, terra dos meus filhos, onde nasci e vivi. Tenho certeza absoluta de que minha terra hoje, na gestão do prefeito Maurício Lemos de Carvalho, do nosso vereador Bruno e tantos outros vereadores, tem-se tornado um canteiro de obras. Quero parabenizá-los abraçando nosso prefeito Maurício, todos os secretários, toda a população de Ouro Fino por essa festa extraordinária. Já começamos as comemorações desde segunda-feira com várias inaugurações de obras construídas com recursos do município. Com certeza estaremos até o final da semana participando, inaugurando obras para toda a comunidade, para toda a população. Então, quero abraçar minha querida Ouro Fino pelo seu aniversário de amanhã. Muito obrigado.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado.

O deputado Isauro Calais (em aparte) – Obrigado pelo aparte, deputado Elismar Prado. Transmita também ao seu irmão meus parabéns pela grandeza desse projeto. Temos relato de um marido cuja esposa tomou essa pílula durante um mês e depois não teve mais acesso a ela. O marido está buscando a pílula, até fora do Brasil. A condição física de sua esposa depois que ela deixou de tomar a pílula foi alterada. Quando ela passou a tomar a pílula, ela saiu da cama, começou a fazer seus afazeres em casa normalmente, mas depois voltou a ficar acamada por falta desse medicamento.

Ora, o que acontece hoje no Brasil? Será que a indústria farmacêutica está por trás de tudo? Porque os pesquisadores querem doar, ou melhor, queriam doar. Falaram depois em passar para R\$0,10 para não sair como doação. Então, faltava realmente esse projeto de V. Exa. Estou com o relato desse marido e de um pai sobre o medicamento tomado pela filha e pela esposa de um e do outro. Nós e a Assembleia Legislativa, independentemente de qualquer posicionamento médico, precisamos buscar esse caminho para que possamos, de certa forma, deixar que essas pessoas que estão sofrendo e que não podem esperar tenham, pelo menos, o sonho de melhorar, o sonho de estar tomando um remédio que possa efetivamente curá-las.

Vamos fazer, sim, na Assembleia Legislativa, todos nós, um encaminhamento ao Congresso Nacional para que o governo federal tome medidas o mais rápido possível a fim de que essa pílula possa ser distribuída para tentar, pelo menos, salvar vidas, como no caso dessa criança e dessa esposa. Obrigado.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado. Agradeço a sensibilidade de V. Exa. O envolvimento desta Casa é fundamental, por isso já aprovei uma audiência pública para tratar especificamente desse assunto da pílula, para que possamos fazer uma mobilização nacional garantindo a aprovação e uma maior sensibilidade.

Eu digo e disse: a Anvisa libera o cigarro, com todas as substâncias cancerígenas, e está impondo uma dificuldade gigantesca na pesquisa e na distribuição da fosfo.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Elismar Prado, transmita ao deputado Weliton Prado também os meus parabéns pela iniciativa. Amigo e companheiro, ex-colega nesta Casa, Weliton Prado tem feito um belo trabalho na Câmara Federal.

Mas, deputado Elismar Prado, pedi a V. Exa. este aparte porque há três projetos de lei do governador na Casa que engrandecem tanto o governo do Estado como também a Assembleia Legislativa, após conseguirmos a aprovação. Vim hoje exatamente para falar de três projetos. Um deles já está na nossa pauta e é o que vai permitir aos professores que foram atingidos pela decisão do STF acerca da Lei nº 100 que façam a opção por estarem no Ipsemg mesmo após o desligamento, isso até o final deste governo, em 2018. Então esse é um projeto que merece de nós atenção e rapidez na aprovação porque vem fazer justiça a quem estava no Estado e não terá mais o Ipsemg, ou não teria enquanto não aprovarmos o projeto. Com a

aprovação do projeto, esse trabalhador poderá, junto com seus dependentes, fazer a opção e continuar no Ipsemg. O deputado Dirceu Ribeiro foi um dos que muito chamou a atenção para essa necessidade.

O segundo é o PLC nº 50, que já foi aprovado na Comissão de Justiça e deve estar chegando ao Plenário. Este tratará dos professores que eram da Lei nº 100 que estavam adoecidos e que, até 31 de dezembro, receberam atestado médico, licença médica, e depois dessa data não tinham mais o atestado. Mas eles não podem ser demitidos porque estavam adoecidos. Então, nesse projeto de lei o governo reconhece que eles estão adoecidos, portanto continuam no serviço público, receberão retroativamente e continuarão no Estado enquanto permanecerem adoecidos. Completando 24 meses, aposentam-se. São oito mil trabalhadores que estão nessa situação de adoecidos, também relativamente à Lei nº 100. Todos nós colocamos esses problemas, especialmente desses que estavam adoecidos, a partir da decisão do STF.

Quanto ao terceiro, permita-me, deputado, dar uma notícia que já foi adiantada pela reunião de hoje pelos secretários de Fazenda e de Planejamento, que estão na Comissão de Administração Pública, mas que precisa ser lembrada aqui no Plenário. Está chegando hoje, e esperamos, se possível, chegar até 15h30, para poder ser lida ainda hoje. Se não chegar, fica a leitura para amanhã. Mas com certeza chega hoje o projeto que estabelece o reajuste do piso salarial da educação, que este ano foi de 11,36%, segundo cálculo do MEC. Esse reajuste de 11,36% será, como foi acordado com o Sind-UTE, em toda a carreira do magistério, e não como abono, como veio anteriormente; e será retroativo a janeiro, como estabelece o acordo do piso feito com o Sind-UTE. Tenho certeza de que todos os três serão aprovados por unanimidade, e faremos justiça, portanto, aos trabalhadores da educação, para eles terem um piso e reajuste dignos.

Por fim, hoje também foram nomeados, deputados Elismar Prado e Hely Tarquínio, mais 3.500 trabalhadores em educação. Este ano serão no mínimo 30, mas poderá chegar a 50 mil o número de nomeados. Com isso vamos consertando a educação. Em vez de haver trabalhadores precários, como antes, haverá trabalhadores nomeados, concursados, com piso salarial, reajuste, carreira, que é o compromisso que fizemos e que o governo está empenhado em cumprir, e a Assembleia Legislativa, com certeza, ajudará o governo e o sindicato nisso.

Quero dar os parabéns ao Sind-UTE, especialmente à Profª. Beatriz Cerqueira, pela condução que tem dado ao sindicato e pelas conquistas que paulatinamente vêm sendo alcançadas. Obrigado.

O deputado Elismar Prado* – Eu é que agradeço. Esperamos ansiosamente pelo projeto, que, com certeza, terá a aprovação unânime desta Casa, porque se trata de uma lei federal. A lei do piso se refere a vencimento básico. Aliás votamos contra aquele famigerado subsídio que congelou a carreira dos trabalhadores em educação.

Temos uma dívida enorme com os trabalhadores da educação, e o acordo será cumprido. Que a gente possa, gradativamente, devolver dignidade aos trabalhadores da educação, que, com tanta luta, conseguiram aprovar o piso. Estava na Câmara Federal naquela época, e tivemos de enfrentar depois uma ação de inconstitucionalidade no Supremo, ingressada por vários governadores. Enfim, o Estado deve pagar o piso, e a gente aguarda o projeto para que seja votado por unanimidade pelos deputados desta Casa.

Concluindo, presidente, não poderia deixar passar em branco, apesar do tempo escasso: hoje é o Dia Internacional do Consumidor. Na nossa reunião ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor, na quinta-feira, teremos a presença de vários órgãos representativos da área de defesa do consumidor, como Ministério Público, Defensoria Pública, Procon Assembleia – representado pelo Dr. Marcelo Barbosa –, para não só comemorarmos, mas também tratarmos de assuntos importantes e sérios, como a questão do superendividamento neste momento de crise. Muitas empresas de empréstimos, por exemplo, estão sacrificando e prejudicando os nossos idosos. Eles estão caindo em verdadeiras armadilhas de empresas inescrupulosas. Então, entre outras questões, discutir a questão do superendividamento é fundamental. Esse será um dos temas da nossa audiência pública que vai comemorar o Dia Internacional do Consumidor. Era o que tinha no momento, Sr. Presidente. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Dilzon Melo – Boa tarde amigos, boa tarde, presidente. Um Plenário vazio. A situação não vem, não é, meu amigo João Leite? A situação não vem para votar esses projetos do governo, que diz são essenciais para melhorar a vida dos cidadãos de Minas Gerais. Eles não vêm. Que diabo de coisa está acontecendo, João? Você sabe me explicar o que eles estão tramando contra o povo de Minas Gerais? Eles deveriam estar aqui dando o primeiro sinal de que são responsáveis pelos votos que receberam, como o meu amigo Cabo Júlio, que está aqui. Está aqui presente sozinho, arcando com as consequências de defender um governo ruim desse jeito. Mas ele está aqui firme. Parabéns, Cabo Júlio. V. Exa. é um herói, um batalhador, mas os seus colegas sumiram daqui do Plenário. Nós, da oposição, que sempre damos quórum para votar, queremos também os resultados.

Estou saindo de uma reunião com os dois secretários. Um saiu à francesa, dizendo que tinha de ir à Brasília, o Bicalho, para dar as informações e as respostas que não são dadas ao Estado de Minas Gerais; e o outro é como a Geni. Está lá o Helvécio, aguentando a bucha, aguentando questionamentos dos deputados, gaguejando na maioria das vezes, porque as respostas não acontecem. Estamos aqui para cobrar, publicamente, desse governo postura. O PT, como sempre, inovando. Todo governo que assume apresenta um relatório com 100 dias de governo. O PT está inovando, apresentando com 500 dias de governo. Já foi para o ralo 1/3 de governo, e nada de execução, nada de consequência, nada de resultado. Então, como sempre, ele está inovando e deixando os mineiros à mercê desse desgoverno.

Queria questionar aqui, publicamente, uma ação que juízes de Varginha estão querendo tomar, para soltar todos os presos de nosso presídio, que são mais de cem. Sabem por que, meu amigo João Leite, meu amigo, Pimenta? Porque o governo não está repassando dinheiro ao presídio para fazer o que deve ser feito. O povo de Varginha vai pagar, mais uma vez, com mais uma quantidade de bandidos soltos naquelas ruas, não obstante os que já existem lá de administrações passadas. São muitos.

Então nós estamos aí pagando o preço da in consequência deste governo irresponsável, quando deixa a segurança sem nenhuma segurança, porque não tem recurso.

Ontem, João, diferentemente disso, o governo fez uma farta distribuição de carros para a saúde, capitaneada sabe por quem? Pelos deputados do PT. Havia deputado lá entregando cinco carros, ambulância. Os outros deputados, quem sabe até do PMDB e do PCdoB, ficaram chupando dedo, porque não somos da base e não estamos aqui para defender governo. Estamos aqui para criticar as más ações do governo. Lá estiveram os deputados fazendo loas, fazendo média, distribuindo carros, com um agravante, João: pela primeira vez na história, havia aquelas tendas armadas ao ar livre. Sabe o que havia lá? Detector de metais. Cada um estava sendo fiscalizado porque estavam com medo de o pessoal estar armado. Armado para quê? Só se for para matar o governador ou alguma coisa dessa natureza. Nunca aconteceu, na história de Minas, fazer um evento ao ar livre e instalar detector de metal. Medo do quê, João? Gostaria de perguntar. Medo do quê? Dessas ações descabidas que o governo têm feito? Desse desgoverno que têm apresentado ao longo desses 500 dias? Então estamos indignados porque não estamos vendo luz no fim do túnel. Nenhuma, João.

Agora há pouco, questionei com o secretário por que fizeram a retenção do pagamento do salário do mês de janeiro para aqueles que eram contratados pela Lei nº 100. Retiveram a verba e disseram que só vão pagar quando fizerem a aposentadoria desses que estão afastados temporariamente. Por que não pagaram o salário? Não é devido, João? Não é o salário que mantém o trabalhador, mantém a mesa do trabalhador? É justo reter o salário e dizer que só vão pagar quando publicarem a aposentadoria? Da mesma forma, como José Afonso Bicalho disse, a esperança de Minas está na negociação do governo estadual com o governo federal na diminuição da dívida de R\$77.000.000.000,00 para R\$7.000.000,00. Será que, com aquela idade que o José Afonso tem, ele ainda acredita em Papai Noel, em mula sem cabeça, em saci-pererê, dizendo que a esperança do governo é essa?

Então, meus amigos, não temos esperança nenhuma porque a Sra. Dilma, com o novo ministro, o Lula Quatro-Dedos, está ávido de botar a mão no dinheiro para distribuir para aquela camarilha que lá está, aquela quadrilha que meteu a mão na Petrobras. Eles estão ávidos desse dinheiro.

O deputado João Leite (em aparte) – Obrigado, líder Dilzon Melo. Sempre ouço suas manifestações com muita atenção, e V. Exa., nesta tarde, restabelece a verdade sobre Varginha. Há, nos dados do governo do Estado, o aumento da criminalidade em Varginha, não apenas em Varginha, mas em diversas cidades.

O deputado Dilzon Melo – No Estado, houve 22% de aumento em 2015.

O deputado João Leite (em aparte) – Pronto, 22%. É importante porque V. Exa. traz as informações, como conhecedor de Varginha. O governo do nosso partido em Varginha – o PSDB faz parte, e V. Exa. lidera o governo lá – foi atacado aqui. E agora estamos vendo que não há vagas no presídio de Varginha. O juiz pede a interdição.

O deputado Dilzon Melo – Ameaça soltar os presos.

O deputado João Leite (em aparte) – Ameaça soltar os presos. Se a situação é essa, imaginem quando aqueles criminosos chegam diante da autoridade judiciária e não há vaga no presídio? Eles vão para as ruas. Está explicado.

Este governo – e V. Exa. nos deu os números –, depois de mais de um ano de exercício, não criou nenhuma vaga no sistema penitenciário. Não há nenhuma vaga criada no sistema penitenciário em Minas Gerais por este governo. Não temos, há quase um ano, subsecretário de administração prisional. É o secretário adjunto que está acumulando funções.

Nesse fim de semana, tivemos anúncio de resgate de presos. Não vou citar a penitenciária. Foi um corre-corre. Agora vemos a situação de Varginha, o que é explicado, não é mesmo? Sabe o que representa um país que hoje tem 17% de seus jovens de até 24 anos desempregados? Vou repetir: sabe o que representa um país que tem 17% de seus jovens até 24 anos sem emprego? Eu me casei com 24 anos. Eles não se casam, não constituem família. Se não têm emprego, como vão constituir família? É um escândalo social o que o PT implantou no Brasil, e ainda vêm criticar o governo de Varginha. Ora, a responsabilidade de criar vagas no sistema penitenciário é estadual. Não repassam dinheiro ao presídio de Varginha, não criam novas vagas. A polícia prende, e os criminosos ficam nas ruas de Varginha. Só se o ET ajudar, não é mesmo?

O deputado Dilzon Melo – Isso não é novidade quando vemos a própria Polícia Militar, com séculos e séculos de tradição e bons serviços, ter seu orçamento e custeio diminuído para menos da metade. Não é responsabilidade de governo querer fazer média com a população dizendo que está melhorando a vida das pessoas. Vão colocar novamente todo mundo na miséria para que eles façam a proteção da companheirada.

O governo do Estado está apresentando novo projeto de redução. Mas qual redução de despesa? Aprendam pelo menos a fazer aquela redução doméstica. Quando não se tem dinheiro em casa, corta-se a carne e compram-se ovos, quando não se tem dinheiro para comprar ovos, compra-se pão. O governo vem fazer média mandando projeto que não é realidade, e a companheirada a cada dia sendo nomeada para cargos sem mostrar nenhuma competência. Está lá meu amigo Helvécio, que chamei agora há pouco de Geni do governo porque tudo cai no lombo dele. Carregar esse bonde andando, esse caminhão de problemas que o Estado tem, com essa turma colocada, que não tem nenhuma gestão, que não tem nenhum planejamento?

Queremos lamentar toda essa situação e dizer que o secretário que vem aqui para responder perguntas dos deputados não tem direito de sair à francesa alegando que tem compromisso em Brasília para renegociar a dívida. Eles já tiveram tempo para isso desde 1º de janeiro do ano passado, e veio acontecer coincidentemente hoje, quando os deputados estão com uma folha de papel almaço de questionamentos de governos, de atitudes que não são tomadas, de projetos que não são encaminhados e de atos irresponsáveis que são retirados no dia seguinte?

Temos de lamentar. Nós, da oposição, estamos fazendo nosso trabalho de fiscalizar, o que às vezes é muito difícil. Fiscalizar um pseudo-orçamento encaminhado, com verbas de mil reais para segurança, de mil reais para hospital, de mil reais para construção de estradas, de mil reais para construção de pontes? Isso é para não se fazer coisa nenhuma. Simplesmente estão rebolando para manter em dia a folha de pagamento, o que fizemos durante 14 anos com os pés nas costas. Agora eles não têm competência de fazer isso, não têm competência para pagar a folha dos funcionários.



Lamentamos pelos funcionários demitidos da Lei 100. Foram contratados aqueles que deveriam ser contratados mediante concurso público, mas, numa justiça incomum, eles dão direito a eles, que já assumiram cargos, de terem um segundo cargo, em vez de contratarem aqueles que estavam trabalhando no Estado. Lamento isso porque são menos trabalhadores e mais gente na rua a causar problema social às prefeituras, que acabam pagando o pato no lugar de um governo que não apresenta solução para nada. Lamento, povo de Minas Gerais.

O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, política é um negócio muito maluco, uma coisa muito doida, porque vejo as pessoas falando na tribuna aqui, mas não falam para ninguém, porque o Plenário está vazio. A gente fala para as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, por todo este estado e pela internet. E se falam algumas coisas que não sei se são tão verdadeiras, quem está do outro lado da televisão não consegue ter o entendimento do que é real e do que não é. Acabo achando que muitas das falas são para levar as pessoas que estão em casa a não entender nada. Quem ouve algumas falas pode pensar assim: “Gente, no ano passado, no ano retrasado, Minas Gerais era um paraíso e, de repente, virou um caos”. Depois vêm os deputados do nosso governo e dizem: “Não, nós é que vivemos no paraíso, porque antigamente era o caos”. E o cidadão que está do outro lado assistindo não entende nada e, por não entender nada, cada vez acredita menos na política. Então a culpa política é nossa, porque a gente não fala nada com nada para poder enrolar os outros. É o que vejo.

Pego algumas falas, por exemplo, muito pontualmente sobre a secretaria, sobre os presos. Lembro-me de que, mais ou menos em maio de 2014, quando eu ainda era deputado de oposição, fomos numa audiência pública, deputada Arlete, em Juatuba, em Mateus Leme, e o juiz, deputado Dirceu, que participou da audiência pública, fez o seguinte apelo: “Gente, eu só consegui internar o menor, achar uma vaga para internar o menor depois que ele matou – pasmem – a 12ª vítima”. Depois que ele matou a 12ª pessoa, é que ele conseguiu, aos trancos e barrancos, arrumar uma vaga em Divinópolis para internar um menor. Aí vieram colegas falar: “Os menores estão matando”. E estão mesmo. O menor, às vezes, é mais bandido que o maior, mas o problema não é de quem é a culpa, o problema é achar a solução, porque, antigamente, quem estava aí não resolvia nada. Eu participei da audiência sobre esse assunto, o deputado João Leite era o presidente da comissão, e fomos lá. O telespectador que nos acompanhava pela TV falava assim: “Gente, havia tanta vaga, e, de repente, acabaram com tudo”. Então fica essa enrolação e embromação, e essas coisas vão se transformando, cada vez mais, em descrédito. Depois se falou o seguinte: “Estamos sem o subsecretário de Administração”. Por quê? Por duas coisas: porque está chegando a reforma, transformando a subsecretaria numa secretaria de Estado, justamente para se ter uma secretaria para cuidar de preso, o que é um dos maiores problemas do Estado hoje. Porque preso é igual a rato – você prende cem, aparecem mil. A polícia prende um traficante de manhã e, em 5 minutos, o outro já assumiu a vaga; aí você prende à tarde e, em mais 5 minutos, o outro já assumiu. Nunca se prendeu tanto, e nunca se teve tão pouca vaga. É fácil, não é?

Enfim, só gostaria de dizer algumas coisas. Por exemplo, meu querido padrinho falou aqui: “Ah, mas se criou uma rubrica de hospital para R\$1.000,00”. Gente, estamos falando não para nós, mas para quem está do outro lado, porque quem conhece de orçamento fala que se pode colocar na rubrica R\$1,00. Mas é preciso ter a rubrica para depois colocar dinheiro nela. O que não pode é não ter a rubrica. Então não estamos falando para nós, mas para quem está do outro lado não entender, para dar a impressão de que a pessoa vai construir um hospital com R\$1.000,00 ou uma estrada. E quem ouve não entende que no orçamento o que não pode é não ter a rubrica, porque, se existir a abertura orçamentária, pode-se colocar recurso lá em qualquer tempo e em qualquer momento. Por isso é que falo que quando passamos tudo na peneira, sobra pouca coisa ou quase nada. Enfim, é só um pequeno... É só suplementar. Pode-se passar de R\$1.000,00 para R\$1.000.000.000,00, o que for, mas não se pode ter é o que a gente chama de janela – não é de hoje; e isso é orçamento.

Gostaria de fazer um anúncio aqui para toda a Casa. Recebi a informação ontem de que, na reforma administrativa que o governo está mandando para cá, está sendo dividida a Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds. Será dividida em duas Pastas. A primeira volta a se chamar Secretaria de Segurança Pública, que cuidará das gestões da Seds; e a Subsecretaria de Administração Prisional passa a ser a Secretaria Extraordinária de Administração Prisional, ou seja, eleva-se a subsecretaria



ao *status* de secretaria. E por que uma secretaria extraordinária? Porque a reforma não veio para criar despesa, para criar cargos, mas, sim, para cortar. Excepcionalmente está se criando uma secretaria extraordinária, com uma gestão mais enxuta, para se ter um secretário de Estado, com *status* e poder de secretário, para discutir diretamente com o governador um problema que assola todos nós, que é a falta de vagas. Então, quis dar essa notícia em primeira mão. Foi-me autorizado dizer que estamos voltando a ter a Secretaria de Segurança Pública.

Gostaria, também, de fazer alguns agradecimentos aqui. Fui o relator da lei de efetivos da Polícia na Comissão de Administração Pública, em 1º e 2º turnos, que permitiu que nossos colegas fossem promovidos. Consegui, em negociação, duas coisas em relação a essa lei. Primeiramente, com o deputado Durval Ângelo, nosso líder, e com o comandante da PM, que a Polícia Militar convocasse 41 excedentes do curso de formação de oficiais dessa instituição. Conseguimos isso para aumentar o efetivo da corporação. Conseguimos com o comandante do Corpo de Bombeiros – e no meu relatório já aumentei essas vagas – que se chamassem 43 cabos e soldados que estavam excedentes do curso de formação de sargentos do Corpo de Bombeiros. Faço um agradecimento especial ao Cel. Gualberto. Conseguimos prestigiar esses 43 colegas.

Podem dizer que 43 não fazem diferença. Talvez para quem está fora, não, mas para eles faz muita. Nesta semana, levei ao governador um pleito sobre os excedentes que estavam acampados aqui na porta da Assembleia. Disse ao governador que são 3 mil excedentes. Desses, cerca de 1.600 já são funcionários contratados do Estado, deputada Arlete, ou seja, sairão da condição de contratados para concursados. Qual é o gasto para o Estado? Zero. Disse ao governador que ele poderia fazer a chamada dos que estão dentro das vagas com os que estão fora das vagas. Poderá implementar o curso de formação este ano para aqueles que estão dentro das vagas, e o curso para os que estão fora das vagas no ano que vem. Isso é possível, tanto que o governo o fez com os policiais civis, com divisão em duas turmas.

No ano que vem, teremos alguns contratos temporários, que serão de três anos. Então, estamos propondo prorrogar por mais três e mais dois, perfazendo um total de oito anos. Alguns contratos começam a expirar nesses oito anos. Vamos ter de substituí-los. Essas substituições seriam feitas por esses poucos mais de 1.400 excedentes, ou seja, o Estado também teria gasto zero. Levei essa proposta inicialmente para o secretário Bernardo Santana. Ele a estudou e concordou. Depois, com o deputado Durval Ângelo, fui até o nosso secretário de Planejamento, Helvécio, que entendeu que isso não causa nenhum aumento de despesa para o Estado. Ele também deu o O.K. Agora, temos a informação de que o governador vai nos chamar para fazer o anúncio oficial dessa matéria.

Então, deputado Rogério, temos de elogiar o que se está fazendo com nada. Ele não tem pouco dinheiro não; não tem nada. Assim, acho que essa vitória da turma dos sargentos dos bombeiros, da turma do CFO-PM e agora dos agentes é sinal de que a organização que foi feita está dando certo.

Disse aqui, deputado Rogério, que levei o pleito para o governo, primeiramente para o secretário Bernardo, dizendo que chamaríamos os excedentes e que não haverá aumento de despesas.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Os excedentes dos agentes?

O deputado Cabo Júlio* – Dos agentes. O Bernardo concordou, porque, desses 3 mil, temos cerca de 1.600 que já são agentes contratados. Sairão da condição de contratados para efetivados, ou seja, aumento zero. Temos cerca de 8 mil, e desses alguns já estão no oitavo ano.

O processo seleciona três anos, mais três e mais dois. Foi isso que votamos no ano passado. Alguns estarão nesse oitavo ano, mas a legislação diz que não se pode continuar, é preciso ficar dois anos fora. Esses 1.400 entrariam em substituição. Então o Estado chamaria 3 mil em 2017, sem nenhum aumento de despesa. O secretário Bernardo concordou, o secretário Helvécio concordou, e tenho informação de que o governador de Estado, também. Nesta semana ele deve fazer o anúncio oficial.

Enfim, quero fazer um agradecimento, pois as coisas caminharam.



O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Obrigado, deputado Cabo Júlio. Quero parabenizá-lo, essa é uma boa notícia. Os agentes ficaram aqui, e eu, por exemplo, não estava entendendo muito a reivindicação deles. Eles chegaram, acamparam democraticamente e pediam para chamar os excedentes. Eu passava lá e via a faixa que pedia para que chamassem os excedentes. Eu perguntava: “Já preencheram o número de vagas real?” Eles respondiam: “Ainda não chamaram, mas estamos querendo que chamem os excedentes”. Então não demos muita atenção, porque não estávamos entendendo. Depois é que entendi a reivindicação. Há uma cláusula no edital.

O deputado Cabo Júlio* – É a cláusula 15.1 do edital.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Essa cláusula do edital diz que o excedente só pode ser chamado enquanto os outros que estão fazendo o curso estiverem na quinta etapa. Posteriormente a isso não podem ser chamados.

O deputado Cabo Júlio* – Essa cláusula 15.1 diz que aqueles que não fizerem o curso de formação, a sexta etapa, ficam automaticamente eliminados. O que acertamos para resolver esse problema? Vamos chamar todos. Vamos chamar os que estão dentro das vagas e os excedentes. O chamamento é integral, mas o curso de formação será em duas turmas, uma para os que estão dentro das vagas e outra para os que estão fora. Será como foi feito na Polícia Civil, que teve duas turmas de 500. Será assim porque o edital não pode ser mudado depois de pronto.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Eles me falaram que tinham conversado com V. Exa. Fico feliz de saber disso. Eles até retiraram o acordo que fizeram, pois foram atendidos. Com isso, completa-se um ciclo importante para os agentes penitenciários. O governador Pimentel também já tinha chamado os de 2012. Aliás, deputado Cabo Júlio, as questões da segurança pública estão sendo resolvidas agora. Muita gente canta vitória de antes, mas essas questões estão sendo resolvidas agora. O governo Pimentel resolveu a questão dos agentes penitenciários de 2012 e dos de agora. Mesmo a questão do salário da Polícia Militar, para a grande maioria, foi resolvida agora. Duas etapas foram agora em 2015, e uma etapa no final de 2014.

O deputado Cabo Júlio* – Não, foi em janeiro de 2015.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Desculpe, foi em janeiro de 2015. Ou seja, 50% do combinado deixou-se para pagar no governo Pimentel. É fácil fazer acordo assim. Eu faço um acordo e pago metade, e outro governo paga a outra metade, mas a fama fica com o governo passado. Tenho dito isso aos policiais militares e sei que V. Exa. também, porque fica a impressão de que tudo foi resolvido antes. Antes deixou-se a conta para o próximo governo. O Pimentel está pagando metade da conta.

A mesma coisa não acontecerá com a educação. O governador Pimentel vai completar o piso salarial até 2017. O próximo governo – esperamos que possa ser ele mesmo – poderá fazer outro acordo com a educação, porque o piso ele está cumprindo. É isso que acho certo. Aliás, há um item na Lei de Responsabilidade Fiscal, que está sendo discutido, que diz que não se pode fazer acordo para o próximo governo. Acho isso correto, porque fazer gracinha com chapéu dos outros é fácil. No caso da segurança pública – V. Exa. tem dito isso muito – temos de falar com a Polícia Militar que 50% do acordo feito está sendo pago agora, pelo governador Pimentel. É a parte maior, porque o salário ficou maior. É claro que ninguém gosta de que salário seja pago por etapa. Ninguém gosta disso. V. Exa. tem lutado para que isso não aconteça, mas é verdade que houve aumento da folha de pagamento da segurança pública, como agora está havendo da educação. Esse aumento da folha é do governo Pimentel. É preciso que deixemos isso claro. As pessoas precisam compreender o que de fato aconteceu e como foram as negociações.

Quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo na segurança pública. V. Exa. resolve os problemas. Isso é o mais importante. Só gritar que não está acontecendo não resolve. É preciso alguém pegar e querer resolver. Colocar as mãos nas coisas e resolver os problemas, V. Exa. tem feito. Parabéns.



O deputado Cabo Júlio* – Muito obrigado, deputado Rogério Correia. Acho que o papel do representante de classe é pegar o problema e resolvê-lo. Ficar só fazendo discurso uma hora cansa. Meu papel é trazer soluções para a nossa classe. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Geraldo Pimenta – Sr. Presidente, membros da Mesa, deputadas, deputados, servidores da Casa, pessoal da galeria, mineiras e mineiros, quero inicialmente saudá-los pelo Dia do Consumidor. Ao mesmo tempo, quero fazer uma denúncia: estou muito preocupado com as operadoras de cartão de crédito, principalmente a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Tenho recebido cobrança de cartão de crédito em que essas operadoras não encaminharam o cartão, portanto não houve desbloqueio dele, mas encaminham extrato de cobrança das anuidades. Acho isso um absurdo porque, como disse e repito, além de não encaminharem o cartão, não há desbloqueio de cartão, não há prestação de serviços e ainda assim cobram anuidades. Quando você não paga a primeira anuidade, na segunda vem IOF, multa, juros, numa violação ao direito do consumidor. Nesse sentido, vou fazer um requerimento à Comissão de Defesa do Consumidor para que tome as devidas providências, chame essas operadoras de cartões de crédito e as questione sobre essa situação.

A segunda questão, minhas amigas e meus amigos: Betim, ao longo dos últimos 20 anos, construiu um sistema de saúde público decente, estruturado, organizado, com assistências primária, básica, secundária e terciária, com os pronto-atendimentos, com o hospital público regional, que funcionava muito bem. Nos últimos dias, o governo municipal, a prefeitura de Betim, que é vista como uma prefeitura muito rica porque é o segundo PIB de Minas Gerais, está ameaçando de fechamento várias unidades de saúde.

Queria dizer que hoje eu, a deputada Marília Campos e o deputado Ricardo Faria estivemos nessa cidade fazendo uma visita técnica numa maternidade e no hospital regional, que atende 51 municípios da região metropolitana e que presta um atendimento decente e de qualidade à população de Minas. Quero dizer que está sendo fechada, no dia de hoje, uma maternidade na região de Teresópolis, numa das regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais. Essa maternidade é um hospital amigo da criança, é uma maternidade segura que faz pelo menos 250 partos todo mês. É um prejuízo muito grande para uma cidade como Betim e para toda a nossa região metropolitana. Estivemos hoje fazendo essa visita técnica e constatamos que 30 médicos saíram, foram demitidos dessa maternidade. Constatamos também que o prefeito quer municipalizar o hospital público regional, construído com dinheiro federal, estadual e municipal. O SUS é universal, deve atender não só Betim, mas uma região de Minas Gerais. Hoje atende 51 municípios de Minas Gerais, todo o Médio Paraopeba.

Meus amigos, Betim vive uma situação grave na saúde, e sabemos que o Brasil também.

Se fizermos uma pesquisa de opinião, a questão da saúde será destacada pela maioria dos entrevistados. Sabemos disso! O subfinanciamento é uma das maiores causas dessa situação crítica que a saúde está vivendo. Sabemos também que, nessa epidemia da dengue, meus amigos, vamos precisar, como nunca, de mais unidades básicas de saúde, de mais agentes de endemia, de mais agentes comunitários de saúde. Hoje, Betim está vivendo essa situação.

Por isso, peço a solidariedade de todos os deputados e deputadas para encontrarmos medidas, soluções para o não fechamento da maternidade pública de Betim, para o não fechamento das duas Upas de Betim, para o não fechamento das cinco unidades básicas de saúde de Betim. Betim tem um orçamento de quase R\$2.000.000.000,00 anuais, meus amigos. O que está acontecendo? Precisamos saber. É má gestão administrativa? É a previdência, que está sendo denunciada, que está corroendo as finanças? São os supersalários? Hoje há denúncias de vários vereadores dizendo que há supersalários na Prefeitura de Betim. Precisamos conhecer, precisamos saber e atuar para proibir, não deixar fechar essas unidades essenciais à saúde da população de Betim.

Daqui a pouco, uma comissão de deputados irá ao Ministério Público, onde vamos fazer uma audiência pública com a Prefeitura de Betim, os vereadores de Betim, o conselho de saúde de Betim, o próprio Ministério Público, os deputados citados aqui e outros convidados, a fim de procurarmos saídas para essa situação crítica que vive a saúde de Betim.

Por último, meus amigos, quero dizer que sabemos que o Brasil e Minas vivem uma situação financeira difícil, o que, muitas vezes, exige de cada um de nós medidas como tomar mais cuidado, fazer uma gestão mais eficiente, gastar menos, ter menos desperdícios. É isso que precisamos fazer neste momento de crise que não ocorre só no Brasil; é uma crise em que o Brasil sofre as consequências da economia internacional.

Precisamos tomar alguns cuidados essenciais. A saúde pública carece de financiamento público, de dinheiro novo, porque os R\$100.000.000.000,00 que hoje a saúde tem, que o SUS tem, esse jovem de 27 anos, não dá conta de prover os brasileiros de saúde decente. Por isso, precisamos de dinheiro novo. Dinheiro novo, meus amigos, não cai do céu. Precisamos fazer, precisamos construir saídas, fontes de recursos para financiar a saúde. Em razão disso, está em discussão em Brasília o projeto da CPMF, que está sendo destinada à previdência. Penso que esse recurso deveria ser destinado exclusivamente, carimbado exclusivamente para a saúde pública, para salvar a saúde pública. Que venha a CPMF, mas que venha destinada, carimbada para a saúde pública, porque, a médio prazo, meus amigos, está prevista na Constituição a taxação das grandes fortunas. Hoje, precisamos caminhar neste sentido: não a classe média pagar, não os trabalhadores pagarem, não os desempregados pagarem a saúde pública, mas sim os ricos, os que sonham, não pagam impostos, ou pagam o mínimo de imposto. É preciso taxar as grandes fortunas, taxar as heranças. É dinheiro novo para socorrer e salvar a saúde pública no Brasil. Está em discussão também, em Brasília, o projeto da taxação das grandes fortunas, cujos recursos devem ser destinados exclusivamente para financiar a saúde pública. Essa é uma das soluções que apresentamos, que a bancada do PCdoB apresenta. Muito obrigado.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, aproveitando o pouco tempo que tenho, é necessário fazer o registro da publicação no *Minas Gerais* da convocação dos concursados da educação, em que mais três mil e quinhentos profissionais foram chamados pelo governo do Estado para assumir os cargos na Secretaria de Estado de Educação.

No ano passado, o governador Fernando Pimentel fez a nomeação de 15 mil trabalhadores. Para este ano, inicialmente tínhamos uma previsão de 15 mil, mas, considerando o fim do vínculo com os designados da Lei nº 100, dos ex-efetivados, o governo ampliará essa meta. Até há pouco estávamos em audiência na Comissão de Administração Pública, e o secretário Helvécio Magalhães confirmou a informação de que poderemos chegar a pouco mais de trinta mil trabalhadores convocados. Os trabalhadores que fizeram o concurso público de 2011 e de 2014 têm grande chance de serem convocados para recompor os quadros da educação. Esse esforço também é para dar aos trabalhadores condição melhor no trabalho, porque estão garantidos todos os benefícios e vantagens, e a possibilidade de progressão na carreira. Na condição de designado e contratado não há essa possibilidade. O governador Fernando Pimentel, continuando o trabalho de reconstrução da educação em Minas Gerais, dá essa boa notícia no dia de hoje da publicação desses mais de três mil e quinhentos profissionais.

E não podemos esquecer que no ano passado tivemos a publicação de milhares de aposentadorias. Vários trabalhadores – alguns chegavam a esperar anos para ter a publicação de sua aposentadoria – tiveram também essa possibilidade, essa garantia no ano passado. Esse é um trabalho contínuo e permanente. O governador continuará fazendo essas publicações das aposentadorias.

Estamos debatendo na Casa, e tenho certeza de que, assim que tivermos oportunidade de votar os vetos, que acabam travando a pauta, conforme determina o Regimento Interno, poderemos votar o projeto que restabelece o vínculo com os ex-efetivados da Lei nº 100 que até o dia 31 de dezembro tinham o vínculo mas estavam afastados por motivo de saúde. Isso quer dizer que, aprovando essa lei, com a sanção do governador, voltaremos a estabelecer o vínculo com cerca de oito mil trabalhadores que estavam de licença-saúde no final do ano passado. Isso é para que eles possam, até o final de 2018, ter a garantia de publicação efetiva de sua aposentadoria, ou, evidentemente, passando pela perícia e avaliada a condição de cura da sua patologia, o final do vínculo.

São ações em que temos trabalhado com o governador, visando à recomposição e à reconstrução da educação.

Alguns professores têm nos perguntado sobre o cumprimento do acordo. O projeto veio a esta Casa, com a proposta de pagamento do abono no percentual que foi acordado, mas sem incidência sobre as letras, a carreira. Conversamos, então,

com o governo, que achou mais apropriado retirar esse projeto para que, em negociações com o sindicato, chegássemos à proposta que foi a que efetivamente pactuamos ao final do ano passado: a proposta do pagamento e do cumprimento integral do piso dos professores. Portanto, teremos a oportunidade de rediscutir a proposta assim que ela chegar. A previsão é que ela já seja encaminhada a esta Casa pelo governador, e teremos que combinar com os deputados, uma vez que todos têm-se posicionado favoravelmente à matéria, que ela seja votada com a maior celeridade possível.

Por fim, presidente, gostaria de falar um pouco do nosso Projeto de Lei nº 2.223, que trata do atendimento preliminar à mulher vítima da violência. Ainda estamos em março, mês em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, sempre fazendo uma reflexão sobre as condições das mulheres em nosso país, no que diz respeito, entre outras coisas, à violência, ao acesso ao mercado e aos espaços de poder e direção nas organizações públicas e privadas – na própria Assembleia, 10% são mulheres, e na Câmara a percentagem é a mesma. Então, precisamos incrementar políticas que façam a justa equiparação dos direitos e garantias das mulheres. Já disse desta tribuna que o nosso país avançou muito quando aprovou a Lei Maria da Penha, por exemplo, que pune com rigor o autor da violência contra a mulher, que, infelizmente, na maioria das vezes, é um parente – marido, namorado, filhos. No ano passado, foi aprovada também a lei do feminicídio, que transforma em crime hediondo o crime cometido contra a mulher.

Agora, precisamos organizar o sistema de amparo e de acolhimento, a política de atendimento preliminar à mulher vitimada pela violência. Acredito que a nossa proposta que está tramitando nesta Casa seja a única matéria de produção legislativa para a sociedade mineira, para as mulheres de Minas Gerais, que avança no sentido das garantias da defesa e da proteção. Queremos organizar o sistema de defesa e do acesso ao direito. Também propomos centros de acolhimento, casas de passagem para a mulher vitimada e ainda um auxílio financeiro temporário para a mulher que às vezes, infelizmente, tem de abandonar o seu emprego para fugir do agressor. Esse projeto foi amplamente discutido com movimentos feministas, com a Defensoria Pública, no Núcleo de Defesa da Mulher – Nudem – e com o Ministério Público, e agora temos a oportunidade de apresentar para Minas Gerais uma proposta que organiza os aparelhos, equipamentos, programas e agentes públicos que têm relação direta com a temática da segurança pública, especialmente da voltada para a defesa da mulher.

Eram essas as minhas palavras, presidente, com um cumprimento ao governador Fernando Pimentel, por mais essa publicação dos concursados. Estou muito otimista e acredito que neste ano esse número vai ultrapassar os 30 mil. Mas quero continuar debatendo sobre a questão da mulher ainda neste mês de março; quem sabe, após a votação dos vetos e do projeto da educação, também podemos votar essa matéria e entregar para o povo mineiro, para as mulheres de Minas Gerais, uma proposta produzida por esta Assembleia. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Deputado Lafayette de Andrada, V. Exa. deseja aparte? Gosto de discutir projeto dessa importância ou vetos, no caso, deputada Ione, com o Plenário cheio. Não estou vendo aqui um grande número de deputados. Concedo-lhe aparte porque o meu tempo ficará aguardado para uma próxima oportunidade.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Prefiro aguardar também o momento oportuno.

* – Sem revisão do orador.

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/3/2016

A deputada Cristina Corrêa* – Boa tarde a todas e a todos. Nós, deputados que também somos professores, fomos durante muito tempo servidores da educação – eu, deputado Professor Neivaldo, deputado Rogério Correia –, e demais deputados da Casa que lutaram para que esse projeto tramitasse em regime de urgência ficamos muito felizes de saber que os servidores da educação estão sendo atendidos pelo governo, que está respeitando a luta da educação, respeitando os anos de luta por melhoria salarial, por melhores condições de trabalho. Então, realmente, é um momento histórico no Estado, um



governo que tem respeitado a categoria. Um compromisso firmado do governo Pimentel com a categoria, já no seu plano de governo, está sendo cumprido. Os servidores da educação sempre foram desprezados, nunca foram ouvidos. Fui servidora da educação da rede estadual durante 10 anos, conheci e vivi muito de perto as gestões anteriores e o desrespeito com o professor. Hoje sabemos que essa aprovação vem de uma luta antiga da categoria por melhores condições salariais. Não desrespeitando em momento algum a luta da categoria e dos servidores da educação, mas o nosso governo tem realmente cumprido o lema “Ouvir para governar”.

Ele tem dialogado com as categorias e com os servidores da educação, respeitando os direitos dos servidores, que, realmente, têm o seu piso salarial atendido. É um momento em que o governador Fernando Pimentel vem trabalhando com todas as dificuldades econômicas que nosso estado vem vivenciando. Sabemos que o Estado de Minas Gerais herdou uma dívida muito grande. O governador Pimentel assumiu o Estado num momento muito difícil, com uma dívida enorme, num momento de crise econômica, mas tanto esta Casa quanto o governo têm trabalhado para amenizar esses problemas e superar os momentos anteriores, quando realmente a categoria nunca era ouvida e respeitada.

Fico muito feliz de ter feito parte de todo o processo de construção desse plano com a categoria. Sei que aqui não findam as discussões, aqui não se encerram as discussões, aqui não se encerram os acordos, aqui não se encerram as conversas, aqui é apenas uma etapa vencida pelos servidores da educação. Que o diálogo permaneça e que o governo continue aberto a ouvir as reivindicações da classe trabalhadora, principalmente dos servidores da educação, porque aqui é o marco de um início de diálogo firmado entre o governador e os servidores da educação. Muito obrigada.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputada Cristina Corrêa, coube a V. Exa. fazer, na secretaria da Mesa, a leitura de um projeto muito importante porque faz parte do compromisso do governador Fernando Pimentel com o Sind-UTE, com os trabalhadores de educação: o projeto de reajuste este ano do piso salarial, no acordo que foi feito para que os professores recebam o piso. Aproveito para cumprimentar todos os trabalhadores da educação aqui presentes; é um prazer tê-los aqui. Quando falo professores e professoras, entendam todos os trabalhadores de educação.

Para que de fato o compromisso seja feito e cumprido pelo governador, tem de haver mais dois abonos. Já tiveram no ano passado, de R\$190,00, e há mais dois abonos para os próximos dois anos no mês de agosto, 2016 e 2017, quando esses três abonos serão incorporados. Mas, para se chegar ao valor do piso, deve haver a correção do piso salarial, que é a correção nacional que o MEC anuncia todo mês de janeiro. E no mês de janeiro o MEC anunciou um reajuste de 11,36%, que precisa de lei aprovada na Assembleia Legislativa e enviada pelo governador do Estado. Foi essa a mensagem que a deputada Cristina Corrêa leu agora, enviada pelo governador Pimentel, concedendo o reajuste de 11,36% na carreira, em todas as tabelas, também para aposentados e retroativo ao mês de janeiro. Dessa forma, o governo de Minas dá um passo para o cumprimento do acordo tal qual foi assinado e votado nesta Casa por meio de projeto de lei, que hoje é a lei do piso salarial.

O Sind-UTE mobilizou a categoria porque o projeto, inicialmente, não veio dessa forma, mas na forma de abono, e a partir de março, em vez de janeiro. O sindicato se reuniu com a nossa bancada do PT – estamos aqui eu, Professor Neivaldo, Cristina Corrêa e os demais companheiros do PT que estão chegando, e, por unanimidade, consultamos o nosso bloco da situação, o Bloco Minas Melhor, e o Bloco Independente, cujo membro Agostinho Patrus está aqui –, reivindicamos do governador que retirasse aquele projeto e enviasse outro conforme a lei que havíamos aprovado e conforme a reivindicação do Sind-UTE. Assim foi feito, o projeto já está lido e, a partir de hoje, começa sua tramitação na Assembleia Legislativa.

O projeto contém o que foi acordado: o reajuste na carreira em todas as carreiras, em todas as letras, e retroativo a janeiro, conforme combinado com os professores. A Cristina teve a honra de ler o projeto, e quero aproveitar a presença de professores, professoras e trabalhadores da educação para dizer que amanhã esse projeto já estará na pauta da reunião da Comissão de Justiça, às 15 horas. Em seguida, nas duas das Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública. Votado amanhã nas comissões, dependendo do presidente, já poderá entrar na pauta assim que for publicado. Portanto, a partir da semana que vem, já poderemos votar o projeto do piso salarial. Basta que haja apoio e respaldo dos deputados.



Mais dois projetos também estão na pauta. Um que estende a todos os trabalhadores da educação que não conseguiram vínculo depois da decisão do STF em relação à Lei nº 100, que possam fazer a opção pelo Ipsemg. Esse projeto já está na pauta. Queremos também votá-lo com rapidez porque estenderá o Ipsemg Saúde a todos que quiserem tê-lo como plano. E um terceiro projeto que amanhã também estará às 14h30min na Comissão de Fiscalização Financeira, o PLC nº 50, que permite aos adoecidos da Lei nº 100 que permaneçam no Estado com a perícia médica e no prazo de 24 meses possam aposentar-se. E, como estão com os salários interrompidos, receberão também o retroativo. É um reconhecimento aos que trabalharam e estão de licença médica, evidentemente não podendo ser demitidos como se fossem bagaço de laranja que se joga fora. É fazer justiça. Esse projeto também estará nas comissões amanhã.

Então, deputada Cristina, aproveito o ensejo do aparte para solicitar aos trabalhadores da educação que chamem os colegas para amanhã, a partir das 14 horas, acompanharem as reuniões das comissões para aprovarmos o projeto nelas, e fazermos uma solicitação ao presidente da Assembleia para que, na terça-feira, os projetos já estejam na pauta para serem votados.

Conto com a colaboração dos deputados para que não haja obstrução no procedimento e a votação seja rápida, porque isso vai atender aos trabalhadores da educação muito mais do que ao governo. E, se atende aos trabalhadores da educação, atende também aos alunos e à educação como um todo em Minas Gerais.

Parabéns pela luta. A conquista é de vocês. A coisa vai indo. Às vezes, achamos que não, mas vamos pressionando e, com a ajuda de vocês, tenho certeza de que vamos terminar este governo muito melhor do que começamos na área da educação, que é um compromisso de todos nós. Parabéns, deputada Cristina Corrêa, pelas palavras.

A deputada Cristina Corrêa* – Obrigada, deputado Rogério Correia. Sabemos que a paralisação dos servidores da educação é nacional e, vendo que em Minas já foi dado o primeiro passo para o avanço, esperamos que Minas sirva de modelo e exemplo para que outros estados também cumpram o piso salarial dos servidores da educação, o que é um direito do trabalhador.

Sabemos que a luta da categoria para que chegássemos a esses acordos e alcançássemos o piso é de muitos anos. Portanto, de fato temos de parabenizar todos os servidores da educação, meus colegas professores e professoras, porque a luta de vocês, com a sua união, teve resultado: resultou nesse projeto que será aprovado nos próximos dias, também em cumprimento ao compromisso do governo Pimentel com a educação. Como disse o deputado Rogério Correia, ainda há muita coisa a se fazer na educação, mas este realmente é um avanço histórico, e tenho certeza de que ainda teremos muitos avanços na educação de Minas nos próximos anos, no mandato do governador Fernando Pimentel.

Por fim, parabenizando-os mais uma vez, peço que estejam presentes nas comissões, acompanhando as votações, porque a presença da categoria será importantíssima para que as coisas não emperrem nesta Casa e realmente o piso estadual da educação seja aprovado de acordo com o piso nacional. Parabéns a todos os servidores da educação. Muito obrigada e boa tarde a todos.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Professor Neivaldo* – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos trabalhadores e trabalhadoras da educação presentes nesta tarde. Sei que não precisaria falar para vocês, que vivenciam a situação na pele, mas gostaria de resgatar a nossa luta mais uma vez, até para que as pessoas que nos acompanham reforcem a importância da luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Falo que é nossa luta porque sou professor da rede estadual, sindicalista e fui coordenador do Sind-UTE em Uberlândia. Portanto, sei muito bem o que é essa luta; senti e sinto até hoje na pele o que ela é. Já andei muito de ônibus por essas rodovias. Os ônibus antigamente, Maria Helena, eram um pouco piores do que os de hoje. Às vezes perdiam o freio na serra de Luz. Enfim, já enfrentamos muito essa estrada, já enfrentamos muitos perigos para levar à frente essa luta.



Durante alguns anos essa luta parecia inglória porque os trabalhadores, por mais que lutassem, não eram ouvidos: durante o governo Aécio Neves, durante o governo Anastasia, Alberto Pinto, na época do Azeredo também. Tivemos uma pequena flexibilização no período Itamar, mas foram muitos anos de luta, muitos anos nessa peleja. No governo Aécio e no governo Anastasia foi um pouquinho pior. Nós não éramos ouvidos, nós não éramos atendidos. O Sind-UTE foi totalmente desrespeitado. Preferiram dialogar com outras associações pelegas que se diziam ou faziam discurso do governo e não ouviam o Sind-UTE. Os trabalhadores, mesmo depois de mais de 100 dias de greve, não foram ouvidos. Alguns trabalhadores e trabalhadoras ficaram acorrentados, em greve de fome, aqui na porta da Assembleia, e assim mesmo não houve sensibilidade para a luta deles. E aí muitas coisas nós fomos perdendo.

Nós, com muita luta no governo Itamar Franco, conquistamos um plano de cargos e carreira. Tínhamos quinquênios, tínhamos biênios, tínhamos trintenários. E quando começamos a discutir piso salarial profissional nacional, em vez de nos darem o que era direito, que era o piso, fizeram pior: não deram o piso, criaram um subsídio e acabaram com as nossas carreiras. O trabalhador de educação ficou com o subsídio, sem carreira. Daí o trabalhador que tinha um ano, cinco anos ou que tinha 30 anos de trabalho era tratado da mesma forma, sem levar em conta o seu tempo, sem levar em conta a sua formação. Então, era assim que éramos tratados.

Concurso? Muito menos. Ao contrário, alguns concursados ou muitos concursados, muitos que queriam o seu direito de tomar posse, não tomaram. E aí criaram a Lei 100, uma lei que todos nós sabíamos que era uma lei frágil, uma lei que desrespeitava a Constituição Federal. Se nós somos do Legislativo, sabemos muito bem que as leis são regidas pela Constituição. E a Constituição Federal dizia que, para eu ter um cargo efetivo, para que eu tivesse o direito a um cargo efetivo, eu tinha de prestar concurso. Aí Aécio Neves, precisando resolver um problema com o INSS e nem um pouco preocupado com os trabalhadores, criou a Lei 100, que resolvia o problema dele de fato e dava uma falsa estabilidade aos servidores. E nós vimos, durante sete anos, esses trabalhadores serem enganados. Alguns trabalhadores se agarraram realmente à Lei 100, com unhas e dentes, porque era a única garantia que essas pessoas tinham de poderem ter vínculo com o Estado. Então a Lei 100 foi essa enganação para os trabalhadores e trabalhadoras de educação durante sete anos. O STF deu a lei como inconstitucional, a lei caiu, e caiu no colo do governo atual. É a chamada herança maldita. A Lei 100, que não é só do professor, de todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação, foi considerada inconstitucional.

Este governo de Fernando Pimentel procurou todas as ações possíveis para diminuir os efeitos negativos dessa lei. Uma dessas ações foi prolongá-la. Quer dizer, o governo prolongou a lei que deveria ter caído no mês de abril até 31/12/2015, permitindo que trabalhadores fossem aposentados.

Neste momento, estamos com a discussão de duas leis. Uma delas é para favorecer os adoecidos, porque, acabando a Lei nº 100, aquelas pessoas que estavam de licença, adoecidas, perderam o seu vínculo com o Estado. Estamos trabalhando para aprovar uma lei a fim de que essas pessoas adoecidas tenham novamente o vínculo com o Estado, ou seja, possam estar vinculadas até se curarem ou, então, se aposentarem por invalidez.

Além disso, temos outra lei que permite a essas pessoas continuar com um vínculo com o Ipsemg na área da saúde e receber tratamento médico e odontológico por meio desse instituto. E ainda temos o concurso. Ontem ou anteontem foi dada posse a mais de três mil e quinhentas pessoas. Com isso, atende-se uma parte das pessoas afetadas pela Lei nº 100, a lei de Aécio Neves. Temos ainda em torno de doze mil servidores dos 58 mil da Lei nº 100 que também precisam ter o tratamento. É preciso buscar uma solução para eles. Isso é um pouco do que temos trabalhado neste governo, no qual tivemos um acordo histórico.

Aqui estão o deputado Rogério Correia e outros deputados do PT e da base. É bom dizer que temos trabalhado para que o acordo seja cumprido na íntegra. Ontem recebemos também um projeto de lei para que o acordo continue sendo respeitado, vocês obtenham o reajuste de 11,36% retroativo ao mês de janeiro no salário e que não seja um abono. O primeiro que veio foi o abono, que foi retirado porque o acordo fala de um reajuste no salário. Entendemos a importância de cumprir o acordo com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação. Sabemos que o governo Pimentel deve muito a eles, pois foram



os principais porta-vozes em período de campanha para que a nossa eleição – a eleição de Fernando Pimentel – tivesse sucesso. É isto que temos dito ao governo, ao secretário e ao governador: a importância de mantermos o acordo histórico com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação.

Agora não é também só isso. Ontem recebi a mensagem de uma diretora, deputado Rogério Correia, que dizia o seguinte: “Estou muito feliz com o dinheiro que chegou para a merenda escolar. Fiquei até com medo de que o Pimentel não cumprisse esse acordo, mas o dinheiro que veio é mais que suficiente para a merenda escolar”. Então, além de mais recurso para a merenda escolar, há mais um diferencial. Os trabalhadores e as trabalhadoras da educação podem merendar, o que, no governo passado, foi proibido.

Isso acabou. O trabalhador e a trabalhadora podem merendar na própria escola.

Uma outra questão importante diz respeito ao projeto Escola Sustentável. Sabemos que 75% de nossas escolas estão sucateadas. Porém, temos um projeto que procura também melhorar o espaço e também destinar mais dinheiro para o transporte escolar. Trata-se de mais uma ação do governo Pimentel. Então, temos mais dinheiro, mais condições para o transporte escolar; mais dinheiro para a merenda escolar; e dinheiro para a melhoria da qualidade física das escolas, inclusive, com ampliação de salas, bibliotecas e laboratórios; temos novamente um projeto nesta Casa que restabelece o acordo; e temos o reajuste de 11,36% para o trabalhador, retroativo ao mês de janeiro. Ou seja, há preocupação com o aluno quanto ao transporte e à merenda; há preocupação com os trabalhadores e alunos nos espaços das escolas e há preocupação também com os trabalhadores em sua valorização. Então, são questões importantes que estão sendo discutidas.

Para terminar, mais uma vez quero parabenizar a luta de cada um e cada uma de vocês e também parabenizar a postura séria do sindicato, que não tem titubeado em fazer a luta, inclusive, com uma greve histórica também, porque pouco se via a mobilização das superintendências nos governos anteriores. Mas, agora, as superintendências se unem com a luta dos trabalhadores no sindicato, fazem uma greve difícil e se mobilizam também.

O reajuste do qual estou falando, que é do piso nacional, deveria ser de acordo com a lei para o quadro de magistério. Através dessa luta também propicia que todos os trabalhadores, independentemente de estarem na cantina, na secretaria, na cidade administrativa ou na sala de aula, tenham a mesma valorização, que todos tenham o mesmo reajuste. Isso é resultado dessa mobilização de vocês, resultado do respeito que o governo atual, governo Fernando Pimentel, tem com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

Agora, algumas ações dependem desta Casa: o projeto de lei do reajuste, o projeto relativo à Lei nº 100, para os adoecidos, e também o projeto que permite que as pessoas possam utilizar o Ipsemg. Esse projeto está na Casa e certamente terá o apoio não só da base mas também da oposição. Sabemos que alguns vetos precisam ser votados na Casa para que possamos votar esses projetos, mas, com certeza, não teremos nenhuma resistência, porque todos sabem – e a oposição tem dito isso também, frequentemente, nas comissões – da importância desses projetos para a nossa categoria.

A luta continua. Parabéns a vocês. Devolvo a palavra ao presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Ricardo Faria* – Boa tarde a todos. Quero saudar o nosso presidente, os deputados e, na pessoa da grande liderança da Beatriz, cumprimentar todo o coletivo da saúde presente. Quero dizer que esta Casa está pronta. O PCdoB, junto com o bloco, está pronto para votar esse projeto, que vai de encontro à luta da categoria. Essa é uma política de valorização do servidor, pois sabemos que ele é o maior patrimônio que a educação de Minas tem.

Então quero aqui reafirmar o compromisso do PCdoB, juntamente com o bloco, para que tão logo possamos aprovar esse projeto.

Mas, Sr. Presidente, eu queria ocupar hoje este microfone para poder registrar o nosso trabalho à frente da saúde de Betim. Quero cumprimentar aqui o meu amigo Zé, lá do Teresópolis, carinhosamente conhecido como Zé da Padaria, deputado Rogério Correia, que é um grande lutador; e dizer que nos deparamos, nos últimos dias, com a notícia, na imprensa do Estado



de Minas Gerais, da grande dificuldade que o Município de Betim vem enfrentando na saúde pública, com o indicativo de fechamento de alguns equipamentos de saúde, entre eles duas unidades de atendimento imediato. São equipamentos que jogam um papel assistencial fundamental na urgência e emergência do município. A Maternidade Imbiruçu, reconhecida no Estado, tem o compromisso com o parto humanizado, o parto de risco habitual, e os pré-natais daquela região são realizados ali. Além de unidades básicas de saúde. Portanto sabemos da importância desses equipamentos para a oferta de uma saúde pública de qualidade no Município de Betim.

E esta Casa não está alheia ao que está acontecendo. Estivemos com o secretário Fausto e com um conjunto de vereadores. No primeiro momento, o vereador Eutair, do PT, esteve comigo junto ao secretário Fausto. Esteve presente também o secretário de Saúde de Betim, Rasível, debatendo um pouco sobre essas dificuldades. Houve também uma grande audiência pública no Ministério Público, com a presença de vários deputados.

E aí eu queria saudar o deputado Geraldo Pimenta pelo protagonismo, ele que é médico, deputado da região de Betim, que foi o grande timoneiro desse encontro; saudar também a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Ivair Nogueira, que também estiveram lá; mas especialmente o Ministério Público também pelo seu protagonismo frente a esses fatos. De uma maneira muito propositiva, o promotor Dr. Gilmar, do CAO Saúde, apresentou uma grande mediação da saúde nesse encontro, onde foram amplamente discutidos todos esses problemas. E queria saudar a Dra. Giovanna, que é promotora do município, e o Dr. Nélio, promotor da Comarca de Belo Horizonte.

Fica muito claro que a situação que Betim vive hoje é quase um recorte da situação que a saúde pública brasileira vive. Sabemos que o que está acontecendo é uma fratura exposta do nosso Sistema Único de Saúde, fato evidenciado pelo subfinanciamento. Percebemos a falta de recursos para garantir a manutenção desses grandes serviços, já com toda uma trajetória de assistência, de serviços ofertados à população.

Houve alguns bons encaminhamentos, e eu queria saudar aqui a representação do Estado, que apontou, sob determinação do secretário Fausto, a solidariedade, a responsabilidade de liberar mais investimentos para viabilizar o não fechamento daquelas estruturas. Foi apontada inclusive – e o Pimenta estava lá –, a possibilidade do cogerenciamento do Hospital Regional de Betim e daquela maternidade. Não simplesmente o cogerenciamento do ponto de vista da gestão administrativa, da gestão assistencial, mas também o cogerenciamento e a solidariedade no que diz respeito a mais investimentos do Estado. Sim, porque sabemos que aquele equipamento é metropolitano.

Betim é cidade-polo de saúde para todo o território de saúde. Lá se concentra a maior capacidade para ofertar esses grandes serviços. Então, Sr. Presidente, a gente ficou esperançoso. Amanhã, quinta-feira, haverá um encontro do secretário Rasível, ao qual gostaria de cumprimentar pela coragem e ousadia de apresentar as propostas. Trata-se de propostas muito duras para um secretário fazer. Mas sabemos que o SUS tem o advento da gestão plena. Portanto, cabe ao secretário, que hoje administra uma cidade com gestão plena, a responsabilidade, inclusive jurídica, de prestar contas no futuro aos órgãos fiscalizadores. Então é um ato de muita coragem, porque ninguém deseja ocupar um microfone para dizer que quer fechar equipamento de saúde. A população necessita desses equipamentos. Vivemos uma crise econômica associada a uma crise política que fez com que vários trabalhadores perdessem seu emprego e, com ele, seu plano de saúde. Portanto, houve uma migração de muitos usuários de planos de saúde para o nosso Sistema Único de Saúde, o que aumenta a responsabilidade desses equipamentos. Mas estamos esperançosos. O Ministério da Saúde também se fez presente com a finalidade de avariar recursos para a manutenção dessas estruturas.

O que queria registrar também, especialmente para a população de Betim, é que o nosso mandato, o mandato do deputado Geraldo Pimenta estão à disposição para buscar soluções para o não fechamento daquelas estruturas. Esta Casa nunca vai se furtar a fazer o grande debate da saúde de maneira serena e responsável.

Queria, Sr. Presidente, conceder aparte ao nobre deputado, nosso querido Dr. Geraldo Pimenta.



O deputado Geraldo Pimenta (em aparte) – Deputado Ricardo Faria, gostaria de agradecer-lhe a solidariedade e o apoio à causa da saúde pública de Betim. Vivemos uma crise grave na saúde pública, no sistema que a gente vem construindo há 20 anos em Betim, um Sistema Único de Saúde organizado, que funciona de forma razoável e que presta uma assistência decente à população, assistência básica e intermediária e terciária, com serviços complexos, realizados no hospital regional. Então gostaria de agradecer-lhe.

Quero também agradecer a força da deputada Marília Campos e dos deputados Antônio Jorge e Ivair Nogueira, que, com o Ministério Público, o sindicato dos médicos e o sindicato da saúde, têm feito várias ações para evitar o colapso da saúde de Betim e de Minas Gerais. Temos, nas Comissões de Saúde e de Participação Popular, realizado vários debates sobre a saúde pública de Minas Gerais. Essas ações têm nos levado a acreditar que é possível encontrar soluções para o drama da saúde pública de Betim.

Ontem, na audiência no Ministério Público, sentimos, através da participação do secretário municipal de Saúde, Rasível, da câmara de vereadores e da mediação do Dr. Gilmar de Assis, que é possível encontrar soluções para a saúde pública.

Claro, como o senhor disse, o subfinanciamento é a questão central da saúde pública em Minas Gerais e neste país.

E que a aprovação, a discussão de uma nova fonte de recursos, como a CPMF, carimbada para a saúde, bem como a taxação das grandes fortunas – que os milionários paguem um pouco pela saúde pública... Nos Estados Unidos, por exemplo, as grandes heranças são taxadas em 40%. Os ricos pagam mais. Já chega de a classe média, os trabalhadores e os desempregados pagarem impostos. Temos de regulamentar aquela lei que já existe no Brasil, aprovada na Constituição. Precisamos regulamentar a taxação das grandes fortunas, para garantir o financiamento da saúde. Muito obrigado, Dr. Faria.

O deputado Ricardo Faria* – Quero agradecer a contribuição do deputado Geraldo Pimenta, sempre muito pertinente, pautando o tema da taxação das grandes fortunas para ajudar na sustentabilidade do SUS.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras fazendo um convite. Neste próximo sábado, às 15 horas, iremos, Dilzon Melo, entregar um grande equipamento de saúde na região da Ressaca, no Bairro Morada Nova, uma nova unidade básica de saúde. A gente tem muito carinho por aquela população. Essa obra iniciou-se quando eu era secretário, sob a determinação do prefeito Carlin Moura, um prefeito que tem feito muito pela atenção básica do Município de Contagem. Na política do Mais Médicos, conseguimos garantir 100% de profissionais médicos na atenção básica. Foi um grande feito, mas ainda, Dilzon, era necessário desprecuarizar o atendimento, trazendo estruturas novas, modernas, com condições adequadas, perfeitas para o atendimento, não simplesmente valorizando a assistência mas também o trabalhador do SUS, que merece trabalhar numa situação adequada. Então quero convidá-los a fazer parte desse grande momento da região da Ressaca, especialmente do Bairro Morada Nova, para entregar esse grande equipamento.

Sr. Presidente, era isso que queria falar. Agradeço a V. Exa.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho do Sinttrocel* – Srs. Deputados, todos os presentes no Plenário, todos os presentes nas galerias da Assembleia, queria fazer um cumprimento a vocês e ao nosso presidente Hely Tarquínio. Queria dirigir-me também, com todo respeito, a todos os que nos acompanham pela TV Assembleia. Hoje volto à tribuna desta Casa para, novamente, fazer comentários acerca de alguns assuntos pertinentes ao nosso estado e ao nosso Vale do Aço, interior deste Estado de Minas Gerais.

O primeiro registro que quero fazer desta tribuna diz respeito à audiência pública realizada nesta Casa, ontem, pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, presidida pelo deputado Antônio Carlos Arantes, e do Trabalho, da qual sou presidente. Fui o autor do requerimento que propôs a realização dessa audiência pública, que teve a finalidade de discutir as questões pertinentes à Usiminas, uma das maiores siderúrgicas deste país e, ao mesmo tempo, representa o grande orgulho que Minas Gerais tem do poder siderúrgico, que atravessa momentos difíceis diante dessa crise mundial, dessa crise que estamos vivendo em todo o nosso país e em nosso estado.



Naquele momento, o debate fez com que a gente propusesse trazer o assunto à Assembleia para construir, junto com o governo do Estado e com toda a direção da Usiminas, a proteção dessa grande empresa. Por quê? Por gerar grandes empregos em nosso estado, principalmente na região do Vale do Aço, com mais de dezesseis mil empregos diretos e indiretos, e aqui em Belo Horizonte, com mais de oito mil empregos, sem falar o que a Usiminas representa na geração de empregos em outros estados do nosso país.

E essa crise pela qual a Usiminas vem passando em função também de uma crise com os acionistas, com os seus sócios, trouxe muito desequilíbrio para a nossa região. Podemos falar do Município de Ipatinga e do Vale do Aço, com demissão de terceirizados. Soubemos que a Usiminas, nos últimos 4 meses, registrou um déficit de R\$1.600.000.000,00, sem falar do valor total do déficit dessa empresa, acima de R\$9.000.000.000,00.

Por essa razão, com o debate que viemos travar nesta Assembleia com as lideranças, com vários aposentados que também vivem em função da Usiminas, aposentados metalúrgicos da região do Vale do Aço, tivemos a oportunidade de fazer um desdobramento no que diz respeito ao investimento proposto pelos sócios do grupo japonês que investiu R\$1.000.000.000,00 na Usiminas, dando a ela condições de crédito para que pudesse voltar a operar, produzindo aço sem a ameaça de fechamento.

Isso para todos nós foi muito importante, mas agora esperamos muito mais. Esperamos que todos os acionistas da Usiminas possam encontrar uma saída, deputado Geraldo Pimenta, para que essa empresa não sofra a ameaça de fechamento, como já noticiado por toda a imprensa, por toda a mídia em nosso Estado. Precisamos lutar. Fiz um apelo na audiência pública e volto a fazê-lo. Refiro-me à necessidade de o governo do Estado de Minas Gerais discutir a situação, e ele já demonstrou o desejo de fazer isso. O governador Fernando Pimentel informou que esse desdobramento pode ser intermediado com o governo do Estado, garantindo, assim, a manutenção dessa empresa tão importante sediada em Ipatinga, a Usiminas, que é a força da região metropolitana, da segunda região metropolitana do Vale do Aço.

Queremos fazer um apelo para que o governo do Estado e toda a direção da Usiminas continuem buscando entendimentos, para que o fechamento não ocorra. Precisamos proteger a massa de trabalhadores e trabalhadoras deste nosso estado. Temos de proteger nossa economia, o que é também muito importante. Um passo foi dado, mas precisamos continuar unificados, unidos com todas as forças políticas de nosso estado e da nossa região, em defesa do maior patrimônio siderúrgico que Minas Gerais tem, que é a Usiminas.

Faço esse apelo, faço esse comentário acerca daquela audiência pública, parabenizando todos os participantes. Quero externar a todo o povo do Vale do Aço que a Assembleia Legislativa também, por meio das comissões, estará discutindo e na luta em defesa desse patrimônio mineiro, que é o setor siderúrgico, que é a Usiminas.

Vou deixar de falar sobre a Usiminas para falar um pouco sobre a área da saúde, como já o fez aqui o meu antecessor, deputado Ricardo Faria, também do PCdoB, que abordou a questão da saúde em Betim, o que também é de conhecimento do deputado Geraldo Pimenta. Hoje falo um pouco sobre a área da saúde em relação ao compromisso de nosso Estado com a abertura do Hospital de Belo Oriente, no Distrito de Cachoeira Escura. Estamos travando essa luta desde o ano passado, quando houve investimentos do governo do Estado para a reforma de toda a unidade antiga. A unidade do hospital de Belo Oriente, no Distrito de Cachoeira Escura, encontra-se pronta, toda mobiliada, dependendo agora de um convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde e uma fundação ou hospital, para que possa ser administrada.

Outras atividades já realizamos no nosso mandato, junto com as deputadas Rosângela Reis e Celise Laviola, buscando, por parte do governo, esse entendimento célere, rápido, para que a abertura desse hospital seja concluída, porque vai diminuir o déficit de leitos hospitalares que temos hoje no Vale do Aço. Só para seu conhecimento, deputado Geraldo Pimenta, hoje o Vale do Aço tem um déficit de leitos hospitalares na ordem de 400 leitos. A abertura desse hospital em Belo Oriente e Cachoeira Escura vai amenizar o sofrimento das pessoas, vai amenizar esse problema crítico que vivemos, o da saúde no Vale do Aço.



Todo esse apelo já foi apresentado ao nosso secretário de Saúde, que nos recebeu, na última semana, e manifestou que, nesta semana, até sexta-feira, enviará uma mensagem à direção da unidade do Hospital Márcio Cunha, da Fundação São Francisco Xavier, para poder buscar discussão em relação à proposta para uma administração dessa unidade hospitalar. Quero afirmar que hoje, numa discussão que a bancada do PCdoB teve com nosso líder de governo, Durval Ângelo, pedimos a ele que colocasse também toda sua força de liderança junto ao governo do Estado e ao secretário de Saúde, para que esse hospital possa ser aberto o mais rápido possível. Para nossa felicidade, para a felicidade do povo de Belo Oriente e Cachoeira Escura, o líder de governo me autorizou – poderia dizer em nome dele – a lhes transmitir que dará todo o apoio, encaminhamento e força para a abertura do Hospital de Belo Oriente, o mais rápido possível. Levei essa informação ao secretário de Saúde, Dr. Fausto, que me retornou dizendo que esse entendimento será feito, e que o Estado dará rapidamente uma resposta.

Quero aqui comunicar a todos da área da saúde que entrei com requerimento na Comissão de Saúde, para que pudéssemos discutir a abertura do hospital. A audiência já está marcada para o dia 30 de março, e convido o secretário Fausto. Espero que até o dia 30, junto com a deputada Rosângela Reis, com a deputada Celise Laviola e com o nosso líder de governo, possamos também participar dessa audiência e dar a boa informação, a da data de abertura desse hospital em Belo Oriente, o que estamos esperando há muito tempo.

Quero aqui, falar sobre outro fato, que já relatei desta tribuna e do qual ainda estamos tratando neste Plenário, relacionado à ponte que liga Coronel Fabriciano a Timóteo. É uma ponte que está sobre o Rio Piracicaba, cuja responsabilidade de manutenção e reforma é do governo federal. É uma ponte que está interditada há quatro anos, o que está trazendo inúmeros prejuízos para a sociedade, para o setor do comércio e para todos aqueles que estão sediados na Avenida Tancredo Neves, no Município de Coronel Fabriciano. Ela está trazendo prejuízos para o setor metal-mecânico, para o setor industrial do Vale do Aço. Inúmeras vezes, fizemos apelo ao governo federal e ao Dnit, para que a reforma fosse executada, e, conforme promessa feita pelo Dnit, a previsão é de que até o dia 20 deste mês poderá ser publicado o edital de licitação dessa ponte. Mas me pareceu estranho um posicionamento adotado pela administração municipal de Coronel Fabriciano. Em vez de unificar as coisas com os parlamentares do Vale do Aço, para poderem fazer pressão ao Dnit, para que essa situação pudesse ser definitivamente resolvida, recebemos a informação de que a postura da administração municipal da Prefeitura de Coronel Fabriciano é a de reunir-se com a Justiça Federal em Ipatinga, para mediação, junto ao Dnit, para que sejam feitos pequenos reparos na ponte, ou seja, para remendar a ponte.

Será que o remendo vai eliminar a gravidade do risco de a ponte ceder e acontecer uma tragédia no Vale do Aço? Será que o remendo proposto pela administração municipal vai dar condição de tráfego a veículos pesados, que tanto precisam passar por essa ponte em Coronel Fabriciano?

Isso, então, é algo que vai na contramão. Enquanto tantas lideranças políticas brigam para que o governo federal invista definitivamente e garanta uma obra desejada há mais de três anos pelo Vale do Aço, temos uma administração municipal tentando buscar remendo, tentando buscar recapeamento em uma obra já de décadas, de mais de 50 anos, que precisaria verdadeiramente ser demolida, para o problema ser resolvido de fato. Passar cal em ponte ou remendar os buracos de seu leito não vai resolver a situação.

Apenas 2 minutos me restam, e quero, neste momento, presidente, falar de um assunto que já foi tratado por tantas vezes nesta Casa: a crise política e econômica que vivemos, em níveis nacional e estadual. Agora, quero dizer que nos enchemos de esperança depois da decisão do governo de trazer o ex-presidente para ocupar um ministério. Assim, poderemos buscar o equilíbrio necessário para que o País saia dessa crise política e vá para uma situação de crescimento, desenvolvimento e geração de emprego, assim como nosso estado.

Então, presidente, foram essas as minhas considerações. Esses assuntos me trouxeram novamente à tribuna desta Casa, todos de muita importância para o Estado. Mais uma vez, quero reforçar o apelo ao governo do Estado, por meio do secretário de Saúde, ao governo federal, por meio do diretor-geral do Dnit, e a todos os políticos, a fim de unificarmos forças



para, cada dia mais, fortalecer a Região Metropolitana do Vale do Aço, dando-lhe todo o valor para que possa continuar ajudando o nosso estado a ser mais forte como já foi e é.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Presidente, deputado Hely Tarquínio, antes de iniciar meu pronunciamento, queria conceder aparte ao deputado Geraldo Pimenta, do nosso combativo PCdoB.

O deputado Geraldo Pimenta (em aparte) – Obrigado, deputado Rogério Correia. Na verdade, gostaria de saudar também o deputado Celinho do Sinttrocel, que tem presidido de forma muito competente a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, muito preocupado com as condições de trabalho e emprego e com a defesa do trabalhador. Ele tem ouvido os vários segmentos das várias atividades industriais de Minas Gerais.

Deputado Celinho do Sinttrocel, a Usiminas é um patrimônio de Minas e do Brasil, é excelência na produção de aço. Quanto à preocupação com a defesa do trabalho e da produção que V. Exa. tem expressado várias vezes, conte com a minha solidariedade e com a desta Casa.

Digo mais ainda, hoje tivemos a grata notícia da entrada do ex-presidente Lula no governo da Dilma. A posse será breve, o que cria para nós uma expectativa muito grande de normalidade democrática e de mais diálogo neste país, de mais diálogo e conversas com o mundo, além da retomada do crescimento e do desenvolvimento, mais crédito e baixa dos juros. É isso que sonhamos com a vinda do ex-presidente Lula para o governo da Dilma.

Então, fico muito grato. Gostaria de expressar essa alegria de ver essa notícia da vinda do ex-presidente Lula para o governo Dilma. Viva a democracia! Obrigado.

O deputado Rogério Correia – Muito obrigado, deputados Geraldo Pimenta e Celinho do Sinttrocel.

Vou também dizer algumas palavras em torno da escolha da presidenta Dilma de nomear, com aceitação dele próprio, como ministro o ex-presidente Lula para a Casa Civil. Diria que o Lula tem três tarefas muito grandes. Só mesmo um estadista, uma pessoa que tem a responsabilidade com o Brasil assumiria num momento tão difícil. Talvez fosse mais fácil para o presidente Lula esperar passar esta onda, esta crise e, quem sabe?, surfar posteriormente como salvador da Pátria, como quem viria para consertar o Brasil depois de uma crise tão profunda. Mas o presidente Lula, felizmente, não pensa assim. O Brasil precisa dele agora, e muito. Precisa dele não como presidente da República, mas como alguém que articule, dentro do governo da presidenta Dilma, três tarefas, presidente Hely Tarquínio, que considero fundamentais e que foram mencionadas pelos deputados Geraldo Pimenta e Celinho do Sinttrocel. A primeira é a estabilidade político-institucional. Lula é hábil nessas questões. Conseguiu aglutinar em torno de si uma demanda grande de diversos partidos políticos. Reuniu em torno de si muitos deputados quando governou. Saiu de crises políticas e as enfrentou com maestria, deu a estabilidade que o Brasil precisava para governar e dividir renda. Então, a primeira questão é retomar a estabilidade política, conversar com o PMDB, que é o maior partido que temos hoje no Brasil; dialogar mesmo com setores da oposição, mas, principalmente, reconstruir o bloco de governo.

Acho, deputado Geraldo Pimenta, que aqui, na Assembleia Legislativa podemos dar o exemplo. A relação do Bloco Minas Melhor e do Bloco Independente em torno da governabilidade ao governo Pimentel tem sido exemplar, bem como a relação com o PMDB com o nosso bloco, PT-PCdoB, mas também dos outros, do PR, do PRB, da própria articulação com o PV. Acho que Minas pode dar exemplo aí.

Tenho buscado conversar com o próprio vice-governador, Antônio Andrade, e com o presidente Adalclever Lopes para que busquemos ajudar o Lula nessa reconstrução e levar de Minas esse exemplo. Aliás, Minas – não é isso, deputado Hely? – sempre teve a característica de buscar saídas para a crise de maneira mais conversada e menos dramática. Acho que é a hora de fazer política como Minas gosta de fazer, não abandonando princípios e programas, mas fazê-la no alto estilo do diálogo e da discussão das ideias. Aqui em Minas temos conseguido fazer isso.



Então, diria que o presidente Lula terá na experiência de Minas Gerais um grande exemplo para se mirar e buscar de novo a coesão no campo político em torno do governo da presidenta Dilma. Minas Gerais não pode ser vista como o Estado onde os políticos querem botar fogo no País, onde gasolina seja jogada País afora à espera de que alguém risque um fósforo. Não, isso não resolve para ninguém, nem para a situação nem para a oposição, e isso nunca foi o posicionamento de Minas.

É estranho que agora o mineiro se dê a esse papel de incendiário. Essa nunca foi a tradição de Minas Gerais. O primeiro ponto em que o presidente Lula pode nos ajudar é na estabilidade político-institucional.

O segundo ponto é na estabilidade social – conversar com os movimentos sociais, chamá-los para escutar suas demandas; esquecer esta história de mexer em ajustes fiscais que atrapalham os avanços obtidos; deixar para trás este negócio de reforma de previdência, que não vem ao caso e não é o fator essencial agora; restabelecer programas como o PAA, programas de aquisição de alimentos, o Pnae, de alimentação escolar; fortalecer o Bolsa Família; fortalecer a política de empregos; baixar as taxas de juros do setor produtivo do capital e, com isso, desenvolver o emprego e fazer com que a renda se dívida mais; enfim, retomar a agenda da política social. Lula pode ajudar muito nisso.

O terceiro ponto, que não é da esfera dele, mas que o presidente já apresentou à presidenta Dilma como uma demanda de quem vai lá ajudar, é exatamente na estabilidade econômica. Falei um pouco dela, mas precisamos, deputado Geraldo Pimenta, retomar a diminuição, como V. Exa. disse, da taxa de juros e retomar um diálogo com o capital não financeiro, mas produtivo para que ele volte a se desenvolver. Vamos ter adversários: bancos, banqueiros, capital financeiro, que, aliás, ganhou muito com a especulação e com os juros altos. Vamos ter de retomar o que o próprio ex-vice-presidente mineiro, José de Alencar, dizia o tempo inteiro: taxa de juros baixa para o Brasil ter condição de se desenvolver economicamente, gerar emprego, gerar renda. Esse ensinamento tem de voltar.

O presidente Lula tem muito a nos ensinar. Não será uma tarefa fácil, mas agradeço a ele, ao nosso ministro Lula por ter tido este sentimento pelo Brasil de que não podia faltar ao País agora. O Lula nos dará uma questão fundamental. Sabem o que é? Injeção de ânimo contra o pessimismo. Pelo amor de Deus! Não assisto mais a jornal da Globo. De manhã, chamo o jornal da Globo do Mau Dia Minas e depois vem o Mau Dia Brasil. Quem assiste àquele jornal já sai de casa achando que nada vai dar certo. Está na hora de dizer ao povo brasileiro que ele sabe sair da crise e que o Brasil é um grande país e que é preciso retomar a esperança. Por que jogar o ânimo dos brasileiros lá para baixo? Apenas para estabelecer crise, deputado Hely? Esta é outra tarefa que o Lula sabe fazer muito bem: dar ao povo brasileiro o alento da esperança.

Este ano teremos Olimpíadas. Temos condições de melhorar a educação, de fazer a retomada do pré-sal, de retomar a Petrobras. Temos condições de dizer ao brasileiro que o Brasil tem jeito e que a crise econômica, que é do capitalismo em nível mundial, não vai derrubar o País, que hoje é a 7ª potência do mundo, e transformá-lo em uma republiqueta de bananas. O País cresceu muito. Há um povo que saiu da miséria e quer continuar fora dela. Essa esperança, o presidente Lula nos recoloca na condução do seu ministério.

Bem-vindo, Lula! Você, que é cidadão mineiro, receba um grande abraço do povo mineiro. Tive a honra de conceder o título que o Lula recebeu aqui nesta tribuna. Estamos com uma expectativa muito boa com a vinda do ministro Lula para fazer o Brasil andar para frente, sair do marasmo, enfrentar a crise com a cabeça erguida como querem os brasileiros.

Presidente, permita-me uma palavra a mais – já havia falado aos trabalhadores da educação – para colocar um alento de esperança em uma parte tão importante, que é a educação.

Em Minas, vimos passos fundamentais após a luta histórica dos trabalhadores da educação. Hoje coroamos recebendo um projeto de lei do reajuste do piso, agora como foi acordado com o Sind-UTE. Está de parabéns a Profa. Beatriz e toda a sua diretoria em dizerem: “Queremos o projeto conforme o combinado”. Agora o governador Pimentel envia o projeto retroativo a janeiro, com reajuste, e não com abono, e também para os aposentados. O projeto já está na Casa, e esperamos, a partir da semana que vem, votá-lo aqui na Assembleia Legislativa.



Além disso, também temos outros dois projetos: um em que todo trabalhador que perdeu o vínculo pode optar pelo Ipsemg Saúde; e dos professores e trabalhadores da Lei nº 100 adoecidos, que voltam ao Estado e poderão agora ser submetidos a uma perícia decente e se aposentarem se estiverem doentes. Faz-se justiça aos que muito trabalharam e que estão adoecidos.

Um terceiro ponto fundamental para a educação em Minas Gerais nesta semana: a retomada das nomeações. Ontem foram 2.500 novos trabalhadores nomeados no concurso. Para o fim do mês, teremos mais 2.500. Então, neste mês, serão 5 mil trabalhadores e, até o final deste ano, aproximadamente 40 mil novos trabalhadores da educação, o que se repetirá nos dois anos seguintes do governo Pimentel. Com isso, estamos diminuindo – e a ideia é acabar – a precariedade na educação. Acabar com a precariedade significa ter trabalhadores em educação concursados, nomeados, com jornada de 24 horas semanais, com piso salarial e com uma escola adequada para dar aula e dar garantia aos filhos dos mais pobres, porque esses são os nossos alunos, a fim de que eles tenham uma educação de qualidade e possam continuar sonhando, como sonham hoje. Mas em condições ainda melhores, com uma universidade pública ou privada, por meio do Prouni, dando à parcela mais pobre, aos negros, que antigamente não estudavam, uma condição de estudo real no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Essa esperança é muito grande, e não podemos tê-la se, dentro das escolas, os principais responsáveis pela educação, que são os professores e os estudantes, não sentirem isso. Se o professor que está lá dando aula, se o trabalhador da educação que está na escola não se sente representado, estimulado, valorizado, não apenas salarialmente, mas como pessoa e como profissional, a educação não anda. Tenho a certeza de que, quando conseguirmos estabelecer esse compromisso do piso na carreira, com uma escola bem-fundamentada, com os professores nomeados, com uma carreira estabelecida, teremos uma melhoria muito grande para os nossos alunos da periferia e do interior do Estado.

Quero aqui parabenizar as professoras e os professores e os trabalhadores da educação por tantos anos de luta. Quando eu era ainda estudante e dava aula, em 1979, época em que realizamos a primeira greve no período da ditadura militar, Hely, já lutávamos para ter um piso salarial na categoria dos professores. Vocês continuam em sala de aula e, desde aquela época, não abandonaram a luta pela educação pública. Os trabalhadores da educação de Minas e do Brasil que têm hoje uma jornada de luta são heróis, porque não abandonam o nosso povo e querem uma educação que dê cidadania ao povo brasileiro. Parabéns. Muito obrigado, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/3/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Humberto Pereira Fontinato, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Cristina Correa.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 26/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Multimídia S. A. Objeto: serviços de acesso à internet. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: de 1º/3/2016 a 28/2/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 27/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. ME. Objeto: prestação de serviço de manutenção corretiva e reforma de mobiliário com fornecimento de peças, acessórios, partes de móveis e demais

componentes necessários à perfeita execução dos serviços. Objeto do aditamento: prorrogação com reajuste de preços pelo INPC-IBGE. Vigência: 12 meses, de 18/3/2016 até 17/3/2017. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009- 3.3.90 (10.1).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma estabelecida pela Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999, disposta no art. 39, inciso II, convoco os contribuintes do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – para reunião ordinária da Assembleia Geral, para cumprimento do disposto no art. 31, inciso I, alínea “a” e “b”, a realizar-se às 16 horas, no dia 30/3/2016, quarta-feira, na sede do Iplemg, na Avenida Álvares Cabral, 1.830 – 5º andar.

Belo Horizonte, 21 de março de 2016.

Gerardo Renault, presidente do Iplemg.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA

PROJETO SEGUNDA MUSICAL 2016

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o Resultado Final do Edital de Seleção Artística – Projeto Segunda Musical 2016, publicado no *Diário do Legislativo* de 2/2/2016.

RESULTADO FINAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	INSTRUMENTO/CONJUNTO
1	Rafael Ruiz	Piano
2	Jennifer Pereira	Piano
3	Artur Miranda Azzi	Violão
4	Octa Plus: Mariana Oliveira, Emanuelle Cardoso, Mariana Piuzana, Daniel Rezende, Joubert Oliveira, Talles Carvalho, Iolanda Camilo, Samuel Frederico	Octeto vocal
5	Leonardo Araújo, Dinobergue Viana, João Pedro Morales e Roger Deboben	Quarteto de violões
6	Johnson Gouvêa	Piano
7	Gabriel Oliveira	Piano
8	Deborah Burgarelli (Mezzo Soprano) e Islei Correa (piano)	Canto e piano
9	Ígor Rocha	Piano
10	Duo Arep: Luiza Rozza e Sofia Lustosa	Piano a quatro mãos
11	Guanduo: Eduardo Pinheiro e Juliano Câmara	Duo de violões
12	Samuel Henrique Barbosa Silva	Piano
13	Lucas Ellera (Tenor), Deborah Burgarelli (Mezzo Soprano) e Thelma Lander (piano)	Duo de canto e piano
14	Joice Rafaela Coutinho (viola) e Cesar Augusto (piano)	Viola e piano
15	Duo Kainan Belato (violino) e Talita Olivetti (piano)	Violino e piano
16	Stephanie Toledo (violino) e Valéria Gazire (Piano)	Violino e piano
17	Duo Araújo-Reis: Leonardo Araújo e Anderson dos Reis	Duo de violões
18	Flávio Bastos (canto) e Aline Kelly (piano)	Canto e piano
19	Gabriel Telles	Harpa
20	Tiago Santos Pinto	Piano
21	Ana Beatriz Pinheiro Mendes	Piano
22	Davi Camisassa	Piano
23	Duo mineiro: Mateus Beloni (violino) e Bruno Medeiros (piano)	Violino e piano
24	Marcos Matturro	Violão
25	Mariana Oliveira (canto) e Johnson Gouvêa (piano)	Canto e piano

Belo Horizonte, 21 de março de 2016.



Rodrigo Barreto de Lucena, diretor de Comunicação Institucional.